



Demonstrações financeiras consolidadas e individuais

Em 31 de dezembro de 2016

ÍNDICE

(Página)

Balancos patrimoniais	3
Demonstrações dos resultados.....	5
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Demonstrações do valor adicionado.....	10

NOTAS EXPLICATIVAS

1. Informações gerais.....	10
2. Principais políticas contábeis.....	19
3. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas	27
4. Das autorizações.....	29
5. Comercialização de energia.....	31
6. Segmentos operacionais	32
7. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	34
8. Outros ativos financeiros	34
9. Contas a receber de clientes.....	35
10. Impostos a recuperar.....	35
11. Cauções e depósitos vinculados	36
12. Impostos diferidos	36
13. Investimentos.....	38
14. Ativo imobilizado.....	47
15. Fornecedores.....	55
16. Empréstimos, financiamentos e debêntures.....	56
17. Impostos a recolher.....	62
18. Contas a pagar / contas a receber - CCEE/Eletrobras/Distribuidoras (consolidado).....	63
19. Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas (controladora e consolidado).....	64
20. Provisão para custos socioambientais.....	65
21. Patrimônio líquido e remuneração aos acionistas.....	66
22. Receita líquida	69
23. Custos e despesas (receitas).....	70
24. Resultado financeiro	71
25. Imposto de renda e contribuição social	71
26. Transações com partes relacionadas.....	73
27. Instrumentos financeiros e gestão de riscos.....	78
28. (Prejuízo) lucro por ação	86
29. Ativos classificados como mantidos para venda	87
30. Cobertura de Seguros.....	89
31. Transações não envolvendo caixa	90
32. Evento subsequente	90

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2016

Valores expressos em milhares de Reais

ATIVOS	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	7	35.786	66.147	7.993	20.369
Aplicações financeiras	7	-	11.744	-	-
Contas a receber de clientes	9	49.138	26.655	341	2
Impostos a recuperar	10	9.453	14.092	1.862	10.067
Despesas antecipadas		2.073	2.112	467	736
Cauções e depósitos vinculados	11	33.510	51.201	33.510	51.201
Partes relacionadas	26	-	-	18.004	-
Dividendos a receber	13.4	-	-	620	1.986
Adiantamentos a fornecedores		3.005	2.478	1.725	1.862
Outros ativos financeiros	8	-	174.397	-	174.397
Outros créditos		2.895	4.453	1.892	3.088
		135.860	353.279	66.414	263.708
Ativos classificados como mantidos para venda	29	-	197.351	-	111.442
Total dos ativos circulantes		135.860	550.630	66.414	375.150
NÃO CIRCULANTES					
Contas a receber - CCEE	18	2.500	4.245	-	-
Partes relacionadas	26	-	-	309.448	34.608
Cauções e depósitos vinculados	11	87.836	20.514	-	20.511
Impostos diferidos	12	5.069	301	-	-
Outros créditos		140	115	115	115
Investimentos	13	947.027	1.159.551	2.606.684	2.594.807
Imobilizado em serviço	14	1.807.479	1.731.842	24.505	33.284
Imobilizado em curso	14	2.915.225	2.556.263	258.862	546.544
Total dos ativos não circulantes		5.765.276	5.472.831	3.199.614	3.229.869
TOTAL DOS ATIVOS		5.901.136	6.023.461	3.266.028	3.605.019

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2016

Valores expressos em milhares de Reais

PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
CIRCULANTES					
Fornecedores	15	546.911	570.006	87.984	47.738
Empréstimos e financiamentos	16	2.045.371	709.938	252.508	85.979
Debêntures	16	670.173	52.646	496.577	46.230
Impostos a recolher	17	20.698	33.615	9.282	25.120
Salários e férias a pagar		8.372	9.058	8.372	9.058
Contas a pagar - CCEE/Elektrobras/Distribuidoras	18	51.149	2.614	-	-
Provisão para custos socioambientais	20	2.540	1.218	-	-
Outras contas a pagar		1.687	3.167	1.281	2.335
		3.346.901	1.382.262	856.004	216.460
Passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda	29	-	114.744	-	-
Total dos passivos circulantes		3.346.901	1.497.006	856.004	216.460
NÃO CIRCULANTES					
Fornecedores	15	27.703	31.471	-	-
Empréstimos e financiamentos	16	93.338	955.307	3.192	-
Debêntures	16	-	654.365	-	492.275
Impostos diferidos	12	121.583	185.823	121.415	185.537
Contas a pagar - CCEE/Elektrobras/Distribuidoras	18	46.391	4.465	-	-
Partes relacionadas	26	73.722	-	270.295	82.121
Provisão para perda sobre investimento	13	-	-	58.064	-
Provisão para custos socioambientais	20	5.387	5.876	-	-
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	19	1.460	710	1.460	710
Adiantamentos de cliente	26.3	229.053	60.522	-	-
Total dos passivos não circulantes		598.637	1.898.539	454.426	760.643
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	21	2.898.012	2.568.010	2.898.012	2.568.010
(-) Custos na emissão de ações		(41.757)	(41.757)	(41.757)	(41.757)
Reservas de capital		55.379	55.246	55.379	55.246
Reservas de lucros		-	46.417	-	46.417
Prejuízos acumulados		(1.055.055)	-	(1.055.055)	-
Outros resultados abrangentes		99.019	-	99.019	-
Total do patrimônio líquido		1.955.598	2.627.916	1.955.598	2.627.916
TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		5.901.136	6.023.461	3.266.028	3.605.019

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Em 31 de dezembro de 2016

Valores expressos em milhares de Reais

		Consolidado		Controladora	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
RECEITA LÍQUIDA	22	483.137	409.830	2.411	1.408
CUSTOS DOS SERVIÇOS					
Depreciações	14, 23	(93.459)	(84.569)	(5.197)	(5.713)
Custo de operação		(341.992)	(108.728)	(66)	(266)
Encargos de uso do sistema de distribuição		(18.162)	(20.088)	-	-
Total	23	(453.613)	(213.385)	(5.263)	(5.979)
LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO		29.524	196.445	(2.852)	(4.571)
RECEITA (DESPESAS)					
Gerais e administrativas		(88.484)	(108.725)	(67.899)	(86.715)
Depreciações e amortizações	14, 23	(2.523)	(3.346)	(2.521)	(3.151)
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	14.9, 23	(261.723)	-	-	-
Outras despesas		10.769	(16.555)	26.681	(12.602)
	23	(341.961)	(128.626)	(43.739)	(102.468)
Resultado de equivalência patrimonial	13.3	(5.013)	(3.662)	(500.220)	44.409
Ganho na alienação de ativos		-	672.351	-	672.351
Perda no investimento	13.3.1.2	(455.427)	(279.144)	(455.427)	(279.144)
Outras receitas	13.4	20.373	13.406	20.373	13.406
Total		(782.028)	274.325	(979.013)	348.554
(PREJUÍZO) LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS IMPOSTOS SOBRE O LUCRO		(752.504)	470.770	(981.865)	343.983
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras		16.170	91.065	10.061	67.640
Despesas financeiras		(418.771)	(223.186)	(194.077)	(89.912)
Total	24	(402.601)	(132.121)	(184.016)	(22.272)
(PREJUÍZO) LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(1.155.105)	338.649	(1.165.881)	321.711
Imposto de renda e contribuição social - correntes		(11.960)	(34.161)	287	(17.982)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	12.1	65.593	(186.296)	64.122	(185.537)
Total	25	53.633	(220.457)	64.409	(203.519)
(PREJUÍZO) LUCRO DO EXERCÍCIO		(1.101.472)	118.192	(1.101.472)	118.192

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Em 31 de dezembro de 2016

Valores expressos em milhares de Reais

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
(Prejuízo) lucro líquido do exercício		(1.101.472)	118.192	(1.101.472)	118.192
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado:					
Ajustes acumulados de conversão	13.3.1	-	53.642	-	53.642
Realização de ajustes acumulados de conversão	13.3.1	-	(53.642)	-	(53.642)
Ativos disponíveis para venda	13.3.1	(182.011)	(318.588)	(182.011)	(318.588)
<i>Impairment</i> de ativos disponíveis para venda	13.3.1.2	281.030	318.588	281.030	318.588
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO		(1.002.453)	118.192	(1.002.453)	118.192

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2016

Valores expressos em milhares de Reais

Nota explicativa	Capital Social		Reservas de capital		Reservas de lucros			Outros resultados abrangentes		Lucros (prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido controladora e consolidado
	Integralizado	Custos na emissão de ações	Reserva de benefícios a empregados liquidados com instrumentos de patrimônio	Ágio	Reserva legal	Lucros retidos	Reserva especial de dividendos não distribuídos	Ajustes acumulados de conversão	Ativos disponíveis para venda		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	2.567.997	(41.757)	55.175	1	-	-	-	-	-	(71.775)	2.509.641
Aumento do capital social - emissão de ações	13	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13
Reconhecimento de pagamento baseado em ações	-	-	70	-	-	-	-	-	-	-	70
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	118.192	118.192
Constituição de reserva legal	21.d	-	-	-	2.321	-	-	-	-	(2.321)	-
Constituição de reserva de dividendos não distribuídos	21.d	-	-	-	-	-	11.024	-	-	(11.024)	-
Constituição de reserva de lucros	21.d	-	-	-	-	33.072	-	-	-	(33.072)	-
Outros resultados abrangentes:											
Ajustes acumulados de conversão	13.3	-	-	-	-	-	-	53.642	-	-	53.642
Realização de ajustes acumulados de conversão	13.3	-	-	-	-	-	-	(53.642)	-	-	(53.642)
Ativos disponíveis para venda	13.3	-	-	-	-	-	-	-	(318.588)	-	(318.588)
Impairment de ativos disponíveis para venda	13.3	-	-	-	-	-	-	-	318.588	-	318.588
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		2.568.010	(41.757)	55.245	1	2.321	33.072	11.024	-	-	2.627.916
Aumento do capital social - emissão de ações	21.b	330.002	-	-	-	-	-	-	-	-	330.002
Reconhecimento de pagamento baseado em ações	26.5.1	-	-	133	-	-	-	-	-	-	133
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.101.472)	(1.101.472)
Compensação de prejuízo	-	-	-	-	(2.321)	(33.072)	(11.024)	-	-	46.417	-
Outros resultados abrangentes:											
Ativos disponíveis para venda	13.3.1	-	-	-	-	-	-	-	(182.011)	-	(182.011)
Impairment de ativos disponíveis para venda	13.3.1.2	-	-	-	-	-	-	-	281.030	-	281.030
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		2.898.012	(41.757)	55.378	1	-	-	-	-	99.019	1.955.598

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2016

Valores expressos em milhares de Reais

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
(Prejuízo) lucro do exercício		(1.101.472)	118.192	(1.101.472)	118.192
Ajustes para reconciliar o (prejuízo) lucro do exercício com o caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais:					
Depreciação	14, 23	95.982	87.915	7.718	8.864
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado		261.723	-	-	-
Valor residual do ativo imobilizado baixado	14	5.797	12.459	5.776	10.478
Juros sobre aplicações financeiras e cauções	24	(13.488)	(28.048)	(7.343)	(7.483)
Juros (líquido) sobre partes relacionadas	26	30.253	-	10.369	(454)
Encargos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	16.4, 24	264.722	201.930	136.821	77.723
Apropriação dos custos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	16.4	1.779	2.198	1.028	1.055
Atualização e provisão líquida CCEE/Eletrobras/Distribuidoras	18.1	65.115	(19.120)	-	-
Multa sobre ressarcimento	18.1, 23	14.026	-	-	-
Impostos diferidos	12.1	(67.336)	185.921	(64.122)	185.537
Atualização e provisão para custos socioambientais	20.1	1.417	616	-	-
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	19	750	631	750	631
Provisão para gratificações a pagar		6.500	5.011	6.500	5.011
Pagamentos baseados em ações	26.5.1	133	70	133	70
Ganho na alienação de ativos	1.2b	-	(723.729)	-	(723.729)
Provisão para custos na alienação de ativos		-	20.295	-	20.295
Perda no investimento	13.3.1.2	455.427	279.144	455.427	279.144
Reconhecimento de dividendos de investida	13.4	(20.373)	(13.406)	(20.373)	(13.406)
Varição do valor justo reconhecido no resultado	24	-	(59.828)	-	(59.828)
Resultado de equivalência patrimonial	13.3	5.013	3.662	500.220	(44.409)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber de clientes		(19.669)	21.759	(339)	(2)
Impostos a recuperar		4.984	(2.195)	8.205	(1.591)
Despesas antecipadas		83	(1.435)	269	(517)
Adiantamentos a fornecedores		(378)	5.258	137	4.171
Outros créditos		1.558	(811)	1.196	1.030
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores		(64.651)	129.644	64.447	16.454
Impostos a recolher		(905)	34.650	(12.170)	22.118
Salários e férias a pagar		(7.186)	(9.927)	(7.186)	(9.927)
Contas a pagar CCEE/Eletrobras/Distribuidoras	18.1	(7.603)	(11.230)	-	-
Provisão para custos socioambientais	20.1	(584)	-	-	-
Outras contas a pagar		(1.480)	3.098	(1.054)	2.302
Adiantamentos de cliente	26.3	212.000	60.522	-	-
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social		(13.079)	(11.277)	(5.671)	-
Pagamentos de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	16.4	(288.294)	(129.505)	(162.726)	(37.283)
Dividendos recebidos	13.4	45.873	14.818	23.635	14.406
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais		(133.363)	177.282	(159.825)	(131.148)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aportes de capital em investidas	13.3.2, 31	-	-	(18.357)	(17.377)
Recursos para futuro aumento de capital	13.3.2	-	-	2.325	(620.977)
Baixa de investimento	13.3.2	-	-	-	99.908
Recebimento na alienação de ativos	1.2b	-	451.000	-	451.000
Aplicações financeiras		27.061	501.270	3.763	178.510
Cauções e depósitos vinculados		(28.787)	(76.371)	41.782	(71.672)
Aquisição de imobilizado	14, 31	(289.033)	(1.298.955)	(153.877)	(76.154)
Pagamento de imobilizado adquirido em períodos anteriores		(101.408)	(63.441)	-	-
Mútuo com partes relacionadas - concedidos		-	-	-	(34.608)
Mútuo com partes relacionadas - recebidos		-	-	-	54.972
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(392.167)	(486.497)	(124.364)	(36.398)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Integralização de ações	21.b	330.002	13	330.002	13
Valores recebidos de empréstimos, financiamentos e debêntures	16.4, 31	552.974	707.448	388.011	144.949
Custos na captação de empréstimos, financiamentos e debêntures		-	(13.822)	-	(8.311)
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures	16.4	(388.484)	(404.199)	(333.164)	(60.000)
Mútuo com partes relacionadas - pagamento		-	-	(45.745)	-
Mútuo com partes relacionadas - ingresso		-	-	(67.291)	82.666
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		494.492	289.440	271.813	159.317
REDUÇÃO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
		(31.038)	(19.775)	(12.376)	(8.229)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	7, 29.2	66.824	86.599	20.369	28.598
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	7	35.786	66.824	7.993	20.369
REDUÇÃO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
		(31.038)	(19.775)	(12.376)	(8.229)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Em 31 de dezembro de 2016

Valores expressos em milhares de Reais

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
RECEITAS					
Vendas de energia	22	527.182	428.903	2.827	1.602
Receitas relativas à construção de ativos próprios		129.092	64.323	10.406	42.412
Outras receitas		-	672.351	-	672.351
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS					
Custos dos serviços prestados e das mercadorias vendidas		(360.186)	(129.013)	-	(260)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(73.331)	(85.293)	(42.232)	(61.677)
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	14, 23	(261.723)	-	-	-
Perda no investimento	13.3.1.2	(455.427)	(279.144)	(455.427)	(279.144)
Valor adicionado bruto		(494.393)	672.127	(484.426)	375.284
Depreciação	14, 23	(95.982)	(87.915)	(7.718)	(8.864)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO		(590.375)	584.212	(492.144)	366.420
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA					
Resultado de equivalência patrimonial	13.3	(5.013)	(3.662)	(500.220)	44.409
Outras receitas	13.4	20.373	13.406	20.373	13.406
Receitas financeiras		17.557	95.023	10.061	67.640
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		(557.458)	688.979	(961.930)	491.875
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO					
Pessoal:					
Salários e encargos		28.565	35.995	15.865	34.296
Honorários da diretoria	26.4	10.165	10.330	10.165	10.330
Benefícios		9.275	8.521	6.542	8.521
FGTS		4.514	3.796	3.377	3.796
Impostos, taxas e contribuições:					
Federais		(333)	250.918	(57.481)	215.101
Municipais		137	45	137	45
Remuneração de capitais de terceiros:					
Juros		498.078	246.525	177.459	93.367
Aluguéis		3.689	4.650	2.885	4.186
Outros		(10.076)	10.007	(19.407)	4.041
(Prejuízo) lucro retido do exercício		(1.101.472)	118.192	(1.101.472)	118.192
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO		(557.458)	688.979	(961.930)	491.875

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2016

Valores expressos em milhares de Reais

1. Informações gerais

A Renova Energia S.A. (“Renova” ou “Companhia” ou “Controladora”), sociedade de capital aberto, CNPJ 08.534.605/0001-74, tem suas ações negociadas no nível 2 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA (“BOVESPA”). A Companhia é uma sociedade domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Roque Petroni Júnior, nº 999, 4º andar - São Paulo, que atua no desenvolvimento, implantação e operação de projetos de geração de energia de fontes renováveis - eólica, pequenas centrais hidrelétricas (“PCHs”) e solar, e na comercialização de energia a atividades relacionadas. A Companhia tem por objeto social a geração e comercialização de energia elétrica em todas as suas formas, produção de combustíveis a partir de fontes naturais e renováveis, a prestação de serviços de apoio logístico a empresas ou companhias de consultoria ambiental, a prestação de consultoria em soluções energéticas relativas à geração, comercialização, transmissão e demais negócios envolvendo energias alternativas, a prestação de serviços de engenharia, construção, logística, desenvolvimento de estudos e projetos relacionados a usinas de geração de energia em todas as suas formas e seus sistemas, bem como a sua implantação, operação, manutenção e exploração, a fabricação e comercialização de peças e equipamentos para a geração, transmissão e distribuição de energia, a atuação no mercado de geração de energia elétrica por meio de equipamentos de geração de energia solar, incluindo, mas não se limitando, a comercialização de energia gerada por fonte solar, a comercialização de equipamentos para a geração, transmissão e distribuição de energia por fonte solar, beneficiamento de polisilício, lingotes, wafers, células, painéis, módulos e inversores, a comercialização, arrendamento, aluguel ou qualquer outra forma de disponibilização de ativos de geração de energia e participação no capital social de outras sociedades.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possui participação societária nas seguintes controladas diretas e indiretas, em operação, em construção e em pré-operação (“Grupo Renova”):

		% Participação			
		31/12/2016		31/12/2015	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
PCH	Consolidação				
Enerbras Centrais Elétricas S.A. (Holding)	(a) Integral	100,00	-	100,00	-
Energética Serra da Prata S.A.	(b) Integral na Enerbras	-	99,99	-	99,99
Renova PCH LTDA.	(c) Integral	99,00	-	99,00	-
Chipey SP Participações S.A. (Holding)	(d) Integral	99,99	-	99,99	-

		% Participação			
		31/12/2016		31/12/2015	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
Eólico	Consolidação				
Nova Energia Holding S.A. (Holding)	(e) Integral	99,99	-	99,99	-
Renova Eólica Participações S.A. (Holding)	(e) Integral na Nova Energia	-	100,00	-	100,00
Centrais Eólicas da Prata S.A.	(f) Integral na Renova Eólica	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas dos Araçás S.A.	(f) Integral na Renova Eólica	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Morrão S.A.	(f) Integral na Renova Eólica	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Serafina S.A.	(f) Integral na Renova Eólica	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Tanque S.A.	(f) Integral na Renova Eólica	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Ventos do Nordeste S.A.	(f) Integral na Renova Eólica	-	99,99	-	99,99

- CONTINUA -

- CONTINUAÇÃO -

Eólico	Consolidação	% Participação			
		31/12/2016		31/12/2015	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
Centrais Eólicas Ametista S.A.	(g) Integral na Renova Eólica	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Borgo S.A.	(g) Integral na Renova Eólica	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Caetité S.A.	(g) Integral na Renova Eólica	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Dourados S.A.	(g) Integral na Renova Eólica	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Espigão S.A.	(g) Integral na Renova Eólica	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Maron S.A.	(g) Integral na Renova Eólica	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Pelourinho S.A.	(g) Integral na Renova Eólica	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Píloes S.A.	(g) Integral na Renova Eólica	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Serra do Espinhaço S.A.	(g) Integral na Renova Eólica	-	99,99	-	99,99
Alto Sertão Participações S.A. (Holding)	(e) Integral	99,99	-	99,99	-
Diamantina Eólica Participações S.A. (Holding)	(e) Integral na Alto Sertão	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas São Salvador S.A.	(h) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Abil S.A.	(i) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Acácia S.A.	(i) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Angico S.A.	(i) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Folha da Serra S.A.	(i) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Jabuticaba S.A.	(i) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Jacarandá do Serrado S.A.	(i) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Taboquinha S.A.	(i) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Tabua S.A.	(i) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Vaqueta S.A.	(i) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Unha d'Anta S.A.	(j) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Cedro S.A.	(j) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Vellozia S.A.	(j) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Angelim S.A.	(j) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Facheio S.A.	(j) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Sabiu S.A.	(j) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Barbatinão S.A.	(j) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Juazeiro S.A.	(j) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Jataí S.A.	(j) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Imburana Macho S.A.	(j) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Amescla S.A.	(j) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Umbuzeiro S.A.	(j) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Pau d'Água S.A.	(j) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Manineiro S.A.	(j) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A.	(e) Integral	99,00	-	99,00	-
Ventos de São Cristóvão Energias Renováveis S.A.	(k) Integral na Bela Vista XIV	-	99,00	-	99,00
Centrais Eólicas Botuquara S.A.	(j) Integral	99,00	-	99,00	-
Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A.	(j) Integral	99,00	-	99,00	-
Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A.	(j) Integral	99,00	-	99,00	-
Centrais Eólicas Canjoão S.A.	(j) Integral	99,00	-	99,00	-
Centrais Eólicas Carrancudo S.A.	(j) Integral	99,00	-	99,00	-
Centrais Eólicas Conquista S.A.	(j) Integral	99,00	-	99,00	-
Centrais Eólicas Coxilha Alta S.A.	(j) Integral	99,00	-	99,00	-
Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A.	(j) Integral	99,00	-	99,00	-

- CONTINUA -

- CONTINUAÇÃO -

Eólico	Consolidação	% Participação			
		31/12/2016		31/12/2015	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
Centrais Eólicas Jequitiba S.A.	(j) Integral	99,00	-	99,00	-
Centrais Eólicas Macambira S.A.	(j) Integral	99,00	-	99,00	-
Centrais Eólicas Tamboril S.A.	(j) Integral	99,00	-	99,00	-
Centrais Eólicas Tingui S.A.	(j) Integral	99,00	-	99,00	-
Centrais Eólicas Alcacuz S.A.	(j) Integral	99,00	-	99,00	-
Centrais Eólicas Calandra S.A.	(j) Integral	99,99	-	99,99	-
Centrais Eólicas Cansação S.A.	(j) Integral	99,00	-	99,00	-
Centrais Eólicas Embiruçu S.A.	(j) Integral	99,00	-	99,00	-
Centrais Eólicas Ico S.A.	(j) Integral	99,99	-	99,99	-
Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A.	(j) Integral	99,00	-	99,00	-
Centrais Eólicas Lençóis S.A.	(j) Integral	99,00	-	99,00	-
Centrais Eólicas Putumaju S.A.	(j) Integral	99,00	-	99,00	-
Centrais Elétricas Itaparica S.A.	(j) Integral	99,00	-	99,00	-
Centrais Eólicas Bela Vista XV LTDA.	(j) Integral	99,00	-	99,00	-
Centrais Eólicas Itapua IV LTDA.	(m) Integral	99,00	-	99,00	-
Centrais Eólicas Itapua V LTDA.	(m) Integral	99,00	-	99,00	-
Centrais Eólicas Itapua VII LTDA.	(m) Integral	99,00	-	99,00	-
Centrais Eólicas Itapua XV LTDA.	(k) Integral	99,00	-	99,00	-
Centrais Eólicas Itapua XX LTDA.	(k) Integral	99,00	-	99,00	-
Centrais Eólicas Uburanas 1 S.A.	(l) Integral	99,00	-	99,00	-
Centrais Eólicas Uburanas 2 S.A.	(l) Integral	99,00	-	99,00	-
Centrais Eólicas Uburanas 3 S.A.	(l) Integral	99,00	-	99,00	-
Centrais Eólicas Uburanas 4 S.A.	(l) Integral	99,00	-	99,00	-
Centrais Eólicas Uburanas 5 S.A.	(l) Integral	99,00	-	99,00	-
Centrais Eólicas Uburanas 6 S.A.	(l) Integral	99,00	-	99,00	-
Centrais Eólicas Uburanas 7 LTDA.	(n) Integral	99,00	-	99,00	-
Centrais Eólicas Uburanas 8 LTDA.	(n) Integral	99,00	-	99,00	-
Centrais Eólicas Uburanas 9 LTDA.	(n) Integral	99,00	-	99,00	-
Centrais Eólicas Uburanas 10 LTDA.	(k) Integral	99,00	-	99,00	-
Centrais Eólicas Uburanas 11 LTDA.	(k) Integral	99,00	-	99,00	-
Centrais Eólicas Uburanas 12 LTDA.	(k) Integral	99,00	-	99,00	-
Centrais Eólicas Uburanas 13 LTDA.	(k) Integral	99,00	-	99,00	-
Centrais Eólicas Uburanas 14 LTDA.	(k) Integral	99,00	-	99,00	-
Centrais Eólicas Uburanas 15 LTDA.	(k) Integral	99,00	-	99,00	-
Centrais Eólicas Uburanas 16 LTDA.	(k) Integral	99,00	-	99,00	-
Centrais Eólicas Uburanas 18 LTDA.	(k) Integral	99,00	-	99,00	-
Parque Eólico Iansã LTDA	(k) Integral	99,99	-	99,99	-

Holding	Consolidação	% Participação			
		31/12/2016		31/12/2015	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
Renovapar S.A.	(p) Integral	100,00	-	100,00	-
Espra Holding S.A.	(p) Integral	99,00	-	99,00	-
Bahia Holding S.A.	(p) Integral	99,00	-	99,00	-
CMNPAR Fifty Four Participações S.A.	(p) Integral	99,99	-	99,99	-

- CONTINUA -

- CONTINUAÇÃO -

		% Participação			
		31/12/2016		31/12/2015	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
Comercialização	Consolidação				
Renova Comercializadora de Energia S.A.	(o) Integral	100,00	-	100,00	-
		% Participação			
		31/12/2016		31/12/2015	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
PCH	Controle compartilhado não consolidado				
Brasil PCH S.A.	(q) Indireto pela Chipley	-	51,00	-	51,00
		% Participação			
		31/12/2016		31/12/2015	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
Holding	Outras participações				
TerraForm Global, Inc.	(r) Direto	11,64	-	11,42	-

- (a) Enerbras Centrais Elétricas S.A. (“Enerbras”), controlada direta, é uma sociedade por ações de capital fechado, sediada no Estado da Bahia, que tem por objeto social exclusivo participar no capital social da Energética Serra da Prata S.A., (“Espra”).
- (b) Energética Serra da Prata S.A., controlada indireta, é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social exclusivo a geração e comercialização de energia elétrica do Complexo Hidrelétrico Serra da Prata, composto pelas PCHs Cachoeira da Lixa, Colino I e Colino II, localizadas no Estado da Bahia. Em regime de autorização, tem toda a sua produção contratada com a Centrais Elétricas Brasileiras (“Eletrobras”), no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (“PROINFA”). A Espra entrou em operação em 2008.
- (c) Renova PCH Ltda. (“Renova PCH”), controlada direta, tem por objeto social a construção, implantação, operação e manutenção e geração de energia elétrica por meio de fonte hídrica. A empresa está em fase pré-operacional.
- (d) Chipley SP Participações S.A. (“Chipley”) é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social principal a participação em outras sociedades empresariais, como sócia, acionista ou quotista, podendo ainda participar de consórcios, e a exploração, direta ou indireta, conforme o caso, de serviços de energia elétrica, compreendendo os sistemas de geração, bem como de outros serviços correlatos.
- (e) Sociedades por ações de capital fechado, sediadas no Estado de São Paulo e na Bahia, que tem por objeto social principal a participação em outras sociedades que atuem, direta ou indiretamente na área de geração de energia elétrica por fonte eólica.
- (f) Sociedades por ações de capital fechado, que têm por objeto social projetar, implantar, operar e explorar parque eólico específico, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, tem toda a sua produção contratada com a CCEE, no âmbito do Leilão de Energia de Reserva – 2010 (“LER 2010”), vide nota 1.1.
- (g) Sociedades por ações de capital fechado, que tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar parque eólico específico, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, têm toda a sua produção contratada com as distribuidoras que declararam demanda no Leilão de Energia Nova – 2011 (“LEN 2011 (A-3)”), vide nota 1.1.
- (h) Centrais Eólicas São Salvador S.A. (“São Salvador”), controlada direta, é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar especificamente o parque eólico São

Salvador, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, tem toda a sua produção contratada com as distribuidoras que declararam demanda no Leilão de Energia Nova – 2012 (“LEN 2012 (A-5)”). O parque eólico está em fase de implantação.

- (i) Sociedades por ações de capital fechado, que têm por objeto social projetar, implantar, operar e explorar parque eólico específico, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, têm toda a sua produção contratada com a CCEE, no âmbito do Leilão de Energia de Reserva – 2013 (“LER 2013”). Os parques eólicos estão em fase implantação.
- (j) Controladas diretas e indiretas têm por objeto social projetar, implantar, operar e explorar parque eólico específico, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, têm toda a sua produção comercializada no mercado livre. Os parques eólicos estão em fase implantação.
- (k) Controladas diretas têm por objeto social a construção, implantação, operação e manutenção e geração de energia elétrica por meio de fonte eólica. Essas empresas estão em fase de implantação.
- (l) Controladas diretas, que tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar parque eólico específico, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, têm toda a sua produção contratada com as distribuidoras que declararam demanda no Leilão de Energia Nova – 2013 (“LEN 2013 (A-5)”). Essas companhias estão em fase de implantação.
- (m) Controladas diretas têm por objeto social projetar, implantar, operar e explorar usinas de geração de energia elétrica oriundas de fontes eólicas e solar, localizadas no Estado da Bahia. Em regime de autorização, têm toda a sua produção contratada com a CCEE, no âmbito do Leilão de Energia de Reserva – 2014 (“LER 2014”). Os parques eólicos estão em fase implantação.
- (n) Controladas diretas têm por objeto social projetar, implantar, operar e explorar usinas de geração de energia elétrica oriundas de fontes eólicas e solar, localizadas no Estado da Bahia. Em regime de autorização, têm toda a sua produção contratada com as distribuidoras que declararam demanda no Leilão de Energia Nova – 2014 (“LEN 2014 (A-5)”). Essas companhias estão em fase de implantação.
- (o) Renova Comercializadora de Energia S.A. (“Renova Comercializadora”), controlada direta, subsidiária integral, tem por objeto social principal a comercialização de energia elétrica em todas as suas formas.
- (p) Controladas diretas têm por objeto social principal a participação em outras sociedades que atuem, direta ou indiretamente, na área de geração e comercialização de energia elétrica em todas as suas formas.
- (q) Brasil PCH S.A. (“Brasil PCH”) é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social a participação em outras sociedades empresariais, como sócia, acionista ou quotista, podendo ainda participar em atividades relacionadas à administração, à construção, ao planejamento, à operação, à manutenção e ao desenvolvimento de projetos de geração de energia elétrica renovável por meio de PCHs.
- (r) TerraForm Global, Inc. (“TerraForm” ou “TerraForm Global”) é uma companhia globalmente diversificada orientada para pagamento de dividendos, constituída para deter e operar ativos de geração de energia limpa em mercados emergentes com alto crescimento. Em função da variação da quantidade total de ações da TerraForm Global, houve alteração no percentual de participação da Renova sem modificar a quantidade de ações que a Companhia possui, vide nota 1.2.a.

1.1 Operação comercial dos parques eólicos do LER 2010, LEN 2011 (A-3) e LER 2013

LER 2010 e LEN 2011 (A-3) - Os parques tiveram seu início de período de suprimento concatenado com a operação comercial das respectivas linhas de transmissão, as quais não eram de responsabilidade da Companhia. Assim, os parques do LER 2010 entraram em operação comercial em outubro de 2014 e do total de nove parques do LEN 2011 (A-3), quatro parques entraram em operação em março de 2015 e os outros cinco parques entraram em operação em janeiro de 2016.

LER 2013 - Os Contratos de Energia de Reserva estabelecem que os parques eólicos deveriam entrar em operação comercial em 1 de setembro de 2015, contudo estão atrasados com previsão de entrada em operação no segundo semestre de 2017. Conforme contrato, o efetivo pagamento da receita fixa está condicionado à entrada em operação comercial dos parques, devendo os recursos financeiros associados a esse pagamento ficarem retidos na CONER (conta de energia de reserva) os quais serão considerados quando da apuração das diferenças entre a energia gerada e a contratada (vide nota 18).

1.2 Operação com TerraForm Global

a) Descrição da operação

Conforme fatos relevantes divulgados pela Companhia nos dias 7 de maio, 15 de julho e 18 de setembro de 2015, a Companhia realizou operação de alienação e permuta de certos ativos assim como outros acordos (“Operação”) com a TerraForm e companhias ligadas segregadas em duas fases:

A primeira fase da operação, anunciada no dia 7 de maio de 2015, contemplou a celebração dos seguintes contratos:

(i) Contrato de compra e venda de ações para a alienação dos ativos do projeto Espra pelo valor de R\$136.000, mediante pagamento em dinheiro;

(ii) Contrato de compra e venda de ações para a alienação dos ativos do projeto Bahia, correspondentes a cinco parques eólicos que comercializaram energia no LER 2009, com 99,2 MW de capacidade instalada pelo valor contratual de R\$451.000, mediante pagamento em dinheiro; e

(iii) Contrato de permuta de ações para a permuta das ações das controladas da Companhia que detiverem os ativos do projeto Salvador, correspondente a nove parques eólicos que comercializaram energia no LER 2009, com 195,2 MW de capacidade instalada pelo valor contratual de R\$1.026.000, por 20.327.499 ações Classe A da TerraForm Global, sendo que o preço por ação da oferta pública de ações (IPO) da TerraForm Global (i.e. US\$15,00 por ação) foi utilizado como base dessa permuta.

Conforme fato relevante divulgado pela Companhia em 1º de dezembro de 2015, a TerraForm anunciou a desistência da aquisição de projetos em desenvolvimento da Renova mediante a permuta de ações da TerraForm por ações de subsidiárias da Companhia com um pipeline de R\$13,4 bilhões, referente a segunda fase da operação. Adicionalmente, a SunEdison desistiu de adquirir a participação que a Light detém da Renova, o que permitiria entrar no bloco de controle da Renova.

O fechamento da alienação dos projetos da Espra (três PCHs com 41,8 MW de capacidade instalada) à TerraForm Global foi cancelado, conforme fato relevante publicado em 1 de abril de 2016. Em função do cancelamento, em 1 de abril de 2016, a TerraForm Global pagou a Companhia uma multa no valor de R\$35.790 (vide nota 23).

b) Fechamento da primeira fase da operação

No dia 18 de setembro de 2015, a Companhia celebrou o fechamento parcial da primeira fase da operação com a TerraForm Global, com a conclusão da alienação/permuta dos projetos Bahia e Salvador. A data de reconhecimento contábil da alienação foi considerada para fins de mensuração do valor justo da permuta do projeto Salvador o qual é composto do valor justo das 20.327.499 (vinte milhões, trezentos e vinte e sete mil, quatrocentos e noventa e nove) ações da TerraForm no valor de R\$716.259 acrescido do valor justo da opção de venda de 7.000.000 (sete milhões) de ações (conforme detalhado na nota 1.2d e nota 8) no montante de R\$128.767. Abaixo demonstramos o valor do ganho em toda operação sem considerar os efeitos tributários:

Descrição	Bahia	Salvador	Total
Valor da venda	451.000	845.026	1.296.026
Custo do investimento	(215.333)	(356.964)	(572.297)
Ganho antes dos outros custos e provisões	235.667	488.062	723.729
Outros custos na venda			(38.143)
Provisões para garantias (vide nota 1.2c)			(13.235)
Ganho na venda			672.351

c) Cauções, garantias e respectivas provisões relativas à operação

Conforme determinado em contrato, parte dos recursos recebidos pela Companhia, em razão da alienação dos ativos do projeto Bahia, e parte das ações da TerraForm Global recebidas pela Renova, em razão da permuta dos ativos do projeto Salvador, encontram-se depositadas em contas garantia (*escrow account*), sujeita a compromissos para cumprimento de determinadas obrigações contratuais. Abaixo relacionamos os compromissos assim como detalhamos seus efeitos na nota 11.

Descrição	Projeto	Instituição	Valor ^(*)	Vencimento
Garantia referente a quantidade de energia gerada ⁽ⁱ⁾	Bahia	J.P. Morgan	22.769	31/01/2017
Garantia referente a reparos dos parques ⁽ⁱⁱ⁾	Bahia	J.P. Morgan	8.511	18/12/2016
Total de garantias em caução dinheiro			31.280	

(*) Valor atualizado em 31 de dezembro de 2016.

Descrição	Projeto	Instituição	Quantidade de ações	Vencimento
Garantia referente a quantidade de energia gerada ⁽ⁱ⁾	Salvador	Citibank	792.495	31/01/2017
Garantia referente a reparos dos parques ⁽ⁱⁱ⁾	Salvador	Citibank	313.333	18/12/2016
Total das garantias em ações da TerraForm			1.105.828	

(i) Garantia referente a estimativa de produção média de energia – garantia utilizada para assegurar a estimativa de produção média de energia adotada pelas partes nos contratos da operação. O contrato da operação com a TerraForm determina que a estimativa de produção média de energia futura a ser produzida pelos parques serão objeto de análise e confirmação por consultores independentes com base no modelo “P-50” e as possíveis diferenças com a energia informada em contrato 861.998 MWh por ano será ajustada considerando um efeito de até R\$40.000, considerando os termos contratuais.

(ii) Garantia referente a reparos dos parques: conforme contrato relativo à Operação com a TerraForm a Renova é responsável por realizar certos reparos nos parques (“*remediation Items*”) às custas da própria Renova. De forma

a garantir o cumprimento desses reparos é mantido saldo em conta vinculada o montante de R\$8.084 (2015, R\$16.220) além de 313.333 ações da TerraForm.

A Companhia está em negociação com a Terraform para liberação dessas garantias. Com relação a garantia para reparo dos parques, as partes concordaram em liberar o valor de R\$3.338, dos R\$8.511 caucionados. Dessa forma, foi atualizado o efeito no resultado em 31 de dezembro de 2016. A expectativa da administração é que os valores e ações caucionados sejam liberados até o final do primeiro trimestre. Dessa forma, com base na análise atual da administração da Companhia foi estimado o montante esperado de efeito no resultado relativo às garantias caucionadas nos itens (i) e (ii) conforme abaixo discriminado:

<u>Descrição</u>	<u>Valor</u>
Garantia relativa à quantidade de energia gerada	10.000
Garantia relativa à manutenção dos parques	5.174
Total	<u>15.174</u>

d) Contrato de opção de venda com a SunEdison (controladora da TerraForm)

Em 18 de setembro de 2015, foi celebrado um contrato de opção de venda para a Renova e uma opção de compra para a SunEdison, por meio da qual, a partir de 31 de março de 2016 a Companhia teve a opção de alienar com a SunEdison até 7 milhões das ações da TerraForm Global recebidas pela Renova por conta do fechamento da permuta dos ativos do projeto Salvador descrito anteriormente; e a SunEdison teve a opção de adquirir da Renova, até 7 milhões das ações da TerraForm. Em 1 de abril de 2016, a Companhia notificou a SunEdison e a TerraForm Global sobre a sua intenção de exercer a opção de venda das 7 milhões de ações, que conforme contrato, a mesma teria 60 dias para exercer a opção. Em 21 de abril de 2016, a SunEdison pediu recuperação judicial nos Estados Unidos (*Chapter 11*), e até a data de emissão desse relatório a SunEdison não liquidou essa transação, ver detalhes nas notas 8 e 19.

e) Contrato de gestão de ativos (*Asset Management Agreement*)

Em 18 de setembro de 2015 a Companhia assinou contrato de prestação de serviços de gestão de ativos com a TerraForm para gerir os ativos alienados na Operação (Bahia Eólica e Salvador Eólica) pelo período de 12 meses. Pela prestação deste serviço a Renova recebeu o valor total de R\$3.639 e ficou responsável pela gestão diária das operações, gestão de contratos, gestão financeira, contábil e demais gestões constantes no contrato. Em 18 de setembro de 2016, o contrato foi encerrado. No exercício de 2016, a receita reconhecida é de R\$2.729 (2015, R\$910) (vide nota 22).

1.3 Continuidade operacional

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia incorreu em prejuízo de R\$1.101.472 e os passivos circulantes excederam o total dos ativos circulantes no montante de R\$789.590 (controladora) e R\$3.211.041 (consolidado). Além disso, a Companhia tem apresentado geração operacional negativa de caixa. Os principais motivos para esse cenário são: i) operações de compra de energia para honrar os compromissos relacionados ao atraso da entrada em operação de determinados parques eólicos; ii) investimentos relevantes que estão sendo alocados na construção dos parques do complexo eólico Alto Sertão III; iii) atraso na liberação do financiamento de longo prazo com o BNDES; iv) o não atingimento de determinados indicadores de *covenants* e a não obtenção da anuência dos credores em 2016 fez com que determinados financiamentos de longo prazo fossem reclassificados para o circulante; e iv) perdas decorrentes da operação com a Terraform descrita na nota 1.2.

Diante deste cenário, a Companhia vem executando diversas ações com o objetivo de reequilibrar sua estrutura de liquidez e de geração de caixa. A seguir estão relacionadas as ações e o plano da Companhia:

- (1) Em 20 de janeiro de 2017, a Companhia aceitou a oferta vinculante para venda dos parques do LER 2010 e LEN 2011 (A-3), no valor de R\$650.000, conforme nota 32.1. Quando concretizada essa operação, a dívida relativa aos parques do Complexo Alto Sertão II, que em 31 de dezembro de 2016 monta o valor de R\$1.149.913, será transferida na transação com a AES Tietê, e a Companhia receberá um caixa de aproximadamente R\$480.000 líquido das garantias contratuais e outras. Consequentemente, com o sucesso dessa operação, o capital circulante líquido negativo da Companhia que em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$3.211.041 (consolidado) passaria para o montante aproximado de R\$1.581.128;
- (2) Está sendo realizada uma reestruturação relevante dos gastos administrativos e redução da estrutura administrativa e operacional da Companhia;
- (3) Os acionistas do bloco de controle estão empenhados em suportar financeiramente para que a Companhia alcance o reequilíbrio de liquidez. Dentre as medidas já implementadas estão: i) conforme descrito na nota 21.b, o aporte pelos acionistas no exercício de 2016 no montante de R\$330 milhões; e ii) conforme notas 26.3 e 32, desde dezembro de 2015, a acionista CEMIG GT e a parte relacionada Lightcom vem antecipando recursos que totalizam R\$282 milhões relacionados a contrato de compra e venda de energia, sendo R\$60.000 em dezembro de 2015, R\$212 milhões em 2016 pela CEMIG GT e R\$10 milhões pela Lightcom em 2017 (vide nota 32.2). Ademais, em 26 de fevereiro de 2016 os acionistas assinaram o Contrato de Suporte de Acionistas, no qual os acionistas do bloco de controle se obrigam a aportar recursos na Companhia caso haja insuficiência de recursos disponíveis para o pagamento das parcelas dos juros remuneratórios das Debêntures com o Banco do Brasil nas respectivas datas de pagamento.;
- (4) Contratação de financiamento de longo prazo com o BNDES - a Companhia está em entendimentos para assinatura do contrato de financiamento de longo prazo, no montante aproximado de R\$900.000 que irá substituir o empréstimo-ponte tomado e registrado no passivo circulante até 31 de dezembro de 2016 no montante de R\$800.579 (principal e encargos), e o restante será utilizado para as obras relacionadas ao projeto Alto Sertão III-Fase A. Uma vez que o longo prazo seja contratado parte do passivo circulante será reclassificado para o não circulante. Até o momento, já foram investidos no Alto Sertão III – Fase A o montante de R\$2,1 bilhões, que corresponde a 87%^(*) da compleição física da obra, sem que houvesse liberação de financiamento de longo prazo do BNDES;
- (5) Adiamento de determinados projetos para equalização do fluxo de caixa da Companhia, como a postergação de 2/3 do projeto Light II e o cancelamento do PPA Cemig.
- (6)) Pedido de anuência aos credores, que possibilitará a reclassificação da dívida no montante de R\$910.077 para o passivo não circulante.

Como alternativa para viabilização de novos recursos, existe a possibilidade de otimização do portfólio, venda de projetos e/ou ativos operacionais, bem como a entrada de novos acionistas.

A Administração entende que, com o sucesso das medidas acima, será possível retomar o equilíbrio econômico, financeiro e de liquidez da Companhia.

(*) Informação não auditada pelos auditores independentes.

2. Principais políticas contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem:

- a) As demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme Pronunciamento Técnico – CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis; emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovada pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, identificadas como “Controladora” ou “individuais”.
- b) As demonstrações financeiras consolidadas, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovada pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e a norma internacional IAS 1 – “*Presentation of Financial Statements*”, emitida pelo “*International Accounting Standards Board - IASB*” (“*International Financial Reporting Standards - IFRS*”) e identificadas como “Consolidado”.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

Essas demonstrações financeiras consolidadas e individuais estão sendo apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras foram apresentadas em milhares de Reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações financeiras consolidadas e individuais foram aprovadas para arquivamento na CVM pelo Conselho de Administração em **22 de março de 2017**.

2.2 Base de elaboração, mensuração e resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras consolidadas e individuais foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos não correntes como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo no fim de cada período de relatório, conforme descrito nas políticas contábeis a seguir.

O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

Conforme nota 1.2, certos ativos foram alienados no exercício de 2015. Desta forma, qualquer interpretação ou análise das demonstrações financeiras deve levar em consideração essas circunstâncias.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela administração em sua gestão das atividades da Companhia.

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras consolidadas e individuais. O resumo das principais políticas contábeis adotadas pelo Grupo é como segue:

2.3 Bases de consolidação e investimentos em controladas

Foram consolidadas as demonstrações financeiras das controladas mencionadas na nota 1. Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

- eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as companhias consolidadas;
- eliminação das participações da controladora no patrimônio líquido das companhias controladas, direta e indiretamente;
- eliminação dos saldos de receitas e despesas de transação entre as companhias consolidadas.

Conforme nota 1.2, os ativos operacionais alienados foram consolidados no resultado até setembro de 2015.

2.4 Investimentos em coligadas e joint ventures

Uma coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia possui influência significativa. Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida, sem exercer controle individual ou conjunto sobre essas políticas.

Os resultados e os ativos e passivos de coligadas ou joint ventures são incorporados nestas demonstrações financeiras pelo método de equivalência patrimonial, exceto quando o investimento, ou uma parcela dele, é classificado como mantido para venda, caso em que ele é contabilizado de acordo com a IFRS 5 (equivalente ao CPC 31). De acordo com o método de equivalência patrimonial, um investimento em uma coligada ou joint venture é reconhecido inicialmente no balanço patrimonial ao custo e ajustado em seguida para reconhecer a participação da Companhia no resultado e em outros resultados abrangentes da coligada ou joint venture.

A Companhia descontinua o uso do método de equivalência patrimonial a partir da data em que o investimento deixa de ser uma coligada ou joint venture ou quando o investimento é classificado como mantido para venda. Quando a Companhia detém uma participação na coligada ou joint venture antiga e a participação detida é um ativo financeiro, a Companhia mensura a participação detida pelo valor justo naquela data e o valor justo é considerado seu valor justo no reconhecimento inicial de acordo com a IAS 39 (equivalente ao CPC 38). A diferença entre o valor contábil da coligada na data em que o uso do método de equivalência patrimonial é descontinuado e o valor justo de qualquer participação detida e quaisquer resultados da alienação parcial da participação na coligada ou joint venture é incluída na determinação do ganho ou da perda.

2.5 Ativos não circulantes mantidos para venda

Os ativos não circulantes são classificados como mantidos para venda caso o seu valor contábil seja recuperado principalmente por meio de uma transação de venda e não através do uso contínuo. Essa condição é atendida somente quando o ativo (ou grupo de ativos) estiver disponível para venda imediata em sua condição atual, sujeito apenas a termos usuais e costumeiros para venda desse ativo (ou grupo de ativos), e sua venda for considerada altamente provável. A Administração deve estar comprometida com a venda, a qual se espera que, no reconhecimento, possa ser considerada como uma venda concluída dentro de um ano a partir da data de classificação.

Quando a Companhia está comprometida com um plano de venda que envolve a perda de controle de uma controlada, quando atendidos os critérios descritos no parágrafo anterior, todos os ativos e passivos dessa controlada são classificados como mantidos para venda nas demonstrações financeiras.

Os ativos não circulantes (ou o grupo de ativos) classificados como destinados à venda são mensurados pelo menor valor entre o contábil anteriormente registrado e o valor justo menos o custo de venda.

2.6 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades das controladas é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. A receita de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

A receita de dividendos de investimentos é reconhecida quando o direito do acionista de receber tais dividendos é estabelecido (desde que seja provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para o Grupo e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade).

A receita obtida com a venda de energia elétrica é reconhecida no resultado quando do seu fornecimento, medição ou condição contratual. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e mútuos com partes relacionadas. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

2.7 Resultado por ação

O lucro por ação básico é calculado por meio da divisão do lucro (prejuízo) líquido do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias (“ON”) e preferenciais (“PN”) da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício, excluídas as ações em tesouraria.

O lucro por ação diluído é calculado por meio da divisão do lucro (prejuízo) líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas no pressuposto do exercício das opções de compra de ações com valor de exercício inferior ao valor de mercado, excluídas as ações em tesouraria.

2.8 Acordos de pagamentos baseados em ação

O plano de remuneração baseado em ações para empregados é mensurado pelo valor justo dos instrumentos de patrimônio na data da outorga. Os detalhes a respeito da determinação do valor justo desses planos estão descritos na nota 26.5. O valor justo das opções concedidas determinado na data da outorga é registrado pelo método linear como despesa no resultado do exercício durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas da Companhia sobre quais opções concedidas serão eventualmente adquiridas, com correspondente aumento do patrimônio. No fim de cada período de relatório, a Companhia revisa suas estimativas sobre a quantidade de instrumentos de patrimônio que serão adquiridos.

No caso dos pagamentos baseados em ações que são liquidados em caixa, um passivo é inicialmente registrado proporcionalmente ao valor justo dos produtos e serviços recebidos. No fim de cada período de relatório, o passivo é atualizado com base em seu valor justo e as mudanças são registradas no resultado do exercício.

2.9 Tributação (nota 25)

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

2.9.1 Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por cada empresa do Grupo Renova com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

As controladas Espra, os parques eólicos LER 2010 e LEN 2011 (A-3) optaram pelo regime de lucro presumido. A Controladora e demais companhias listadas na nota 1 optaram pelo regime de lucro real.

O imposto de renda e a contribuição social com base no lucro real são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$20 por mês incorrido no ano para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto de renda e a contribuição social com base no lucro presumido são recolhidos trimestralmente sobre a receita bruta, considerando o percentual de presunção, nas formas e alíquotas previstas na legislação vigente (base de estimativa de 8% e 12% sobre as vendas para imposto de renda e contribuição social, respectivamente) e as receitas financeiras.

2.9.2 Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“imposto diferido”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no fim de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

2.10 Ativo imobilizado (nota 14)

2.10.1 Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, quando aplicado, e custos e juros de empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros capitalizados durante a fase de construção deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não utilizados, quando aplicável.

Os juros e demais encargos financeiros incorridos de financiamentos vinculados às obras em andamento são apropriados nas imobilizações em curso. Para aqueles recursos que foram captados especificamente para determinadas obras, a alocação dos encargos é feita de forma direta para os ativos financiados. Para os demais empréstimos e financiamentos que não são vinculados diretamente a obras específicas, é estabelecida uma taxa para a capitalização dos custos desses empréstimos.

As licenças ambientais prévias e de instalação, obtidas na fase de planejamento do empreendimento e na instalação do mesmo, consecutivamente, são reconhecidas como custo dos ativos das pequenas centrais hidrelétricas, parques eólicos e usinas de geração solar.

2.10.2 Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As taxas de depreciação estão de acordo com a Resolução Normativa nº 474/12, emitida pela ANEEL, que altera as tabelas I e XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE, aprovado pela Resolução Normativa nº 367/09. As taxas de depreciação refletem a vida útil dos ativos e são as utilizadas pela Companhia e suas controladas para a depreciação dos seus ativos imobilizados.

A medida que novas informações ou decisões do órgão regulador ou do poder concedente sejam conhecidos o atual prazo de depreciação desses ativos poderá ou não ser alterado.

2.11 Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício, a Companhia e suas controladas revisam o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia e suas controladas calculam o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável pelo menos uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável calculado de um ativo (ou unidade geradora de caixa) for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.12 Provisões

Uma provisão é reconhecida para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.13 Instrumentos financeiros e gestão de riscos (nota 27)

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia ou suas controladas forem parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

2.13.1 Ativos financeiros

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: i) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, ii) investimentos mantidos até o vencimento, iii) ativos financeiros disponíveis para venda; e iv) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. A Companhia e suas controladas possuem os seguintes principais ativos financeiros:

2.13.1.1 Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Instrumentos financeiros registrados pelo valor justo por meio de resultado: são ativos mantidos para negociação ou designados como tal no momento do reconhecimento inicial. A Companhia e suas controladas gerenciam esses ativos e tomam decisões de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e sua estratégia de investimentos. Esses ativos financeiros são registrados pelo respectivo valor justo, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício. Os principais ativos financeiros que a Companhia e suas controladas possuem e mantêm classificados nesta categoria é “outros ativos financeiros” (nota 8), caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras (nota 7).

2.13.1.2 Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante. A Companhia e suas controladas possuem os seguintes principais ativos financeiros classificados nesta categoria:

- Caixa e equivalentes de caixa (nota 7)
- Contas a receber de clientes (nota 9);

- Cauções e depósitos vinculados (nota 11);
- Contas a receber CCEE (nota 18); e
- Transações com partes relacionadas (nota 26).

2.13.1.3 Disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda correspondem a ativos financeiros não derivativos designados como disponíveis para venda ou que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis; (b) investimentos mantidos até o vencimento; ou (c) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Investimentos em títulos classificados como disponíveis para venda e mensurados pelo valor justo por meio dos outros resultados abrangentes

Consistem, principalmente, em investimentos em ações adquiridas no exterior, e que estão registrados no ativo não circulante. Os ganhos e eventuais perdas são registrados no patrimônio líquido, onde permanecerão até a efetiva realização dos títulos, ou quando uma eventual perda for considerada irrecuperável.

Perda (*impairment*) de ativos financeiros disponíveis para venda

A Companhia possui investimentos em ações classe A (GLBL) da TerraForm (“Ações TERG”), designadas como ativos financeiros disponíveis para venda. A Companhia adota essa designação, pois a natureza do investimento não está compreendida em nenhuma das demais categorias de instrumentos financeiros (empréstimos, contas a receber, investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado). O ativo está classificado como um ativo não circulante sob a rubrica de investimento e está registrado ao valor justo (*fair value*), baseado na cotação de preço de mercado em bolsa de valores (NASDAQ). De acordo com a política da Companhia, os ganhos e perdas decorrentes da variação da cotação das ações são registrados diretamente no patrimônio líquido na rubrica de outros resultados abrangentes.

Considerando a volatilidade nas cotações das Ações TERG, a Companhia avalia trimestralmente se existem evidências objetivas de perda no valor recuperável desses ativos financeiros, ou seja, a administração da Companhia avalia se a queda no valor de mercado das Ações TERG deve ser considerada significativa ou prolongada. Esta avaliação, por sua vez, exige julgamento com base em política da Companhia, elaborada segundo práticas usadas no mercado nacional e internacional, e consiste na análise, instrumento por instrumento, baseada em informação quantitativa e qualitativa disponível no mercado a partir do momento que um instrumento demonstra uma queda igual ou superior a 20% no seu valor de mercado (“Queda Significativa”) ou a partir de uma queda inferior à Queda Significativa, porém superior à 5% do seu valor de mercado em comparação com seu custo de aquisição por mais de 12 meses (“Queda Prolongada”). Se uma Queda Significativa ou uma Queda Prolongada no valor de mercado do instrumento for apurada, a correspondente parcela acumulada classificada anteriormente em outros resultados abrangentes deve ser registrada no resultado do exercício a título de *impairment*.

As perdas por redução ao valor recuperável, anteriormente reconhecidas no resultado, não são revertidas por meio do resultado. Qualquer aumento no valor justo após uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecido em outros resultados abrangentes.

2.13.2 Passivos financeiros

2.13.2.1 Outros passivos financeiros

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Os principais passivos financeiros da Companhia e de suas controladas compreendem:

- Fornecedores (nota 15);
- Empréstimos, financiamentos e debêntures (nota 16);
- Contas a pagar – CCEE, Eletrobras e Distribuidoras (nota 18);
- Provisão para custos socioambientais (nota 20); e
- Transações com partes relacionadas (nota 26).

2.13.3 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e suas controladas não possuem instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

2.13.4 Capital social

As ações são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários.

2.14 Informações por segmentos operacionais (nota 6)

Os resultados que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis.

2.15 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (DVA) consolidadas e individuais, nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme este CPC aplicável às companhias abertas, enquanto que para IFRS representam informação financeira adicional.

2.16 Adoção das IFRSs novas e revisadas

2.16.1 Alterações às IFRSs e as novas interpretações de aplicação obrigatória a partir do exercício corrente.

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração da Companhia considerou, quando aplicável, novas revisões e interpretações às IFRS e aos pronunciamentos técnicos, emitidos pelo IASB e pelo CPC, respectivamente, que entram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis findos em ou após 31 de dezembro de 2016.

Estas novas revisões e interpretações às IFRS não trouxeram impactos às demonstrações financeiras da Companhia. Em 2016, a Companhia passou a aplicar as melhorias anuais às IFRS referentes aos Ciclos 2012-2014, contendo, também, as modificações às IAS 1, que entraram em vigor para períodos contábeis iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016. A aplicação dessas melhorias não resultou em impactos nas divulgações ou nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

2.16.2 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

A Companhia não adotou antecipadamente as IFRS novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não vigentes:

Aplicável a
períodos anuais
com início
em/ou após:

<u>Pronunciamento</u>	<u>Descrição</u>	
IAS 12 – Impostos sobre receitas	Clarifica o reconhecimento de impostos diferidos sobre a renda para perdas não realizadas em determinadas circunstâncias.	1/1/2017
Alterações à IAS 7 – Fluxo de caixa	Melhorias quanto a avaliação de passivos que devem ser refletidos em atividades de financiamento.	1/1/2017
CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos Financeiros	Diversas mudanças na classificação e mensuração, principalmente na mensuração de perda de valor recuperável e contabilização de <i>hedge</i> .	1/1/2018
IFRS 15 - Receita de Contrato com Clientes	Implementa um modelo com base em princípios; um guia definido é dado em relação à quando a receita deve ser reconhecida. Introduz também novas divulgações.	1/1/2018
IFRS 16 – Arrendamento mercantil	Requer o reconhecimento dos arrendamentos mercantis operacionais nos mesmos formatos dos financeiros. No dia 13 de janeiro de 2016, o IASB emitiu a IFRS 16 – Arrendamento Mercantil, com principal objetivo de redefinir o reconhecimento dos arrendamentos mercantis operacionais. A Companhia está avaliando o impacto desta norma nas suas demonstrações financeiras.	1/1/2019

Até o momento a Companhia não identificou nenhum impacto material relativo à adoção das novas normas.

3. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas

A elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e utilize premissas que afetem os valores demonstrados de receitas, despesas, ativos e passivos, inclusive na evidenciação dos passivos contingentes no encerramento do exercício, porém, as incertezas quanto à essas premissas e estimativas podem gerar resultados que exijam ajustes substanciais ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos ou exercícios futuros. Os principais julgamentos, estimativas e premissas utilizados para a elaboração dessa demonstração financeira estão listados abaixo:

a) Redução ao valor recuperável do ativo imobilizado (*impairment*)

Anualmente, a Companhia efetua o teste de recuperação de seus ativos ou grupo de ativos ou Unidade Geradora de Caixa (“UGC”), ou ainda sempre que houver qualquer evidência interna ou externa que o ativo possa apresentar perda do valor recuperável. O valor recuperável das UGCs foi determinado por meio de cálculo baseado no valor em uso a partir de projeções de caixa para os períodos em que a Companhia possui autorização dos órgãos reguladores e as premissas utilizadas pela Companhia estão descritas na nota 14.

b) Provisão para perdas judiciais

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos tributários, trabalhistas e cíveis que são classificados de acordo com o risco de perda: provável, possível e remoto. A análise quanto a probabilidade de perda é realizada pela Administração com auxílio dos assessores legais externos e devidamente corroborada pelo departamento jurídico. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância jurídica.

As provisões para demandas judiciais são constituídas para todos os processos cuja probabilidade de perda seja provável, dessa forma a Companhia constituiu provisões suficientes para cobrir eventuais perdas com processos judiciais e administrativos. As provisões para demandas judiciais estão apresentadas na nota 19.

c) Valor justo dos instrumentos financeiros

Quando não é possível obtê-los em mercados ativos, o valor justo dos ativos e passivos financeiros registrados nas demonstrações financeiras é apurado conforme a hierarquia estabelecida pelo pronunciamento técnico CPC 46 – Mensuração do Valor Justo (IFRS 13), que determina certas técnicas de avaliação. As informações para esses modelos são obtidas, sempre que possível, de mercados observáveis ou informações, de operações e transações comparáveis no mercado. Os julgamentos incluem um exame das informações, tais como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Eventuais alterações das premissas referentes a esses fatores podem afetar o valor justo demonstrado dos instrumentos financeiros, ver nota 27.

d) Provisão para custos socioambientais

A Companhia reconheceu em suas demonstrações financeiras provisão para custos socioambientais baseado em estimativas de desembolsos de caixa futuros necessários para cumprir com as exigências regulatórias e ambientais de projetos incorridos. A análise quanto aos valores envolvidos nesta estimativa foi realizada pela equipe interna de ambiental baseado em fontes de informações internas e externas as quais envolvem julgamentos. Os detalhes dessa provisão estão descritos na nota 20.

e) Vida útil e valor residual dos bens do imobilizado

Conforme mencionado na nota 2.11.2, a Companhia utiliza as taxas definidas pela ANEEL para depreciação dos itens do ativo imobilizado por julga-las que refletem a vida útil desses bens. Entretanto, a Companhia revisa anualmente a vida útil e o valor residual estimado dos bens do ativo imobilizado para avaliar sua razoabilidade. Os detalhes das taxas de depreciação estão divulgados na nota 14.

4. Das autorizações

4.1 Mercado regulado (ACR)

<u>PCH</u>	<u>Ref. Contrato</u>	<u>Resolução ANEEL</u>	<u>Data da resolução</u>	<u>Prazo da autorização</u>	<u>Capacidade de produção instalada*</u>
Cachoeira da Lixa	PROINFA	697	24/12/2003	30 anos	14,80 MW
Colino 2	PROINFA	695	24/12/2003	30 anos	16,00 MW
Colino 1	PROINFA	703	24/12/2003	30 anos	11,00 MW

<u>Eólico</u>	<u>Ref. Contrato</u>	<u>Portaria MME</u>	<u>Data da portaria</u>	<u>Prazo da autorização</u>	<u>Capacidade de produção instalada*</u>
Centrais Eólicas da Prata S.A.	LER 05/2010	177	25/03/2011	35 anos	21,84 MW
Centrais Eólicas dos Araçás S.A.	LER 05/2010	241	07/04/2011	35 anos	31,86 MW
Centrais Eólicas Morrão S.A.	LER 05/2010	268	20/04/2011	35 anos	30,24 MW
Centrais Eólicas Seraíma S.A.	LER 05/2010	332	27/05/2011	35 anos	30,24 MW
Centrais Eólicas Tanque S.A.	LER 05/2010	330	26/05/2011	35 anos	30,00 MW
Centrais Eólicas Ventos do Nordeste S.A.	LER 05/2010	161	18/03/2011	35 anos	23,52 MW
Centrais Eólicas Ametista S.A.	LEN 02/2011 (A-3)	135	14/03/2012	35 anos	28,56 MW
Centrais Eólicas Borgo S.A.	LEN 02/2011 (A-3)	222	13/04/2012	35 anos	20,16 MW
Centrais Eólicas Caetité S.A.	LEN 02/2011 (A-3)	167	21/03/2012	35 anos	30,24 MW
Centrais Eólicas Dourados S.A.	LEN 02/2011 (A-3)	130	13/03/2012	35 anos	28,56 MW
Centrais Eólicas Espigão S.A.	LEN 02/2011 (A-3)	172	22/03/2012	35 anos	10,08 MW
Centrais Eólicas Maron S.A.	LEN 02/2011 (A-3)	107	08/03/2012	35 anos	30,24 MW
Centrais Eólicas Pelourinho S.A.	LEN 02/2011 (A-3)	168	21/03/2012	35 anos	21,84 MW
Centrais Eólicas Pilões S.A.	LEN 02/2011 (A-3)	128	13/03/2012	35 anos	30,24 MW
Centrais Eólicas Serra do Espinhaço S.A.	LEN 02/2011 (A-3)	171	22/03/2012	35 anos	18,48 MW
Centrais Eólicas São Salvador S.A.	LEN 06/2012 (A-5)	162	22/05/2013	35 anos	18,90 MW ⁽¹⁾
Centrais Eólicas Abil S.A.	LER 05/2013	109	19/03/2014	35 anos	23,70 MW
Centrais Eólicas Acácia S.A.	LER 05/2013	123	24/03/2014	35 anos	16,20 MW
Centrais Eólicas Angico S.A.	LER 05/2013	111	19/03/2014	35 anos	8,10 MW
Centrais Eólicas Folha da Serra S.A.	LER 05/2013	115	19/03/2014	35 anos	21,00 MW
Centrais Eólicas Jabuticaba S.A.	LER 05/2013	113	19/03/2014	35 anos	9,00 MW
Centrais Eólicas Jacaranda do Serrado S.A.	LER 05/2013	116	19/03/2014	35 anos	21,00 MW
Centrais Eólicas Taboquinha S.A.	LER 05/2013	114	19/03/2014	35 anos	21,60 MW
Centrais Eólicas Tabua S.A.	LER 05/2013	110	19/03/2014	35 anos	15,00 MW
Centrais Eólicas Vaqueta S.A.	LER 05/2013	132	28/03/2014	35 anos	23,40 MW
Centrais Eólicas Umburanas 1 S.A. (Umburanas 1)	LEN 10/2013 (A-5)	390	01/08/2014	35 anos	27,00 MW
Centrais Eólicas Umburanas 1 S.A. (Umburanas 2)	LEN 10/2013 (A-5)	397	04/08/2014	35 anos	27,00 MW
Centrais Eólicas Umburanas 1 S.A. (Umburanas 3)	LEN 10/2013 (A-5)	398	04/08/2014	35 anos	18,90 MW
Centrais Eólicas Umburanas 2 S.A. (Umburanas 4)	LEN 10/2013 (A-5)	388	01/08/2014	35 anos	18,90 MW
Centrais Eólicas Umburanas 2 S.A. (Umburanas 5)	LEN 10/2013 (A-5)	389	04/08/2014	35 anos	18,90 MW
Centrais Eólicas Umburanas 2 S.A. (Umburanas 6)	LEN 10/2013 (A-5)	415	12/08/2014	35 anos	21,60 MW
Centrais Eólicas Umburanas 3 S.A. (Umburanas 7)	LEN 10/2013 (A-5)	550	27/11/2013	35 anos	24,30 MW
Centrais Eólicas Umburanas 3 S.A. (Umburanas 8)	LEN 10/2013 (A-5)	551	27/11/2013	35 anos	24,30 MW
Centrais Eólicas Umburanas 3 S.A. (Umburanas 9)	LEN 10/2013 (A-5)	400	04/08/2014	35 anos	18,00 MW
Centrais Eólicas Umburanas 4 S.A. (Umburanas 10)	LEN 10/2013 (A-5)	399	04/08/2014	35 anos	21,00 MW
Centrais Eólicas Umburanas 4 S.A. (Umburanas 11)	LEN 10/2013 (A-5)	407	08/08/2014	35 anos	15,00 MW
Centrais Eólicas Umburanas 4 S.A. (Umburanas 12)	LEN 10/2013 (A-5)	433	21/08/2014	35 anos	22,80 MW
Centrais Eólicas Umburanas 5 S.A. (Umburanas 13)	LEN 10/2013 (A-5)	434	21/08/2014	35 anos	18,90 MW
Centrais Eólicas Umburanas 5 S.A. (Umburanas 14)	LEN 10/2013 (A-5)	435	21/08/2014	35 anos	24,90 MW
Centrais Eólicas Umburanas 5 S.A. (Umburanas 15)	LEN 10/2013 (A-5)	436	21/08/2014	35 anos	18,90 MW
Centrais Eólicas Umburanas 6 S.A. (Umburanas 16)	LEN 10/2013 (A-5)	437	21/08/2014	35 anos	27,00 MW
Centrais Eólicas Umburanas 6 S.A. (Umburanas 18)	LEN 10/2013 (A-5)	438	21/08/2014	35 anos	8,10 MW
Centrais Eólicas Umburanas 7 Ltda. (Umburanas 17)	LEN 6/2014 (A-5)	382	03/07/2015	35 anos	24,30 MW
Centrais Eólicas Umburanas 7 Ltda. (Umburanas 19)	LEN 6/2014 (A-5)	343	04/08/2015	35 anos	25,80 MW
Centrais Eólicas Umburanas 7 Ltda. (Umburanas 21)	LEN 6/2014 (A-5)	342	04/08/2015	35 anos	24,30 MW
Centrais Eólicas Umburanas 8 Ltda. (Umburanas 23)	LEN 6/2014 (A-5)	341	04/08/2015	35 anos	16,50 MW

- Continua -

- Continuação -

<u>Eólico</u>	<u>Ref. Contrato</u>	<u>Portaria MME</u>	<u>Data da portaria</u>	<u>Prazo da autorização</u>	<u>Capacidade de produção instalada*</u>
Centrais Eólicas Umburanas 8 Ltda. (Umburanas 25)	LEN 6/2014 (A-5)	340	04/08/2015	35 anos	17,10 MW
Centrais Eólicas Itapua VII Ltda. (EOL Mulungu)	LER 08/2014	241	01/06/2015	35 anos	14,70 MW
Centrais Eólicas Itapua VII Ltda. (EOL Quina)	LER 08/2014	242	01/06/2015	35 anos	10,80 MW
Centrais Eólicas Itapua VII Ltda. (EOL Pau Santo)	LER 08/2014	285	25/06/2015	35 anos	18,00 MW

<u>UFV (Usina Fotovoltaica)</u>	<u>Ref. Contrato</u>	<u>Portaria MME</u>	<u>Data da portaria</u>	<u>Prazo da autorização</u>	<u>Capacidade de produção instalada*</u>
Centrais Eólicas Itapua IV Ltda. (Caetité I)	LER 08/2014	246	01/06/2015	35 anos	29,75 MW
Centrais Eólicas Itapua IV Ltda. (Caetité II)	LER 08/2014	245	01/06/2015	35 anos	29,75 MW
Centrais Eólicas Itapua V Ltda. (Caetité IV)	LER 08/2014	244	01/06/2015	35 anos	29,75 MW
Centrais Eólicas Itapua V Ltda. (Caetité V)	LER 08/2014	243	01/06/2015	35 anos	10,50 MW
Central Fotovoltaica São Pedro II Ltda. (São Pedro II)	LER 08/2015	30	01/03/2016	35 anos	29,835 MW
Central Fotovoltaica São Pedro IV Ltda. (São Pedro IV)	LER 08/2015	87	21/03/2016	35 anos	29,835 MW

Nota (1): potência instalada alterada, conforme Despacho 1.814, de 7 de julho de 2016.

(*) Informações não auditadas pelos auditores independentes.

4.2 Mercado livre (ACL)

<u>Eólico</u>	<u>Ref. Contrato</u>	<u>Resolução ANEEL</u>	<u>Data da resolução</u>	<u>Prazo da autorização</u>	<u>Capacidade de produção instalada*</u>
Centrais Eólicas Amescla S.A.	ACL (Light I)	5099	26/03/2015	30 anos	13,50 MW
Centrais Eólicas Angelim S.A.	ACL (Light I)	5092	26/03/2015	30 anos	21,60 MW
Centrais Eólicas Barbatimão S.A.	ACL (Light I)	5093	26/03/2015	30 anos	16,20 MW
Centrais Eólicas Facheiro S.A.	ACL (Light I)	5098	26/03/2015	30 anos	16,50 MW
Centrais Eólicas Imburana Macho S.A.	ACL (Light I)	5085	26/03/2015	30 anos	16,20 MW
Centrais Eólicas Jataí S.A.	ACL (Light I)	5081	26/03/2015	30 anos	16,20 MW
Centrais Eólicas Juazeiro S.A.	ACL (Light I)	5088	26/03/2015	30 anos	18,90 MW
Centrais Eólicas Sabiu S.A.	ACL (Light I)	5084	26/03/2015	30 anos	13,50 MW
Centrais Eólicas Umbuzeiro S.A.	ACL (Light I)	5091	26/03/2015	30 anos	21,60 MW
Centrais Eólicas Unha d'Anta S.A.	ACL (Light I)	5096	26/03/2015	30 anos	13,50 MW
Centrais Eólicas Vellozia S.A.	ACL (Light I)	5087	26/03/2015	30 anos	21,90 MW
Centrais Eólicas Cedro S.A.	ACL (Light I)	5496	01/10/2015	30 anos	12,00 MW
Centrais Elétricas Itaparica S.A.	ACL (Mercado livre I)	5124	01/04/2015	30 anos	8,10 MW
Centrais Elétricas Itaparica S.A.	ACL (Mercado livre I)	5128	01/04/2015	30 anos	13,50 MW
Centrais Eólicas Manineiro S.A.	ACL (Mercado livre III)	5125	01/04/2015	30 anos	14,40 MW
Centrais Eólicas Pau D'Água S.A.	ACL (Mercado livre III)	5126	01/04/2015	30 anos	18,00 MW
Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A.	ACL (Light II)	5094	26/03/2015	30 anos	13,50 MW
Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A.	ACL (Light II)	5090	26/03/2015	30 anos	5,70 MW
Centrais Eólicas Botuquara Ltda.	ACL (Light II)	5101	26/03/2015	30 anos	21,60 MW
Centrais Eólicas Canjoão S.A.	ACL (Light II)	5086	26/03/2015	30 anos	6,00 MW
Centrais Eólicas Carrancudo S.A.	ACL (Light II)	5089	26/03/2015	30 anos	18,90 MW
Centrais Eólicas Conquista Ltda.	ACL (Light II)	5102	26/03/2015	30 anos	24,30 MW
Centrais Eólicas Coxilha Alta Ltda.	ACL (Light II)	5170	27/04/2015	30 anos	19,20 MW
Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A.	ACL (Light II)	5097	26/03/2015	30 anos	18,00 MW
Centrais Eólicas Jequitibá S.A.	ACL (Light II)	5100	26/03/2015	30 anos	8,10 MW
Centrais Eólicas Macambira S.A.	ACL (Light II)	5083	26/03/2015	30 anos	21,60 MW
Centrais Eólicas Tamboril S.A.	ACL (Light II)	5095	26/03/2015	30 anos	27,00 MW
Centrais Eólicas Tingui S.A.	ACL (Light II)	5082	26/03/2015	30 anos	18,90 MW
Centrais Eólicas Alcaçuz S.A.	ACL (Mercado livre II)	5118	01/04/2015	30 anos	18,90 MW
Centrais Eólicas Caliandra S.A.	ACL (Mercado livre II)	5119	01/04/2015	30 anos	5,40 MW
Centrais Eólicas Embiruçu S.A.	ACL (Mercado livre II)	5121	01/04/2015	30 anos	6,00 MW
Centrais Eólicas Ico S.A.	ACL (Mercado livre II)	5122	01/04/2015	30 anos	10,80 MW
Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A.	ACL (Mercado livre II)	5123	01/04/2015	30 anos	20,10 MW
Centrais Eólicas Lençóis Ltda.	ACL (Mercado livre II)	5171	27/04/2015	30 anos	10,80 MW
Centrais Eólicas Putumaju S.A.	ACL (Mercado livre II)	5127	01/04/2015	30 anos	14,70 MW
Centrais Eólicas Cansação S.A.	ACL (Mercado livre II)	5120	01/04/2015	30 anos	14,70 MW

(*) Informações não auditadas pelos auditores independentes.

5. Comercialização de energia

5.1 Mercado regulado (ACR)

Companhias do Grupo	Ref. Contrato	Compradora	Valores				Prazo			
			Valor original do Contrato	Energia anual contratada (MWh)	Preço histórico MWh (R\$)	Preço atualizado MWh (R\$)	Inicial	Final	Índice de correção	Mês de reajuste
Pequenas centrais hidrelétricas:										
Cachoeira da Lixa	PROINFA	Eletrobras	168.009	65.174	121,35	251,44	mai/08	abr/28	IGP-M	junho
Colino 1	PROINFA	Eletrobras	149.297	57.903	121,35	251,44	set/08	ago/28	IGP-M	junho
Colino 2	PROINFA	Eletrobras	213.370	41.084	121,35	251,44	jul/08	jun/28	IGP-M	junho
Geração de energia eólica										
Centrais Eólicas da Prata S.A.	LER 05/2010	CCEE	214.701	88.476	121,25	184,63	nov/14	out/33	IPCA	setembro
Centrais Eólicas dos Araçás S.A.	LER 05/2010	CCEE	295.480	121.764	121,25	184,63	nov/14	out/33	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Morroão S.A.	LER 05/2010	CCEE	312.486	128.772	121,25	184,63	nov/14	out/33	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Serafina S.A.	LER 05/2010	CCEE	325.241	134.028	121,25	184,63	nov/14	out/33	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Tanque S.A.	LER 05/2010	CCEE	295.480	121.764	121,25	184,63	nov/14	out/33	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Ventos do Nordeste S.A.	LER 05/2010	CCEE	214.701	88.476	121,25	184,63	nov/14	out/33	IPCA	setembro
Centrais Eólicas do Nordeste										
Centrais Eólicas Ametista S.A.	LEN 02/2011	Distribuidoras	245.424	121.764	101,53	145,30	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Centrais Eólicas Borgo S.A.	LEN 02/2011	Distribuidoras	169.917	84.972	100,73	144,15	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Centrais Eólicas Caetité S.A.	LEN 02/2011	Distribuidoras	250.919	125.268	100,90	144,39	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Centrais Eólicas Dourados S.A.	LEN 02/2011	Distribuidoras	231.549	115.632	100,87	144,35	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Centrais Eólicas Espigão S.A.	LEN 02/2011	Distribuidoras	86.976	42.924	102,07	146,07	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Centrais Eólicas Maron S.A.	LEN 02/2011	Distribuidoras	243.154	120.888	101,32	145,00	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Centrais Eólicas Pelourinho S.A.	LEN 02/2011	Distribuidoras	207.730	103.368	101,23	144,87	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Centrais Eólicas Pilões S.A.	LEN 02/2011	Distribuidoras	228.018	114.756	100,09	143,24	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Centrais Eólicas Serra do Espinhaço S.A.	LEN 02/2011	Distribuidoras	154.294	77.964	99,69	142,66	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Centrais Eólicas do Sudeste										
Centrais Eólicas São Salvador S.A.	LEN 06/2012	Distribuidoras	161.069	89.352	90,07	119,40	jan/17	dez/36	IPCA	janeiro
Centrais Eólicas do Sul										
Centrais Eólicas Abil S.A.	LER 05/2013	CCEE	202.880	96.360	105,20	133,74	set/15	ago/35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Acácia S.A.	LER 05/2013	CCEE	137.544	60.444	113,70	144,54	set/15	ago/35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Angico S.A.	LER 05/2013	CCEE	76.101	34.164	111,30	141,49	set/15	ago/35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Folha de Serra S.A.	LER 05/2013	CCEE	176.183	84.972	103,60	131,71	set/15	ago/35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Jabuticaba S.A.	LER 05/2013	CCEE	82.350	39.420	104,38	132,70	set/15	ago/35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Jacaranda do Cerrado S.A.	LER 05/2013	CCEE	173.200	83.220	103,99	132,20	set/15	ago/35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Taboquinha S.A.	LER 05/2013	CCEE	187.680	88.476	105,99	134,74	set/15	ago/35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Tabua S.A.	LER 05/2013	CCEE	135.964	64.824	104,80	133,23	set/15	ago/35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Vaqueta S.A.	LER 05/2013	CCEE	198.004	93.732	105,55	134,18	set/15	ago/35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas do Centro-Oeste										
CRNV&M (Umburanas 1) (*)	LEN 10/2013	Distribuidoras	291.353	123.516	119,83	149,99	mai/18	dez/37	IPCA	janeiro
CRNV&M (Umburanas 2) (*)	LEN 10/2013	Distribuidoras	287.149	121.764	119,80	149,95	mai/18	dez/37	IPCA	janeiro
CRNV&M (Umburanas 3) (*)	LEN 10/2013	Distribuidoras	204.343	85.848	120,92	151,35	mai/18	dez/37	IPCA	janeiro
CRNV&M (Umburanas 4) (*)	LEN 10/2013	Distribuidoras	203.161	84.972	121,46	152,03	mai/18	dez/37	IPCA	janeiro
CRNV&M (Umburanas 5) (*)	LEN 10/2013	Distribuidoras	195.008	81.468	121,60	152,21	mai/18	dez/37	IPCA	janeiro
CRNV&M (Umburanas 6) (*)	LEN 10/2013	Distribuidoras	234.353	98.988	121,32	150,54	mai/18	dez/37	IPCA	janeiro
CRNV&M (Umburanas 7) (*)	LEN 10/2013	Distribuidoras	236.789	98.988	121,52	152,10	mai/18	dez/37	IPCA	janeiro
CRNV&M (Umburanas 8) (*)	LEN 10/2013	Distribuidoras	257.430	109.500	119,43	149,50	mai/18	dez/37	IPCA	janeiro
CRNV&M (Umburanas 9) (*)	LEN 10/2013	Distribuidoras	180.849	75.336	121,95	152,64	mai/18	dez/37	IPCA	janeiro
CRNV&M (Umburanas 10) (*)	LEN 10/2013	Distribuidoras	214.971	91.104	119,87	150,03	mai/18	dez/37	IPCA	janeiro
CRNV&M (Umburanas 11) (*)	LEN 10/2013	Distribuidoras	150.043	63.072	120,85	151,27	mai/18	dez/37	IPCA	janeiro
CRNV&M (Umburanas 12) (*)	LEN 10/2013	Distribuidoras	242.407	102.492	120,15	150,39	mai/18	dez/37	IPCA	janeiro
CRNV&M (Umburanas 13) (*)	LEN 10/2013	Distribuidoras	206.806	87.600	119,93	150,11	mai/18	dez/37	IPCA	janeiro
CRNV&M (Umburanas 14) (*)	LEN 10/2013	Distribuidoras	248.911	104.244	121,30	151,83	mai/18	dez/37	IPCA	janeiro
CRNV&M (Umburanas 15) (*)	LEN 10/2013	Distribuidoras	196.797	82.344	121,41	151,97	mai/18	dez/37	IPCA	janeiro
CRNV&M (Umburanas 16) (*)	LEN 10/2013	Distribuidoras	266.301	111.252	121,60	152,20	mai/18	dez/37	IPCA	janeiro
CRNV&M (Umburanas 18) (*)	LEN 10/2013	Distribuidoras	87.373	36.792	120,64	151,00	mai/18	dez/37	IPCA	janeiro
Centrais Eólicas do Norte										
Renova Energia S.A. (Mulungu)	LER 10/2014	CCEE	158.288	56.940	138,90	164,29	out/17	set/37	IPCA	novembro
Renova Energia S.A. (Pau Santo)	LER 10/2014	CCEE	224.038	80.592	138,90	164,29	out/17	set/37	IPCA	novembro
Renova Energia S.A. (Quina)	LER 10/2014	CCEE	126.630	45.552	138,90	164,29	out/17	set/37	IPCA	novembro
Centrais Eólicas do Centro-Sul										
CRNV&M 2 (Umburanas 17) (*)	LEN 06/2014	Distribuidoras	278.931	99.864	139,56	165,45	jan/19	dez/38	IPCA	julho
CRNV&M 2 (Umburanas 19) (*)	LEN 06/2014	Distribuidoras	289.608	103.368	139,99	165,96	jan/19	dez/38	IPCA	julho
CRNV&M 2 (Umburanas 21) (*)	LEN 06/2014	Distribuidoras	252.252	90.228	139,69	165,61	jan/19	dez/38	IPCA	julho
CRNV&M 2 (Umburanas 23) (*)	LEN 06/2014	Distribuidoras	172.351	62.196	138,46	164,14	jan/19	dez/38	IPCA	julho
CRNV&M 2 (Umburanas 25) (*)	LEN 06/2014	Distribuidoras	183.770	65.700	139,76	165,69	jan/19	dez/38	IPCA	julho
UFV (Usina Fotovoltaica)										
Renova Energia S.A. (Caetité I)	LER 10/2014	CCEE	251.049	56.940	220,30	260,56	out/17	set/37	IPCA	novembro
Renova Energia S.A. (Caetité II)	LER 10/2014	CCEE	251.049	56.940	220,30	260,56	out/17	set/37	IPCA	novembro
Renova Energia S.A. (Caetité IV)	LER 10/2014	CCEE	251.049	56.940	220,30	260,56	out/17	set/37	IPCA	novembro
Renova Energia S.A. (Caetité V)	LER 10/2014	CCEE	88.833	20.148	220,30	260,56	out/17	set/37	IPCA	novembro

* Inclui ICB (Índice de Custo Benefício) e CEC (Custo Econômico de Curto Prazo) no preço.

5.2 Mercado livre (ACL)

A Companhia possui contratos no mercado livre, que totalizam 277,4MW médios^(*) de energia contratada, conforme quadro abaixo:

Parques	Fonte	Energia Vendida (MW médio*)
Light I	Eólica	100,2
Light II	Eólica	100,2
Mercado livre I	Eólica	11,0
Mercado livre II	Eólica	50,0
Mercado livre III	Eólica	15,0
Híbrido	Solar	1,0
		<u>277,4</u>

(*) Informações não auditadas pelos auditores independentes.

O contrato no mercado livre firmado com a CEMIG (PPA CEMIG) foi cancelado conforme fato relevante divulgado em 14 de junho de 2016. A Companhia está reavaliando a otimização desse projeto, com capacidade instalada de 676,2 MW.

A Companhia possui também contratos de venda de curto prazo no mercado livre até o ano de 2021. No total foram comercializados 136 MW médios de energia.

6. Segmentos operacionais

A Companhia apresenta quatro segmentos reportáveis que representam suas unidades de negócios estratégicos além da execução das suas atividades administrativas. Tais unidades de negócios estratégicos oferecem diferentes fontes de energia renovável e são administradas separadamente, pois exigem diferentes tecnologias, desenvolvimentos e características operacionais. A seguir apresentamos um resumo das operações em cada um dos segmentos reportáveis da Companhia:

- PCH – Este segmento é responsável pelo desenvolvimento, implantação e operação de projetos de geração de energia de fontes hídricas. Este segmento inclui o desenvolvimento de estudos de inventários e projetos básicos e geração de energia. As PCHs se encontram em fase de operação para comparabilidade dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.
- Eólico – Este segmento é responsável pelo desenvolvimento, implantação e operação de projetos de geração de energia de fontes eólicas. Inclui a medição de ventos, arrendamento de terras, implantação e geração de energia. Os parques vencedores do LER 2009 tornaram-se aptos a operar no segundo semestre de 2012. Em setembro de 2015 esses parques foram vendidos/permutados, conforme nota 1.2. Os parques vencedores do LER 2010 entraram em operação comercial em 11 de outubro de 2014. Quatro parques do LEN 2011 (A-3) entraram em operação comercial em 4 de março de 2015 e os outros cinco parques entraram em operação comercial em 1 de janeiro de 2016 (vide nota 1.1).
- Solar – Este segmento é responsável pelo desenvolvimento, implantação e operação de projetos de geração de energia de fonte solar. Inclui medições, desenvolvimento de projetos solares de geração em larga escala e de geração distribuída e também venda de mercadorias e serviços.

d) Comercialização – Este segmento é responsável pela comercialização de energia em todas as suas formas.

As informações por segmento em 31 de dezembro de 2016 e 2015 para o resultado e para ativos e passivos totais estão apresentadas a seguir:

31/12/2016						
	PCH	Eólico	Solar	Comercialização	Administrativo	Consolidado
Receita líquida	35.318	137.787	98	307.621	2.313	483.137
Custos não gerenciáveis	(694)	(17.468)	-	-	-	(18.162)
Margem Bruta	34.624	120.319	98	307.621	2.313	464.975
Custos gerenciáveis	(20.070)	(95.576)	(157)	(262.382)	(41.522)	(419.707)
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	-	(261.723)	-	-	-	(261.723)
Resultado de equivalência patrimonial	(5.013)	-	-	-	-	(5.013)
Perda no investimento	-	-	-	-	(455.427)	(455.427)
Outras receitas	-	-	-	-	20.373	20.373
Depreciação	(9.230)	(79.034)	-	-	(7.718)	(95.982)
Receita financeira	3.249	1.917	-	943	10.061	16.170
Despesa financeira	(9.267)	(195.154)	-	(30.642)	(183.708)	(418.771)
Imposto de renda e contribuição social	(3.137)	(7.639)	-	-	64.409	53.633
(Prejuízo) lucro líquido	(8.844)	(516.890)	(59)	15.540	(591.219)	(1.101.472)
Ativos totais	900.466	4.610.951	481	37.024	352.214	5.901.136
Passivos totais	114.942	2.529.455	-	319.070	982.071	3.945.538

31/12/2015						
	PCH	Eólico	Solar	Comercialização	Administrativo	Consolidado
Receita líquida	25.508	328.387	498	54.527	910	409.830
Custos não gerenciáveis	(457)	(19.631)	-	-	-	(20.088)
Margem Bruta	25.051	308.756	498	54.527	910	389.742
Custos gerenciáveis	(12.225)	(60.072)	(266)	(62.127)	(99.318)	(234.008)
Ganho na alienação de ativos	-	-	-	-	672.351	672.351
Resultado de equivalência patrimonial	3.980	-	-	-	(7.642)	(3.662)
Perda no investimento	-	-	-	-	(279.144)	(279.144)
Outras receitas	-	-	-	-	13.406	13.406
Depreciação	(1.858)	(77.193)	-	-	(8.864)	(87.915)
Receita financeira	5.806	17.280	(1)	340	67.640	91.065
Despesa financeira	(8.361)	(124.280)	(15)	(618)	(89.912)	(223.186)
Imposto de renda e contribuição social	(2.596)	(14.342)	-	-	(203.519)	(220.457)
Lucro (prejuízo) líquido	9.797	50.149	216	(7.878)	65.908	118.192
Ativos totais	913.678	3.720.807	64.523	14.903	1.309.550	6.023.461
Passivos totais	114.886	2.278.551	37.249	69.341	895.518	3.395.545

7. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Caixa		15	27	4	14
Bancos conta movimento		8.329	46.984	767	542
Aplicações financeiras		27.442	38.229	7.222	19.813
		35.786	85.240	7.993	20.369
Transferência para ativos mantidos para venda:					
Caixa e equivalentes de caixa	29.2	-	(677)	-	-
Aplicações financeiras	29.2	-	(6.672)	-	-
Total		35.786	77.891	7.993	20.369
Apresentados como:					
Caixa e equivalentes de caixa		35.786	66.147	7.993	20.369
Aplicações financeiras		-	11.744	-	-
Total		35.786	77.891	7.993	20.369

As aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor foram classificadas como equivalentes de caixa. Esses investimentos financeiros referem-se a instrumentos de renda fixa de operações compromissadas, remunerados a taxas que variam de 98% até 99,75% do CDI. As aplicações financeiras correspondentes a fundos de investimento que não tem característica de caixa e equivalentes de caixa foram classificadas na linha de aplicações financeiras.

8. Outros ativos financeiros

Em 18 de setembro de 2015, foi celebrado um contrato de opção de venda em que, a partir de 31 de março de 2016, a Companhia tinha a opção de alienar para a SunEdison até 7.000.000 (sete milhões) das ações da TerraForm Global recebidas pela Companhia em decorrência do fechamento da primeira fase da operação mencionada na nota 1.2. O preço de venda das ações foi determinado em R\$50,48 (cinquenta reais e quarenta e oito centavos) ou US\$15,00 (quinze dólares) convertidos à taxa da data, a escolha da SunEdison. O contrato estabelece também opção de compra pela SunEdison das mesmas 7.000.000 (sete milhões) de ações com as mesmas características acima mencionadas.

Para 31 de dezembro de 2015 e 31 de março de 2016, a Companhia precificou a opção considerando o modelo matemático de *Black-Scholes* e o risco de crédito. Em 21 de abril de 2016 a SunEdison entrou em recuperação judicial (*Chapter 11*) e em 1 de junho de 2016, findou-se o prazo para pagamento da opção pela SunEdison. A Companhia reconheceu no resultado, em 1 de junho de 2016, o montante de R\$62.995 (vide nota 13.3.1.2) relativo a perda pela extinção da opção e entrou com processo arbitral requerendo, dentre outras demandas, indenização pelas perdas, conforme nota 19.2.

8.1 Movimentação do ativo financeiro:

	Controladora e Consolidado
Valor justo em 18 de setembro de 2015 (nota 1.2b)	128.767
Variação do valor justo considerando o risco de crédito	45.630
Valor justo em 31 de dezembro de 2015	174.397
Variação do valor justo considerando o risco de crédito (nota 13.3.1.2)	(111.402)
Perda pela extinção da opção em 1 de junho de 2016 (nota 13.3.1.2)	(62.995)
Saldo do ativo financeiro em 31 de dezembro de 2016	-

9. Contas a receber de clientes

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Eletrobras - ESPRA		4.161	2.814	-	-
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - LER 2010		9.486	9.883	-	-
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - LEN 2011 (A-3)		6.395	-	-	-
Distribuidoras - LEN 2011 (A-3)		19	8.004	-	-
Comercialização Mercado livre - Renova Comercializadora		28.736	8.766	-	-
Outros		341	2	341	2
		49.138	29.469	341	2
Transferência para ativos mantidos para venda	29.2	-	(2.814)	-	-
Total		49.138	26.655	341	2

Os saldos em 31 de dezembro de 2016 são compostos substancialmente por valores a vencer, com prazo médio de recebimento de 30 dias, para as quais não são esperadas perdas na sua realização.

10. Impostos a recuperar

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
IRRF a compensar		5.535	3.751	1.654	1.875
Saldo a compensar IRPJ		1.041	9.938	109	8.134
COFINS a compensar		2.128	458	-	-
IRRF sobre aplicação financeira		125	56	63	39
CSLL a compensar		138	128	31	13
PIS a compensar		481	100	-	-
Outros impostos a recuperar		5	6	5	6
		9.453	14.437	1.862	10.067
Transferência para ativos mantidos para venda	29.2	-	(345)	-	-
Total		9.453	14.092	1.862	10.067

11. Cauções e depósitos vinculados

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Cauções e depósitos vinculados		121.346	86.329	33.510	71.712
Transferência para ativos mantidos para venda	29.2	-	(14.614)	-	-
Total		121.346	71.715	33.510	71.712
Apresentados como:					
Circulante		33.510	51.201	33.510	51.201
Não circulante		87.836	20.514	-	20.511
Total		121.346	71.715	33.510	71.712

Em 31 de dezembro de 2016, o detalhamento do saldo das cauções e depósitos vinculados é apresentado no quadro a seguir:

Companhia	Caução	Instituição	Objeto Contratual	Consolidado		Controladora	
				31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Renova	Outros	-	Aluguel de imóvel/outros itens	2.230	2.229	2.230	2.229
Renova	Garantia	Citibank	Relacionada a alienação de ativos	-	32.752	-	32.752
Renova	Garantia	J P Morgan	Relacionada a alienação de ativos	31.280	16.220	31.280	16.220
			Total circulante	33.510	51.201	33.510	51.201
Renova	Garantia	J P Morgan	Relacionada a alienação de ativos	-	20.511	-	20.511
Espra	Garantia	BNB	Financiamento BNB	16.608	14.614	-	-
Renova Eólica	Garantia	Itaú	Financiamento BNDES	60.429	-	-	-
Renova Eólica	Garantia	Itaú	Debêntures	10.799	3	-	-
			Transferência para ativos mantidos para venda (nota 29.2)	-	(14.614)	-	-
			Total não circulante	87.836	20.514	-	20.511

Os saldos referem-se basicamente a aplicações financeiras de instrumentos de renda fixa, com taxas que variam entre 10% a 67% do CDI, vinculadas ao financiamento do BNDES e do Banco do Nordeste do Brasil (“BNB”) e à emissão de Debêntures de Infraestrutura, cuja aplicação somente poderá ser movimentada mediante autorização expressa dos credores, e relacionadas à alienação de certos ativos (vide nota 1.2.c).

12. Impostos diferidos

	Nota explicativa	Consolidado				Controladora	
		Ativo		Passivo		Passivo	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
PIS diferido		490	191	16	28	-	-
COFINS diferida		2.259	879	75	127	-	-
IRPJ diferido		1.607	660	89.326	136.509	89.276	136.425
CSLL diferida		713	243	32.166	49.159	32.139	49.112
Total		5.069	1.973	121.583	185.823	121.415	185.537
Transferência para ativos mantidos para venda	29.2	-	(1.672)	-	-	-	-
		5.069	301	121.583	185.823	121.415	185.537

Os impostos diferidos foram constituídos em função das diferenças entre a energia gerada e a efetivamente faturada (nota 18). Esses impostos diferidos foram calculados utilizando-se as alíquotas com base no lucro presumido.

Adicionalmente, foram constituídos impostos diferidos na Controladora relacionados à permuta de ações do Projeto Salvador pelas ações da TerraForm (vide nota 1.2).

12.1 Movimentação líquida (ativo e passivo) dos impostos diferidos

	Consolidado			Controladora
	<u>IRPJ/CSLL</u>	<u>PIS/COFINS</u>	<u>Total</u>	<u>IRPJ/CSLL</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2014	892	1.179	2.071	-
Movimentação líquida	(186.296)	(264)	(186.560)	(185.537)
Saldos vinculados aos ativos alienados	639	-	639	-
Transferência para ativos mantidos para venda	765	907	1.672	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(184.000)	1.822	(182.178)	(185.537)
Cancelamento venda de ativos	(765)	(907)	(1.672)	-
Movimentação líquida no resultado	65.593	1.743	67.336	64.122
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>(119.172)</u>	<u>2.658</u>	<u>(116.514)</u>	<u>(121.415)</u>

13. Investimentos

13.1 Composição dos investimentos

O quadro abaixo apresenta os investimentos em controladas, investidas e em controladas em conjunto:

Empresas	Consolidado		Controladora	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
PCH				
Enerbras Centrais Elétricas S.A. (Holding)	-	-	110.924	2.470
Renova PCH LTDA.	-	-	(4)	248
Chiplep SP Participações S.A. (Holding)	-	-	714.821	719.183
Brasil PCH S.A.	685.366	715.879	-	-
Eólico				
Nova Energia Holding S.A.	-	-	394.159	500.252
Alto Sertão Participações S.A. (Holding)	-	-	790.182	527.966
Centrais Eólicas Carrancudo S.A.	-	-	6.184	7.572
Centrais Eólicas Botuquara S.A.	-	-	7.181	8.100
Centrais Eólicas Alcacuz S.A.	-	-	8.141	9.411
Centrais Eólicas Tamboril S.A.	-	-	7.442	8.684
Centrais Eólicas Conquista S.A.	-	-	5.590	8.744
Centrais Eólicas Coxilha Alta S.A.	-	-	6.697	7.548
Centrais Eólicas Tingui S.A.	-	-	6.713	8.184
Centrais Eólicas Cansanção S.A.	-	-	5.247	5.545
Centrais Eólicas Macambira S.A.	-	-	6.205	7.317
Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A.	-	-	7.032	7.914
Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A.	-	-	5.491	6.852
Centrais Eólicas Putumaju S.A.	-	-	4.640	5.647
Centrais Eólicas Lençóis S.A.	-	-	1.000	4.871
Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A.	-	-	2.181	5.271
Centrais Eólicas Ico S.A.	-	-	4.390	5.447
Centrais Eólicas Jequitiba S.A.	-	-	3.203	3.683
Centrais Eólicas Calíandra S.A.	-	-	3.860	4.328
Centrais Eólicas Canjoão S.A.	-	-	2.293	2.650
Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A.	-	-	2.397	2.533
Centrais Eólicas Embiruçu S.A.	-	-	2.819	2.945
Centrais Eólicas Itapua V LTDA.	-	-	198	270
Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A.	-	-	207.666	251.684
Centrais Eólicas Umburanas 1 S.A.	-	-	2.048	2.058
Centrais Eólicas Umburanas 2 S.A.	-	-	225	229
Centrais Eólicas Umburanas 3 S.A.	-	-	322	327
Centrais Eólicas Umburanas 4 S.A.	-	-	194	198
Centrais Eólicas Umburanas 5 S.A.	-	-	232	236
Centrais Eólicas Umburanas 6 S.A.	-	-	141	144
Centrais Eólicas Umburanas 7 S.A.	-	-	213	218
Centrais Eólicas Umburanas 8 S.A.	-	-	94	102
Centrais Elétricas Itaparica S.A.	-	-	24.898	27.273
Outras participações ^(*)	-	-	(20)	182
Renovapar S.A.	-	-	(2)	-
Comercialização				
Renova Comercializadora de Energia S.A.	-	-	(58.038)	(5.151)
Outros				
TerraForm Global, Inc.	261.661	443.672	261.661	443.672
Total	947.027	1.159.551	2.548.620	2.594.807
Apresentados como:				
Ativo				
Investimento	947.027	1.159.551	2.606.684	2.594.807
Passivo				
Provisão para perda sobre investimento	-	-	(58.064)	-
Total	947.027	1.159.551	2.548.620	2.594.807

(*) Demais companhias listadas na Nota 1

13.2 Informações sobre investidas

As principais informações sobre as controladas estão apresentadas abaixo:

Companhia	31/12/2016					31/12/2015					
	Quantidade total de ações	Participação Renova (%)	Capital social	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Lucro (prejuízo) no exercício	Quantidade total de ações	Participação Renova (%)	Capital social	Patrimônio líquido	Dividendos propostos	Lucro (prejuízo) no exercício
PCH											
Enerbras Centrais Elétricas S.A. (Holding)	5.170.101	100,00	101.955	110.924	(1.092)	5.170.101	100,00	101.955	2.470	2.447	5.493
Renova PCH LTDA.	31.875	99,00	32	(4)	(252)	31.875	99,00	32	248	-	(5)
Chipley SP Participações S.A. (Holding)	739.944.343	99,99	739.944	714.821	(4.362)	739.944.343	99,99	739.944	719.183	-	4.307
Eólico											
Nova Renova Energia S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	46.057
Salvador Holding S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	17.787
Nova Energia Holding S.A.	598.361.724	99,99	498.454	394.159	(106.093)	598.361.724	99,99	498.454	500.252	-	(5.749)
Alto Sertão Participações S.A. (Holding)	1.065.591.845	99,99	1.065.592	790.182	(266.600)	12.163.808	99,99	12.164	527.966	-	(7.213)
Centrais Eólicas Carrancudo S.A.	100	99,00	-	6.184	(1.388)	100	99,00	-	7.572	-	(9)
Centrais Eólicas Botuquara S.A.	21.197	99,00	21	7.181	(255)	21.197	99,00	21	8.100	-	3
Centrais Eólicas Alcacuz S.A.	100	99,00	-	8.141	(1.270)	100	99,00	-	9.411	-	(9)
Centrais Eólicas Tamboril S.A.	100	99,00	-	7.442	(1.242)	100	99,00	-	8.684	-	(9)
Centrais Eólicas Conquista S.A.	100	99,00	-	5.590	(2.876)	100	99,00	-	8.744	-	(5)
Centrais Eólicas Coxilha Alta S.A.	100	99,00	-	6.697	(213)	100	99,00	-	7.548	-	(6)
Centrais Eólicas Tingui S.A.	100	99,00	-	6.713	(1.471)	100	99,00	-	8.184	-	(11)
Centrais Eólicas Cansanção S.A.	100	99,00	-	5.247	(178)	100	99,00	-	5.545	-	(6)
Centrais Eólicas Macambira S.A.	10.000	99,00	10	6.205	(1.112)	10.000	99,00	10	7.317	-	(10)
Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A.	100	99,00	-	7.032	(882)	100	99,00	-	7.914	-	(47)
Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A.	100	99,00	-	5.491	(1.361)	100	99,00	-	6.852	-	(59)
Centrais Eólicas Putumaju S.A.	10.000	99,00	10	4.640	(1.007)	10.000	99,00	10	5.647	-	(9)
Centrais Eólicas Lençóis S.A.	100	99,00	-	1.000	(3.246)	100	99,00	-	4.871	-	(5)
Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A.	100	99,00	-	2.181	(3.090)	100	99,00	-	5.271	-	(23)
Centrais Eólicas Ico S.A.	10.000	99,99	10	4.390	(1.057)	10.000	99,99	10	5.447	-	(10)

- Continua -

- Continuação -

Companhia	31/12/2016					31/12/2015					
	Quantidade total de ações	Participação Renova (%)	Capital social	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Lucro (prejuízo) no exercício	Quantidade total de ações	Participação Renova (%)	Capital social	Patrimônio líquido	Dividendos propostos	Lucro (prejuízo) no exercício
Eólico											
Centrais Eólicas Jequitiba S.A.	100	99,00	-	3.203	(480)	100	99,00	-	3.683	-	(14)
Centrais Eólicas Calianira S.A.	10.000	99,99	10	3.860	(468)	10.000	99,99	10	4.328	-	(63)
Centrais Eólicas Canjoão S.A.	100	99,00	-	2.293	(357)	100	99,00	-	2.650	-	(9)
Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A.	-	99,00	-	2.397	(136)	-	99,00	-	2.533	-	(6)
Centrais Eólicas Embiruçu S.A.	100	99,00	-	2.819	(126)	100	99,00	-	2.945	-	(1)
Centrais Eólicas Itapua V LTDA.	100	99,00	-	198	(72)	100	99,00	-	270	-	(9)
Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A.	249.938.073	100,00	249.938	207.666	(44.018)	10.000	99,00	10	251.684	-	(38)
Centrais Eólicas Umburanas 1 S.A.	-	99,00	-	2.048	(10)	-	99,00	-	2.058	-	(48)
Centrais Eólicas Umburanas 2 S.A.	-	99,00	-	225	(4)	-	99,00	-	229	-	(41)
Centrais Eólicas Umburanas 3 S.A.	-	99,00	-	322	(5)	-	99,00	-	327	-	(36)
Centrais Eólicas Umburanas 4 S.A.	-	99,00	-	194	(4)	-	99,00	-	198	-	(34)
Centrais Eólicas Umburanas 5 S.A.	-	99,00	-	232	(4)	-	99,00	-	236	-	(36)
Centrais Eólicas Umburanas 6 S.A.	-	99,00	-	141	(3)	-	99,00	-	144	-	(5)
Centrais Eólicas Umburanas 7 S.A.	-	99,00	-	213	(5)	-	99,00	-	218	-	(14)
Centrais Eólicas Umburanas 8 S.A.	-	99,00	-	94	(8)	-	99,00	-	102	-	(5)
Centrais Elétricas Itaparica S.A.	51.130	99,00	51	24.898	(2.375)	51.130	99,00	51	27.273	-	(50)
Renovapar S.A.	100	100,00	-	(2)	(2)	100	100,00	-	-	-	-
Outras participações (*)	-	-	-	(20)	(209)	-	-	-	182	-	(126)
Comercialização											
Renova Comercializadora de Energia S.A.	58.377	100,00	58	(58.038)	(52.887)	58.377	100,00	58	(5.151)	-	(7.877)

(*) Demais empresas listadas na Nota 1.

13.3 Movimentação dos investimentos

13.3.1 Consolidado

Companhia	31/12/2015	Equivalência patrimonial		Dividendos recebidos	Ajuste a valor justo (**)	31/12/2016
		Resultado	Amortização da mais valia			
PCH						
Brasil PCH S.A.	715.879	31.290	(36.303)	(25.500)	-	685.366
Outros						
Terraform Global, Inc. ^(**)	443.672	-	-	-	(182.011)	261.661
Total	<u>1.159.551</u>	<u>31.290</u>	<u>(36.303)</u>	<u>(25.500)</u>	<u>(182.011)</u>	<u>947.027</u>

Companhia	31/12/2014	Adição	Equivalência patrimonial		Dividendos recebidos	Ajuste a valor justo (**)	Ajustes de conversão de investida no exterior	31/12/2015
			Resultado	Amortização da mais valia				
Brasil PCH S.A.	713.312	-	40.282	(36.303)	(1.412)	-	-	715.879
Terraform Global, Inc.	-	716.259	(7.641)	-	-	(318.588)	53.642	443.672
Total	<u>713.312</u>	<u>716.259</u>	<u>32.641</u>	<u>(36.303)</u>	<u>(1.412)</u>	<u>(318.588)</u>	<u>53.642</u>	<u>1.159.551</u>

(**) Em 2015 o valor justo negativo de R\$318.588 foi reconhecido no resultado conforme notas 13.3.1.1 e 13.3.1.2. Em 2016 os ajustes negativos nos valores justos ocorridos no primeiro e no quarto trimestre no montante de R\$281.030 foram reconhecidos no resultado e o ajuste positivo de R\$99.019, referente ao segundo e terceiro trimestres, foi reconhecido em outros resultados abrangentes na Companhia.

13.3.1.1 Critério de valorização do investimento

Em setembro de 2015, a Companhia permutou 100% das ações de suas subsidiárias relativas ao Projeto Salvador por 11,64% de participação na TerraForm Global e, conforme estabelecido em contrato, a Companhia tem o direito de indicar um membro para o Conselho da TerraForm. Após análise das características do investimento na TerraForm, considerando os requisitos para consideração de coligada, a administração concluiu que esse investimento se caracterizava como uma coligada por ter influência significativa na TerraForm. Desta forma, a participação da Companhia na TerraForm foi reconhecida em 30 de setembro de 2015 pelo método da equivalência patrimonial, em conformidade com o IAS 28 / CPC 18(R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto.

Diante dos fatos mencionados na nota 1.2, a Companhia concluiu que para 31 de dezembro de 2015, apesar de ainda ter direito a indicar um conselheiro, ela entende que não mais tem influência significativa sobre o investimento na TerraForm, conforme item 9 do CPC 18 (R2) pois perdeu a sua capacidade de envolvimento quando deixou de ser um parceiro estratégico com a desistência da Fase II e da não entrada da SunEdison no bloco de controle da Renova. Assim, para 31 de dezembro de 2015, o investimento na TerraForm não foi mais classificado como uma coligada e seu reconhecimento contábil não foi mais registrado pelo método de equivalência patrimonial e sim pelo valor justo além de ser classificado como ativo financeiro disponível para venda marcado a mercado e registrado como outros investimentos permanentes, conforme artigo 179 da Lei 6.404/76, o que se manteve para 31 de dezembro de 2016.

Como consequência, o ajuste acumulado de conversão, registrado em 30 de setembro de 2015, no montante de R\$53.642, anteriormente classificado em outros resultados abrangentes, foi realizado para o resultado do exercício de 2015, assim como os dividendos recebidos.

13.3.1.2 Perda no investimento

Após a volatilidades negativas na cotação das ações da TerraForm (GLBL), a Companhia avaliou e concluiu em 31 de dezembro de 2015 pelo *impairment* do investimento e, de acordo com a política contábil reclassificou as perdas acumuladas anteriormente registradas em outros resultados abrangentes, no valor de R\$318.588 para o resultado do exercício na linha de Perda no investimento juntamente com outros valores abaixo demonstrados. Em 2016, as perdas incorridas no primeiro e no quarto trimestre, no montante de R\$281.030 também foram reconhecidas no resultado, juntamente com as variações da perda da opção vinculada a operação com a Terraform:

<i>Impairment</i> de ativos disponíveis para venda	(318.588)
Ajustes acumulados de conversão reclassificado para o resultado (nota 13.3.1.1)	53.642
Risco de crédito da opção	(14.198)
Perda no investimento em 31 de dezembro de 2015	<u>(279.144)</u>
<i>Impairment</i> de ativos disponíveis para venda	(281.030)
Variação do valor justo considerando o risco de crédito (nota 8.1)	(111.402)
Perda pela extinção da opção em 1 de junho de 2016 (nota 8.1)	(62.995)
Perda no investimento em 31 de dezembro de 2016	<u>(455.427)</u>

13.3.1.3 Investimento societário com controle compartilhado – Brasil PCH S.A.

A Companhia mensura seu investimento na participação societária de empreendimento controlado em conjunto utilizando o método da equivalência patrimonial, em conformidade com a IFRS 11 / CPC 19 (R2) – Negócios em conjunto. Em 14 de fevereiro de 2014 a Chipley adquiriu participação de 51% na Brasil PCH S.A. e com o Acordo de Acionistas obteve controle compartilhado deste empreendimento.

A Brasil PCH detém 13 PCHs com capacidade instalada de 291 MW e energia assegurada de 194 MW médios. Todas as PCHs possuem contratos de longo prazo (20 anos) de venda de energia no âmbito do PROINFA – Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (informações físicas e relativas a medidas de capacidade energética não auditadas pelos auditores independentes).

De acordo com o requerido no CPC 45 (IFRS 12), apresentamos as demonstrações financeiras da Brasil PCH (controlada em conjunto):

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (CONSOLIDADO)

<u>ATIVO</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
<u>ATIVOS CIRCULANTES</u>			<u>PASSIVOS CIRCULANTE</u>		
Caixa e equivalentes de caixa	138.158	122.545	Empréstimos e financiamentos	209.390	189.350
Outros ativos circulantes	<u>51.652</u>	<u>31.112</u>	Outros passivos circulantes	<u>134.386</u>	<u>80.650</u>
Total dos ativos circulantes	<u>189.810</u>	<u>153.657</u>	Total dos passivos circulantes	<u>343.776</u>	<u>270.000</u>
<u>ATIVOS NÃO CIRCULANTES</u>			<u>PASSIVOS NÃO CIRCULANTE</u>		
Imobilizado	1.113.461	1.132.951	Empréstimos e financiamentos	781.659	883.777
Outros ativos não circulantes	<u>60.504</u>	<u>68.233</u>	Outros passivos não circulantes	<u>82.552</u>	<u>43.355</u>
Total dos ativos não circulantes	<u>1.173.965</u>	<u>1.201.184</u>	Total dos passivos não circulantes	<u>864.211</u>	<u>927.132</u>
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO	155.788	157.709
			TOTAL DOS PASSIVOS		
TOTAL DO ATIVO	<u>1.363.775</u>	<u>1.354.841</u>	E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>1.363.775</u>	<u>1.354.841</u>

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (CONSOLIDADO)

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
RECEITA LÍQUIDA	374.634	348.610
Custo com depreciações	(33.537)	(35.104)
Outros custos	(52.347)	(48.788)
Despesas gerais e administrativas	(5.232)	(13.856)
Perda com contrato oneroso	(69.395)	-
Receitas financeiras	22.108	18.574
Despesas financeiras	(149.543)	(172.963)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(17.762)	(9.915)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	<u>68.926</u>	<u>86.558</u>

13.3.2 Controladora

Companhia	31/12/2014	Adições	AFAC**	Dividendos propostos	Equivalência patrimonial	Ajustes de conversão de investidas no exterior	Cisão e incorporação	Baixa de investimento	Ajuste a valor justo	Transferência para ativos mantidos para venda	31/12/2015	Adições	AFAC	Cancelamento da venda de ativos	Dividendos propostos	Equivalência patrimonial	Ajuste a valor justo	31/12/2016
PCH																		
Enerbras Centrais Elétricas S.A. (Holding)	110.866	-	-	(2.447)	5.493	-	-	-	-	(111.442)	2.470	-	-	111.442	(1.896)	(1.092)	-	110.924
Renova PCH LTDA.	3	-	250	-	(5)	-	-	-	-	-	248	-	-	-	-	(252)	-	(4)
Chipley SP Participações S.A. (Holding)	709.949	4.927	-	-	4.307	-	-	-	-	-	719.183	-	-	-	-	(4.362)	-	714.821
Eólico																		
Nova Renova Energia S.A.	1.071.110	35.705	-	-	46.057	-	(937.539)	(215.333)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Salvador Holding S.A.	-	-	-	-	17.787	-	339.177	(356.964)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nova Energia Holding S.A.	-	-	7.547	-	(5.749)	-	598.362	(99.908)	-	-	500.252	-	-	-	-	(106.093)	-	394.159
Alto Sertão Participações S.A. (Holding)	46.968	-	488.211	-	(7.213)	-	-	-	-	-	527.966	528.816	-	-	-	(266.600)	-	790.182
Centrais Eólicas Carrancudo S.A.	2.955	-	4.626	-	(9)	-	-	-	-	-	7.572	-	-	-	-	(1.388)	-	6.184
Centrais Eólicas Botuquara S.A.	2.728	-	5.369	-	3	-	-	-	-	-	8.100	-	(664)	-	-	(255)	-	7.181
Centrais Eólicas Alcacuz S.A.	2.682	-	6.738	-	(9)	-	-	-	-	-	9.411	-	-	-	-	(1.270)	-	8.141
Centrais Eólicas Tamboril S.A.	2.415	-	6.278	-	(9)	-	-	-	-	-	8.684	-	-	-	-	(1.242)	-	7.442
Centrais Eólicas Conquista S.A.	2.326	-	6.423	-	(5)	-	-	-	-	-	8.744	-	(278)	-	-	(2.876)	-	5.590
Centrais Eólicas Coxilha Alta S.A.	2.085	-	5.469	-	(6)	-	-	-	-	-	7.548	-	(638)	-	-	(213)	-	6.697
Centrais Eólicas Tingui S.A.	2.007	-	6.188	-	(11)	-	-	-	-	-	8.184	-	-	-	-	(1.471)	-	6.713
Centrais Eólicas Cansanção S.A.	1.358	-	4.193	-	(6)	-	-	-	-	-	5.545	-	(120)	-	-	(178)	-	5.247
Centrais Eólicas Macambira S.A.	1.958	-	5.369	-	(10)	-	-	-	-	-	7.317	-	-	-	-	(1.112)	-	6.205
Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A.	1.933	-	6.028	-	(47)	-	-	-	-	-	7.914	-	-	-	-	(882)	-	7.032
Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A.	1.594	-	5.317	-	(59)	-	-	-	-	-	6.852	-	-	-	-	(1.361)	-	5.491
Centrais Eólicas Putumaju S.A.	1.350	-	4.306	-	(9)	-	-	-	-	-	5.647	-	-	-	-	(1.007)	-	4.640
Centrais Eólicas Lençóis S.A.	1.310	-	3.566	-	(5)	-	-	-	-	-	4.871	-	(625)	-	-	(3.246)	-	1.000
Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A.	1.218	-	4.076	-	(23)	-	-	-	-	-	5.271	-	-	-	-	(3.090)	-	2.181
Centrais Eólicas Ico S.A.	1.185	-	4.272	-	(10)	-	-	-	-	-	5.447	-	-	-	-	(1.057)	-	4.390
Centrais Eólicas Jequitiba S.A.	807	-	2.890	-	(14)	-	-	-	-	-	3.683	-	-	-	-	(480)	-	3.203
Centrais Eólicas Calíandra S.A.	606	-	3.785	-	(63)	-	-	-	-	-	4.328	-	-	-	-	(468)	-	3.860
Centrais Eólicas Canjoão S.A.	595	-	2.064	-	(9)	-	-	-	-	-	2.650	-	-	-	-	(357)	-	2.293
Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A.	548	-	1.991	-	(6)	-	-	-	-	-	2.533	-	-	-	-	(136)	-	2.397
Centrais Eólicas Embiruçu S.A.	538	-	2.408	-	(1)	-	-	-	-	-	2.945	-	-	-	-	(126)	-	2.819
Centrais Eólicas Itapua V LTDA.	190	-	89	-	(9)	-	-	-	-	-	270	-	-	-	-	(72)	-	198
Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A.	95	249.928	1.699	-	(38)	-	-	-	-	-	251.684	-	-	-	-	(44.018)	-	207.666
Centrais Eólicas Umbranas 1 S.A.	-	7	2.099	-	(48)	-	-	-	-	-	2.058	-	-	-	-	(10)	-	2.048
Centrais Eólicas Umbranas 2 S.A.	-	7	263	-	(41)	-	-	-	-	-	229	-	-	-	-	(4)	-	225
Centrais Eólicas Umbranas 3 S.A.	97	-	266	-	(36)	-	-	-	-	-	327	-	-	-	-	(5)	-	322
Centrais Eólicas Umbranas 4 S.A.	-	7	225	-	(34)	-	-	-	-	-	198	-	-	-	-	(4)	-	194
Centrais Eólicas Umbranas 5 S.A.	-	7	265	-	(36)	-	-	-	-	-	236	-	-	-	-	(4)	-	232
Centrais Eólicas Umbranas 6 S.A.	-	7	142	-	(5)	-	-	-	-	-	144	-	-	-	-	(3)	-	141
Centrais Eólicas Umbranas 7 S.A.	-	9	223	-	(14)	-	-	-	-	-	218	-	-	-	-	(5)	-	213
Centrais Eólicas Umbranas 8 S.A.	-	10	97	-	(5)	-	-	-	-	-	102	-	-	-	-	(8)	-	94

Continua –

- Continuação -

Companhia	31/12/2014	Adições	AFAC**	Dividendos propostos	Equivalência patrimonial	Ajustes de conversão de investidas no exterior	Cisão e incorporação	Baixa de investimento	Ajuste a valor justo	Transferência para ativos mantidos para venda	31/12/2015	Adições	AFAC	Cancelamento da venda de ativos	Dividendos propostos	Equivalência patrimonial	Ajuste a valor justo	31/12/2016
Eólico																		
Centrais Elétricas Itaparica S.A.	(323)	-	27.646	-	(50)	-	-	-	-	-	27.273	-	-	-	-	(2.375)	-	24.898
Renovapar S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2)	-	(2)
Outras participações (*)	3	81	224	-	(126)	-	-	-	-	-	182	7	-	-	-	(209)	-	(20)
Comercialização																		
Renova Comercializadora de Energia S.A.	2.351	-	375	-	(7.877)	-	-	-	-	-	(5.151)	-	-	-	-	(52.887)	-	(58.038)
Outros																		
TerraForm Global, Inc.	-	716.259	-	-	(7.641)	53.642	-	-	(318.588)	-	443.672	-	-	-	-	-	(182.011)	261.661
Total	1.973.507	1.006.954	620.977	(2.447)	44.409	53.642	-	(672.205)	(318.588)	(111.442)	2.594.807	528.823	(2.325)	111.442	(1.896)	(500.220)	(182.011)	2.548.620

(*) Demais empresas listadas na Nota 1

(**) Os AFACs tem características de irretroatividade, irrevogabilidade e irreversibilidade. Os valores não são corrigidos e serão capitalizados.

13.4 Movimentação dos dividendos a receber

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2014	-	539
Dividendos propostos	14.818	15.853
Dividendos recebidos	(14.818)	(14.406)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	1.986
Dividendos propostos	45.873	22.269
Dividendos recebidos	(45.873)	(23.635)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	-	620

Os dividendos propostos relativos à 2016 correspondem a:

- Controladora: R\$1.896 da controlada Enerbras (31 de dezembro de 2015, R\$1.986), acrescidos de R\$20.373 da TerraForm (31 de dezembro de 2015, R\$13.406), o qual foi reconhecido no resultado do exercício no momento da declaração de dividendos pela Terraform.
- Consolidado: contemplam os dividendos propostos da Terraform, anteriormente descritos, acrescidos de R\$25.500 da Brasil PCH (31 de dezembro de 2015, R\$1.412).

13.5 Reestruturação societária

Em agosto de 2015, foi aprovado a cisão parcial da controlada Nova Renova, onde uma parcela do seu patrimônio líquido foi incorporada em parte pela Salvador Holding S.A. (“Salvador Holding”) e em parte pela Nova Energia Holding S.A. (“Nova Energia”), ambas controladas direta da Renova Energia.

Em setembro de 2015, com a conclusão da venda dos ativos do LER 2009, as controladas Salvador Holding (Salvador Eólica e suas controladas) e Nova Renova (Bahia Eólica e suas controladas diretas) deixaram de fazer parte do quadro de investimentos da Renova, permanecendo a Nova Energia (Renova Eólica e suas controladas).

14. Ativo imobilizado

14.1 Consolidado

		31/12/2016			31/12/2015		
	Taxas anuais de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço							
Geração							
Terrenos		595	-	595	595	-	595
Reservatórios, barragens e adutoras	3%	95.797	(18.880)	76.917	95.797	(15.211)	80.586
Edificações, obras civis e benfeitorias	3%	91.876	(13.485)	78.391	91.876	(9.557)	82.319
Máquinas e equipamentos	4%	1.468.581	(138.541)	1.330.040	1.468.859	(68.799)	1.400.060
Móveis e utensílios	10%	142	(106)	36	142	(78)	64
Equipamento de informática	20%	245	(240)	5	245	(222)	23
Torres de medição	20%	23.801	(14.871)	8.930	23.801	(10.948)	12.853
Equipamentos de medição	20%	3.739	(1.186)	2.553	3.739	(471)	3.268
Equipamentos de torres	20%	2.372	(997)	1.375	2.318	(438)	1.880
Outros	20%	16	(11)	5	16	(10)	6
Sistema de transmissão e conexão							
Terrenos		2.503	-	2.503	2.503	-	2.503
Edificações, obras civis e benfeitorias	3%	7.561	(518)	7.043	7.561	(255)	7.306
Máquinas e equipamentos	4%	301.880	(20.735)	281.145	301.880	(10.122)	291.758
		1.999.108	(209.570)	1.789.538	1.999.332	(116.111)	1.883.221
Administração							
Máquinas e equipamentos	10%	5.356	(1.469)	3.887	5.363	(939)	4.424
Benfeitorias	10%	2.352	(431)	1.921	2.304	(338)	1.966
Móveis e utensílios	10%	5.895	(2.135)	3.760	7.616	(1.952)	5.664
Softwares	20%	3.310	(2.617)	693	3.315	(2.102)	1.213
Equipamento de informática	20%	3.847	(2.442)	1.405	3.827	(1.790)	2.037
		20.760	(9.094)	11.666	22.425	(7.121)	15.304
Estoques							
Almoxarifado geral		6.275	-	6.275	3.656	-	3.656
Transferência para ativos mantidos para venda (Nota explicativa 29.2)		-	-	-	(208.184)	37.845	(170.339)
Total do imobilizado em serviço		2.026.143	(218.664)	1.807.479	1.817.229	(85.387)	1.731.842
Imobilizado em curso							
Geração							
A ratear		767.750	-	767.750	517.602	-	517.602
Estudos e projetos		10.440	-	10.440	14.708	-	14.708
Terrenos		13.966	-	13.966	13.888	-	13.888
Edificações, obras civis e benfeitorias		274.866	-	274.866	226.317	-	226.317
Torres de medição		5.230	-	5.230	11.635	-	11.635
Aerogeradores		890.049	-	890.049	518.281	-	518.281
Equipamentos de subestação		387.674	-	387.674	317.091	-	317.091
Adiantamentos a fornecedores		826.973	-	826.973	936.741	-	936.741
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado		(261.723)	-	(261.723)	-	-	-
Total do imobilizado em curso		2.915.225	-	2.915.225	2.556.263	-	2.556.263
Total imobilizado		4.941.368	(218.664)	4.722.704	4.373.492	(85.387)	4.288.105

14.2 Movimentações do imobilizado (consolidado)

	31/12/2015	Adições	Baixas	Reclassificações entre rubricas	Cancelamento venda de ativos	31/12/2016
Imobilizado em serviço						
Custo						
Geração						
Usina						
Terrenos	-	-	-	-	595	595
Reservatórios, barragens e adutoras	-	-	-	-	95.797	95.797
Edificações, obras civis e benfeitorias	45.540	-	-	-	46.336	91.876
Máquinas e equipamentos	1.403.844	15	-	(293)	65.015	1.468.581
Móveis e utensílios	-	-	-	-	142	142
Equipamento de informática	-	-	-	-	245	245
Torres de medição	23.801	-	-	-	-	23.801
Equipamentos de medição	3.739	-	-	-	-	3.739
Equipamentos de torres	2.318	54	-	-	-	2.372
Outros	1	-	-	-	15	16
Sistema de transmissão e conexão						
Terrenos	2.503	-	-	-	-	2.503
Edificações, obras civis e benfeitorias	7.561	-	-	-	-	7.561
Máquinas e equipamentos	301.880	-	-	-	-	301.880
	<u>1.791.187</u>	<u>69</u>	<u>-</u>	<u>(293)</u>	<u>208.145</u>	<u>1.999.108</u>
Administração						
Máquinas e equipamentos	5.363	-	(7)	-	-	5.356
Benfeitorias	2.304	92	(44)	-	-	2.352
Móveis e utensílios	7.616	-	(1.721)	-	-	5.895
Softwares	3.315	-	(5)	-	-	3.310
Equipamento de informática	3.809	57	(37)	-	18	3.847
	<u>22.407</u>	<u>149</u>	<u>(1.814)</u>	<u>-</u>	<u>18</u>	<u>20.760</u>
Estoques						
Almoxarifado geral	3.635	2.640	(21)	-	21	6.275
	<u>3.635</u>	<u>2.640</u>	<u>(21)</u>	<u>-</u>	<u>21</u>	<u>6.275</u>
Total do imobilizado em serviço - custo	<u>1.817.229</u>	<u>2.858</u>	<u>(1.835)</u>	<u>(293)</u>	<u>208.184</u>	<u>2.026.143</u>
(-) Depreciação						
Geração						
Usina						
Reservatórios, barragens e adutoras	2	(3.669)	-	-	(15.213)	(18.880)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(1.026)	(3.928)	-	-	(8.531)	(13.485)
Máquinas e equipamentos	(55.024)	(69.742)	-	-	(13.775)	(138.541)
Móveis e utensílios	-	(28)	-	-	(78)	(106)
Equipamento de informática	-	(18)	-	-	(222)	(240)
Torres de medição	(10.948)	(3.923)	-	-	-	(14.871)
Equipamentos de medição	(471)	(715)	-	-	-	(1.186)
Equipamentos de Torres	(438)	(559)	-	-	-	(997)
Outros	(2)	(1)	-	-	(8)	(11)
Sistema de transmissão e conexão						
Edificações, obras civis e benfeitorias	(255)	(263)	-	-	-	(518)
Máquinas e equipamentos	(10.122)	(10.613)	-	-	-	(20.735)
	<u>(78.284)</u>	<u>(93.459)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(37.827)</u>	<u>(209.570)</u>
Administração						
Máquinas e equipamentos	(939)	(536)	6	-	-	(1.469)
Benfeitorias	(338)	(95)	2	-	-	(431)
Móveis e utensílios	(1.952)	(709)	526	-	-	(2.135)
Softwares	(2.102)	(518)	3	-	-	(2.617)
Equipamento de informática	(1.772)	(665)	13	-	(18)	(2.442)
	<u>(7.103)</u>	<u>(2.523)</u>	<u>550</u>	<u>-</u>	<u>(18)</u>	<u>(9.094)</u>
Total do imobilizado em serviço - depreciação	<u>(85.387)</u>	<u>(95.982)</u>	<u>550</u>	<u>-</u>	<u>(37.845)</u>	<u>(218.664)</u>
Total do imobilizado em serviço	<u>1.731.842</u>	<u>(93.124)</u>	<u>(1.285)</u>	<u>(293)</u>	<u>170.339</u>	<u>1.807.479</u>

- CONTINUA -

- CONTINUAÇÃO -

	31/12/2015	Adições	Baixas	Reclassificações entre rubricas	Cancelamento venda de ativos	31/12/2016
Imobilizado em curso						
Geração						
A ratear	517.602	247.806	-	2.342	-	767.750
Estudos e projetos	14.708	52	(4.320)	-	-	10.440
Terrenos	13.888	273	(192)	(3)	-	13.966
Edificações, obras civis e benfeitorias	226.317	12.086	-	36.463	-	274.866
Torres de medição	11.635	21	-	(6.426)	-	5.230
Aerogeradores	518.281	155.921	-	215.847	-	890.049
Equipamentos de subestação	317.091	57.677	-	12.906	-	387.674
Adiantamentos a fornecedores	936.741	151.361	-	(261.129)	-	826.973
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado	-	(261.723)	-	-	-	(261.723)
Total do imobilizado em curso	2.556.263	363.474	(4.512)	-	-	2.915.225
Total do imobilizado	4.288.105	270.350	(5.797)	(293) (*)	170.339	4.722.704

(*) Efeito do estorno do valor provisionado para o fornecedor ABB.

	31/12/2014	Adições	Baixas	Reclassificações entre rubricas	Transfêrencia para ativos mantidos para venda	Saldos vinculados aos ativos vendidos	31/12/2015
Imobilizado em serviço							
Custo							
Geração							
Usina							
Terrenos	595	-	-	-	(595)	-	-
Reservatórios, barragens e adutoras	95.797	-	-	-	(95.797)	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	136.763	200	-	36.311	(46.336)	(81.398)	45.540
Máquinas e equipamentos	1.825.932	1.855	(567)	829.590	(65.015)	(1.187.951)	1.403.844
Veículos	202	-	-	-	-	(202)	-
Móveis e utensílios	120	22	-	-	(142)	-	-
Equipamento de informática	245	-	-	-	(245)	-	-
Torres de medição	19.489	3.913	-	399	-	-	23.801
Equipamentos de medição	367	3.372	-	-	-	-	3.739
Equipamentos de torres	951	892	-	475	-	-	2.318
Outros	6.768	6	-	-	(15)	(6.758)	1
Sistema de transmissão e conexão							
Terrenos	-	-	-	2.503	-	-	2.503
Edificações, obras civis e benfeitorias	5.385	-	-	3.844	-	(1.668)	7.561
Máquinas e equipamentos	268.947	-	(1.403)	120.839	-	(86.503)	301.880
	<u>2.361.561</u>	<u>10.260</u>	<u>(1.970)</u>	<u>993.961</u>	<u>(208.145)</u>	<u>(1.364.480)</u>	<u>1.791.187</u>
Administração							
Máquinas e equipamentos	3.958	1.251	-	295	-	(141)	5.363
Benfeitorias	1.949	355	-	-	-	-	2.304
Móveis e utensílios	7.492	305	(40)	36	-	(177)	7.616
Softwares	3.480	166	(331)	-	-	-	3.315
Equipamento de informática	2.980	854	-	(7)	(18)	-	3.809
	<u>19.859</u>	<u>2.931</u>	<u>(371)</u>	<u>324</u>	<u>(18)</u>	<u>(318)</u>	<u>22.407</u>
Estoques							
Almoxarifado geral	-	8.926	-	-	(21)	(5.270)	3.635
	<u>-</u>	<u>8.926</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(21)</u>	<u>(5.270)</u>	<u>3.635</u>
Total do imobilizado em serviço - custo	<u>2.381.420</u>	<u>22.117</u>	<u>(2.341)</u>	<u>994.285</u>	<u>(208.184)</u>	<u>(1.370.068)</u>	<u>1.817.229</u>
(-) Depreciação							
Geração							
Usina							
Reservatórios, barragens e adutoras	(14.467)	(744)	-	-	15.213	-	2
Edificações, obras civis e benfeitorias	(16.428)	(1.812)	-	-	8.531	8.683	(1.026)
Máquinas e equipamentos	(154.822)	(65.972)	-	-	13.775	151.995	(55.024)
Veículos	(32)	(19)	-	-	-	51	-
Móveis e utensílios	(74)	(4)	-	-	78	-	-
Equipamento de informática	(209)	(13)	-	-	222	-	-
Torres de medição	(6.141)	(4.807)	-	-	-	-	(10.948)
Equipamentos de medição	(3)	(468)	-	-	-	-	(471)
Equipamentos de Torres	-	(438)	-	-	-	-	(438)
Outros	(679)	-	-	-	8	669	(2)
Sistema de transmissão e conexão							
Edificações, obras civis e benfeitorias	(174)	(231)	-	-	-	150	(255)
Máquinas e equipamentos	(9.259)	(10.061)	-	-	-	9.198	(10.122)
	<u>(202.288)</u>	<u>(84.569)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>37.827</u>	<u>170.746</u>	<u>(78.284)</u>
Administração							
Máquinas e equipamentos	(394)	(726)	-	-	-	181	(939)
Benfeitorias	(206)	(132)	-	-	-	-	(338)
Móveis e utensílios	(1.080)	(918)	29	-	-	17	(1.952)
Softwares	(1.325)	(777)	-	-	-	-	(2.102)
Equipamento de informática	(997)	(793)	-	-	18	-	(1.772)
	<u>(4.002)</u>	<u>(3.346)</u>	<u>29</u>	<u>-</u>	<u>18</u>	<u>198</u>	<u>(7.103)</u>
Total do imobilizado em serviço - depreciação	<u>(206.290)</u>	<u>(87.915)</u>	<u>29</u>	<u>-</u>	<u>37.845</u>	<u>170.944</u>	<u>(85.387)</u>
Total do imobilizado em serviço	<u>2.175.130</u>	<u>(65.798)</u>	<u>(2.312)</u>	<u>994.285</u>	<u>(170.339)</u>	<u>(1.199.124)</u>	<u>1.731.842</u>

- CONTINUA -

- CONTINUAÇÃO -

	31/12/2014	Adições	Baixas	Reclassificações entre rubricas	Transferência para ativos mantidos para venda	Saldos vinculados aos ativos vendidos	31/12/2015
Imobilizado em curso							
Geração							
A ratear	348.769	367.633	(704)	(198.096)	-	-	517.602
Estudos e projetos	23.757	94	(9.192)	49	-	-	14.708
Terrenos	11.325	8.200	(251)	(5.386)	-	-	13.888
Edificações, obras civis e benfeitorias	115.470	224.576	-	(113.729)	-	-	226.317
Torres de medição	3.285	11.686	-	(3.336)	-	-	11.635
Aerogeradores	549.307	517.047	-	(548.073)	-	-	518.281
Equipamentos de subestação	87.804	317.234	-	(87.947)	-	-	317.091
Adiantamentos a fornecedores	652.196	326.200	-	(41.655)	-	-	936.741
Total do imobilizado em curso	1.791.913	1.772.670	(10.147)	(998.173)	-	-	2.556.263
Total do imobilizado	3.967.043	1.706.872	(12.459)	(3.888)	(170.339)	(1.199.124)	4.288.105

(*) Valor reconhecido como efeitos dos custos socioambientais (vide nota 20.1).

14.3 Controladora

		31/12/2016			31/12/2015		
	Taxas anuais de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço							
Geração							
Torres de medição	20%	23.801	(14.871)	8.930	23.801	(10.948)	12.853
Equipamentos de medição	20%	3.739	(1.186)	2.553	3.739	(471)	3.268
Equipamentos de torres	20%	2.372	(997)	1.375	2.318	(438)	1.880
		29.912	(17.054)	12.858	29.858	(11.857)	18.001
Administração							
Máquinas e equipamentos	10%	5.356	(1.469)	3.887	5.363	(939)	4.424
Benfeitorias	10%	2.352	(431)	1.921	2.303	(338)	1.965
Móveis e utensílios	10%	5.872	(2.132)	3.740	7.593	(1.951)	5.642
Softwares	20%	3.310	(2.617)	693	3.316	(2.102)	1.214
Equipamento de informática	20%	3.830	(2.424)	1.406	3.810	(1.772)	2.038
		20.720	(9.073)	11.647	22.385	(7.102)	15.283
Total do imobilizado em serviço		50.632	(26.127)	24.505	52.243	(18.959)	33.284
Imobilizado em curso							
Geração							
A ratear		227.992	-	227.992	197.317	-	197.317
Estudos e projetos		10.440	-	10.440	14.708	-	14.708
Terrenos		2.365	-	2.365	2.361	-	2.361
Adiantamentos a fornecedores		18.065	-	18.065	332.158	-	332.158
Total do imobilizado em curso		258.862	-	258.862	546.544	-	546.544
Total imobilizado		309.494	(26.127)	283.367	598.787	(18.959)	579.828

14.4 Movimentações do imobilizado (controladora)

	31/12/2014	Adições	Baixas	Integralização de capital SPEs Eólicas	Reclassificações entre rubricas	31/12/2015	Adições	Baixas	Integralização de capital SPEs Eólicas	31/12/2016
Imobilizado em serviço										
Geração										
Torres de medição	19.489	3.913	-	-	399	23.801	-	-	-	23.801
Equipamentos de medição	367	3.372	-	-	-	3.739	-	-	-	3.739
Equipamentos de torres	951	892	-	-	475	2.318	54	-	-	2.372
	<u>20.807</u>	<u>8.177</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>874</u>	<u>29.858</u>	<u>54</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>29.912</u>
Administração										
Máquinas e equipamentos	3.890	1.178	-	-	295	5.363	-	(7)	-	5.356
Benfeitorias	1.949	354	-	-	1	2.304	92	(44)	-	2.352
Móveis e utensílios	7.291	266	-	-	36	7.593	-	(1.721)	-	5.872
Softwares	3.480	167	(331)	-	(1)	3.315	-	(5)	-	3.310
Equipamento de informática	2.963	854	-	-	(7)	3.810	57	(37)	-	3.830
	<u>19.573</u>	<u>2.819</u>	<u>(331)</u>	<u>-</u>	<u>324</u>	<u>22.385</u>	<u>149</u>	<u>(1.814)</u>	<u>-</u>	<u>20.720</u>
Total do imobilizado em serviço - custo	<u>40.380</u>	<u>10.996</u>	<u>(331)</u>	<u>-</u>	<u>1.198</u>	<u>52.243</u>	<u>203</u>	<u>(1.814)</u>	<u>-</u>	<u>50.632</u>
(-) Depreciação										
Geração										
Torres de medição	(6.141)	(4.807)	-	-	-	(10.948)	(3.923)	-	-	(14.871)
Equipamentos de medição	(3)	(468)	-	-	-	(471)	(715)	-	-	(1.186)
Equipamentos de torres	-	(438)	-	-	-	(438)	(559)	-	-	(997)
	<u>(6.144)</u>	<u>(5.713)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(11.857)</u>	<u>(5.197)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(17.054)</u>
Administração										
Máquinas e equipamentos	(392)	(547)	-	-	-	(939)	(536)	6	-	(1.469)
Benfeitorias	(206)	(132)	-	-	-	(338)	(95)	2	-	(431)
Móveis e utensílios	(1.048)	(903)	-	-	-	(1.951)	(707)	526	-	(2.132)
Softwares	(1.325)	(777)	-	-	-	(2.102)	(518)	3	-	(2.617)
Equipamento de informática	(980)	(792)	-	-	-	(1.772)	(665)	13	-	(2.424)
	<u>(3.951)</u>	<u>(3.151)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(7.102)</u>	<u>(2.521)</u>	<u>550</u>	<u>-</u>	<u>(9.073)</u>
Total do imobilizado em serviço - depreciação	<u>(10.095)</u>	<u>(8.864)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(18.959)</u>	<u>(7.718)</u>	<u>550</u>	<u>-</u>	<u>(26.127)</u>
Total do imobilizado em serviço	<u>30.285</u>	<u>2.132</u>	<u>(331)</u>	<u>-</u>	<u>1.198</u>	<u>33.284</u>	<u>(7.515)</u>	<u>(1.264)</u>	<u>-</u>	<u>24.505</u>
Imobilizado em curso										
Geração										
A ratear	160.277	72.421	(704)	(75.087)	40.410	197.317	78.433	-	(47.758)	227.992
Estudos e projetos	23.757	96	(9.192)	-	47	14.708	52	(4.320)	-	10.440
Terrenos	2.612	-	(251)	-	-	2.361	196	(192)	-	2.365
Adiantamentos a fornecedores	571.908	136	-	(198.231)	(41.655)	332.158	148.615	-	(462.708)	18.065
Total do custo do imobilizado em curso	<u>758.554</u>	<u>72.653</u>	<u>(10.147)</u>	<u>(273.318)</u>	<u>(1.198)</u>	<u>546.544</u>	<u>227.296</u>	<u>(4.512)</u>	<u>(510.466)</u>	<u>258.862</u>
Total do imobilizado	<u>788.839</u>	<u>74.785</u>	<u>(10.478)</u>	<u>(273.318)</u>	<u>-</u>	<u>579.828</u>	<u>219.781</u>	<u>(5.776)</u>	<u>(510.466)</u>	<u>283.367</u>

14.5 Imobilização em serviço

A ANEEL, em conformidade ao marco regulatório brasileiro, é responsável por estabelecer a vida útil econômica dos ativos de geração do setor elétrico, com revisões periódicas nas estimativas. As taxas estabelecidas pela Agência são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos. Dessa forma, essas taxas foram utilizadas como base para depreciação do ativo imobilizado.

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador.

A ANEEL, por meio do ofício nº 459/2001 - SFF/ANEEL, autorizou a dação dos direitos emergentes, bens e instalações da concessão do Complexo Hidrelétrico Serra da Prata, em garantia ao cumprimento das obrigações assumidas pela Companhia no âmbito do financiamento direto.

14.6 Imobilização em curso

As imobilizações em curso registram os investimentos em projetos hídricos, divididos em inventários e projetos básicos que já possuem autorização da ANEEL. Registram também os investimentos em projetos eólicos vencedores do LEN 2012 (A-5), LER 2013, LEN 2013 (A-5), LER 2014, LEN 2014 (A-5) e projetos comercializados no Mercado Livre que estão em construção por meio das empresas controladas da Companhia. Dentre os investimentos incorridos estão valores para a compra de aerogeradores, obras civis, subestações e gastos diversos.

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo consolidado da rubrica de Adiantamentos a fornecedores apresenta o montante de R\$826.973 (31 de dezembro de 2015, R\$936.741), composto basicamente de: adiantamento para aquisição e instalação de subestações com a ABB Ltda., Metalurgica Santa Rita e Sadesul, no valor de R\$115.963 e adiantamento para compra de aerogeradores no valor de R\$624.101, com a GE, Alstom e outros.

A rubrica de valores a ratear refere-se principalmente a gastos com projetos, com a implantação das usinas e juros capitalizados os quais serão alocados às respectivas subsidiárias através de aporte. Para a data base de 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, o montante de juros capitalizados no exercício é de R\$105.345 e R\$70.495, respectivamente.

14.7 Composição do imobilizado por projeto

Em 31 de dezembro de 2016 o saldo da linha de imobilizado em curso consolidado é de R\$2.916.822 composto pelos seguintes projetos em construção:

Projetos	Consolidado
Alto Sertão III - Fase A	
ACL (Light I)	1.024.663
LER 2013	659.648
ACL (Mercado livre III)	169.643
LEN 2012 (A-5)	89.269
	<u>1.943.223</u>
Alto Sertão III - Fase b	
ACL (Light II)	207.454
ACL (Mercado livre II)	111.588
	<u>319.042</u>
Outros	
PPA CEMIG*	333.020
ACL (Mercado livre I)	109.424
LEN 2013 (A-5)	55.511
LEN 2014 (A-5)	8.302
LER 2014	2.365
Outros imobilizações em curso	144.338
	<u>652.960</u>
Total do imobilizado em curso	<u>2.915.225</u>

(*) O projeto PPA CEMIG foi cancelado conforme fato relevante divulgado em 14 de junho de 2016. A Companhia está reavaliando a otimização desse projeto, cujos investimentos realizados até 31 de dezembro de 2016 se referem basicamente ao custo de aquisição do projeto e adiantamentos a fornecedores, os quais serão realocados aos demais projetos da Companhia.

14.8 Baixa de projetos

A Companhia adota como prática a revisão de seu portfólio de projetos básicos e inventários periodicamente. Após revisão de seu portfólio de desenvolvimento de projetos eólicos e de pequenas centrais hidrelétricas, a Companhia optou por descontinuar certos projetos, no montante total de R\$4.512 (31 de dezembro de 2015, R\$10.147), vide nota 23.

14.9 Redução ao valor recuperável reconhecidas no exercício

A Companhia procedeu para 31 de dezembro de 2016 a revisão do valor recuperável de seu ativo imobilizado utilizando o método do valor em uso dos ativos. A taxa de desconto real (calculada pela metodologia wacc) usada para calcular o valor presente dos fluxos de caixa dos projetos foi de 7,95% ao ano, o qual resultou em uma perda de R\$261.723, nos parques do Alto Sertão III – Fase A e Projeto PPA Cemig, a qual foi registrada no resultado do exercício em linha específica. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a avaliação do valor recuperável não resultou em perdas.

15. Fornecedores

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Fornecedores		574.614	603.725	87.984	47.738
Transferência para passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda	29.2	-	(2.248)	-	-
		<u>574.614</u>	<u>601.477</u>	<u>87.984</u>	<u>47.738</u>
Apresentados como:					
Circulante		546.911	570.006	87.984	47.738
Não circulante		27.703	31.471	-	-
Total		<u>574.614</u>	<u>601.477</u>	<u>87.984</u>	<u>47.738</u>

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo consolidado de fornecedores inclui, principalmente, valores referentes aos contratos de fornecimento de equipamentos e materiais contratados para a construção dos parques do LEN 2012 (A-5), LER 2013, LEN 2013 (A-5), LER 2014, LEN 2014 (A-5), mercado livre e outros referentes a aerogeradores, subestações e construção civil. Inclui também valores referentes a aquisição de projetos e negociação com fornecedores segregados entre circulante e não circulante, conforme cronograma definido em contrato bem como os encargos financeiros quando aplicável.

16. Empréstimos, financiamentos e debêntures

16.1 Consolidado

		Consolidado											
		31/12/2016						31/12/2015					
		Circulante			Não circulante			Total geral	Circulante			Não circulante	Total geral
	Custo da Dívida	Encargos	Principal	Total	Principal	Total		Encargos	Principal	Total	Principal		
Moeda Nacional													
FNE - Banco do Nordeste do Brasil S.A. - Espra ^(b)	9,5% a.a. (8,08% a.a.)*	-	6.470	6.470	77.994	77.994	84.464	-	6.103	6.103	84.658	90.761	
Finep - CEOL Itaparica ^(c)	3,5% a.a.	22	1.998	2.020	12.152	12.152	14.172	22	-	22	14.150	14.172	
BNDES - Renova Eólica ^(a)	TJLP + 2,45% a.a.	2.552	705.984	708.536	-	-	708.536	2.664	47.833	50.497	695.981	746.478	
BNDES - Renova Eólica ^(a)	TJLP + 2,60% a.a.	1.170	260.809	261.979	-	-	261.979	7.132	16.964	24.096	247.529	271.625	
BNDES - Renova Eólica (Subcrédito "P") ^(a)	TJLP	13	4.928	4.941	-	-	4.941	11	261	272	3.913	4.185	
BNDES - Ponte I Diamantina Eólica (Subcrédito "A") ^(d)	TJLP + 8% a.a.	2.298	171.325	173.623	-	-	173.623	1.746	152.263	154.009	-	154.009	
BNDES - Ponte I Diamantina Eólica (Subcrédito "B") ^(d)	TJLP + 2,5% a.a.	4.256	415.140	419.396	-	-	419.396	3.861	376.686	380.547	-	380.547	
BNDES - Ponte I Diamantina Eólica (Subcrédito "C") ^(d)	TJ6 + 7,34% a.a.	21.710	185.850	207.560	-	-	207.560	-	-	-	-	-	
Outros empréstimos	100% CDI + 4,3% a 8,7% a.a.	17.442	249.644	267.086	3.192	3.192	270.278	1.179	99.948	101.127	-	101.127	
Subtotal dos empréstimos e financiamentos		49.463	2.002.148	2.051.611	93.338	93.338	2.144.949	16.615	700.058	716.673	1.046.231	1.762.904	
Custo de captação da operação		-	(6.240)	(6.240)	-	-	(6.240)	-	(632)	(632)	(6.266)	(6.898)	
Transferência para passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda (nota 29.2)		-	-	-	-	-	-	-	(6.103)	(6.103)	(84.658)	(90.761)	
TOTAL DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		49.463	1.995.908	2.045.371	93.338	93.338	2.138.709	16.615	693.323	709.938	955.307	1.665.245	
*15% de bônus de adimplência													
Debêntures - 3ª emissão - Renova Energia S.A. ^(c)	143% CDI	4.216	500.000	504.216	-	-	504.216	47.173	-	47.173	500.000	547.173	
Debêntures - 1ª emissão - Renova Eólica Participações S.A. ^(f)	IPCA + 7,60% a.a.	618	173.839	174.457	-	-	174.457	550	5.961	6.511	162.948	169.459	
Subtotal de debêntures		4.834	673.839	678.673	-	-	678.673	47.723	5.961	53.684	662.948	716.632	
Custo de captação da operação		-	(8.500)	(8.500)	-	-	(8.500)	-	(1.038)	(1.038)	(8.583)	(9.621)	
TOTAL DE DEBÊNTURES		4.834	665.339	670.173	-	-	670.173	47.723	4.923	52.646	654.365	707.011	

16.2 Controladora

		Controladora									
		31/12/2016					31/12/2015				
		Circulante			Não circulante	Total geral	Circulante			Não circulante	Total geral
	<u>Custo da Dívida</u>	<u>Encargos</u>	<u>Principal</u>	<u>Total</u>	<u>Principal</u>		<u>Encargos</u>	<u>Principal</u>	<u>Total</u>	<u>Principal</u>	
Outros empréstimos de curto prazo	100% CDI + 4,3% a 8,7% a.a.	17.433	235.075	252.508	3.192	255.700	1.031	84.948	85.979	-	85.979
Debêntures - 3ª emissão - Renova Energia S.A. ^(c)	143% CDI	4.216	500.000	504.216	-	504.216	47.173	-	47.173	500.000	547.173
Custo de captação da operação		-	(7.639)	(7.639)		(7.639)	-	(943)	(943)	(7.725)	(8.668)
TOTAL DE DEBÊNTURES		4.216	492.361	496.577	-	496.577	47.173	(943)	46.230	492.275	538.505

16.3 Garantias

O saldo devedor dos empréstimos, financiamentos e debêntures, em 31 de dezembro de 2016, é garantido da seguinte forma:

	BNDES (nota 16.6.a)	BNB (nota 16.6.b)	Debêntures (nota 16.6.c)	Total
Recebíveis	4.605.668	473.816	-	5.079.484
Penhor de ações	394.159	110.924	1.370.641	1.875.724
Hipoteca/alienação de bens	1.282.191	161.106	-	1.443.297
Caução em dinheiro	60.429	16.608	10.799	87.836
Total	6.342.447	762.454	1.381.440	8.486.341

16.4 Movimentação

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures é como segue:

	Consolidado			Controladora		
	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	2.830.462	15.230	2.845.692	498.587	269	498.856
Empréstimos e financiamentos obtidos	707.448	-	707.448	144.949	-	144.949
Encargos financeiros provisionados	-	201.930	201.930	-	77.723	77.723
Encargos financeiros pagos	-	(129.505)	(129.505)	-	(37.283)	(37.283)
Encargos financeiros capitalizados	-	70.495	70.495	-	7.495	7.495
Amortização de empréstimos, financiamento e debêntures	(404.199)	-	(404.199)	(60.000)	-	(60.000)
Atualização e incorporação de juros ao principal	90.517	(90.517)	-	-	-	-
Custo de captação	(13.822)	-	(13.822)	(8.311)	-	(8.311)
Apropriação dos custos de captação	2.198	-	2.198	1.055	-	1.055
Transferência para passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda	(90.761)	-	(90.761)	-	-	-
Saldos vinculados aos ativos vendidos	(813.925)	(3.295)	(817.220)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	2.307.918	64.338	2.372.256	576.280	48.204	624.484
Empréstimos e financiamentos obtidos	650.797	-	650.797	485.834	-	485.834
Encargos financeiros provisionados	-	264.722	264.722	-	136.821	136.821
Encargos financeiros pagos	-	(288.294)	(288.294)	-	(162.726)	(162.726)
Encargos financeiros capitalizados	-	105.345	105.345	-	-	-
Amortização de empréstimos, financiamento e debêntures	(388.484)	-	(388.484)	(333.164)	-	(333.164)
Atualização e incorporação de juros ao principal	91.814	(91.814)	-	650	(650)	-
Apropriação dos custos de captação	1.779	-	1.779	1.028	-	1.028
Cancelamento venda de ativos	90.761	-	90.761	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	2.754.585	54.297	2.808.882	730.628	21.649	752.277

16.5 Vencimento das parcelas - não circulante (principal e encargos)

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

Ano de vencimento	31/12/2016	
	Consolidado	Controladora
2018	12.495	3.192
2019	9.546	-
2020	10.020	-
2021	10.521	-
2022	11.052	-
2023 a 2027	39.704	-
Total	93.338 (*)	3.192 (*)

Caso a companhia tivesse conseguido a anuência dos credores relativo à quebra de *covenants* mencionada nas notas 1.3 e 16.6, o cronograma de pagamento seria conforme abaixo:

Ano de vencimento	31/12/2016	
	Consolidado	Controladora
2018	154.146	74.621
2019	149.731	71.429
2020	177.316	71.429
2021	180.279	71.429
2022	177.865	71.429
2023 a 2027	571.119	142.855
Total	1.669.052 (*)	503.192 (*)

(*) Valor não inclui o custo de captação dos empréstimos, financiamentos e debêntures.

16.6 Resumo dos contratos

a. Contratos BNDES (Longo prazo)

LER 2010 e LEN 2011 (A-3)

A controlada Renova Eólica, com a interveniência de suas controladas, da sua controladora direta Nova Energia e da Companhia, obteve financiamento no valor total de R\$1.044.100 (contrato direto assinado em 4 de junho de 2014, no valor de R\$734.020 e o contrato de repasse assinado com o Banco do Brasil, no valor de R\$310.080). Em 31 de dezembro de 2016, o montante liberado foi de R\$919.805, utilizado para quitar o empréstimo ponte tomado com o BNDES, no valor de R\$647.894 e a parte restante das notas promissórias, no valor de R\$251.200.

O financiamento foi dividido em 16 subcréditos, de “A” a “P”, com as seguintes características: (a) os Subcréditos A, C, D, E, F, G, I, J, M e P tem prazo de utilização e de carência até 15 de dezembro de 2015, e prazo de amortização em 192 meses, sendo as prestações mensais e sucessivas, cada uma delas no valor do principal vincendo da dívida,

dividido pelo número de prestações de amortização ainda não vencidas, vencendo-se a primeira prestação em 15 de janeiro de 2016 e a última em 15 de dezembro de 2031; e (b) os Subcréditos B, H, K, L, N e O terão prazo de utilização e de carência até 15 de dezembro de 2014 e prazo de amortização em 192 meses, sendo as prestações mensais e sucessivas, cada uma delas no valor do principal vincendo da dívida, dividido pelo número de prestações de amortização ainda não vencidas, vencendo-se a primeira prestação em 15 de janeiro de 2015 e a última em 15 de dezembro de 2030.

São garantias de todos os contratos do BNDES o penhor de ações, a cessão fiduciária de direitos creditórios e emergentes, alienação fiduciária de bens, fiança bancária, e contas reserva no valor de 3 meses de serviço da dívida e 3 meses de operação e manutenção. Esta operação estabelece que o índice ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) = [(geração de caixa da atividade + saldo final de caixa do ano anterior) / serviço da dívida] deve ser maior ou igual a 1,3 a ser calculado ao final de cada exercício social. Para 31 de dezembro de 2016, a Companhia não alcançou esse índice, tendo a parcela do saldo do passivo não circulante reclassificada para o passivo circulante, conforme norma contábil.

b. Contrato BNB

A controlada Espra, com interveniência da controlada Enerbras, obteve financiamento com o BNB em 30 de junho de 2006, no total de R\$120.096. O contrato tem vencimento em 30 de junho de 2026. O montante contratado foi totalmente liberado.

São garantias deste financiamento a hipoteca de imóveis do Complexo Serra da Prata, o penhor de ações, o penhor dos direitos emergentes das Resoluções Autorizativas, o direito de receber todos e quaisquer valores que, efetiva ou potencialmente, estejam ou venham a se tornar exigíveis e pendentes de pagamento pelo poder concedente à Espra, todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos das respectivas resoluções autorizativas e fundo de liquidez em conta reserva (nota 11). O contrato de financiamento com o BNB não exige índices financeiros para vencimentos antecipados da dívida.

c. Debêntures simples não conversíveis em ações

Em 15 de dezembro de 2014, foi emitida uma nova debênture corporativa (3ª emissão) no valor de R\$500.000. Os recursos dessa debênture foram utilizados para pagar antecipadamente a debênture já existente (2ª emissão) no valor de R\$370.754, gerando um caixa adicional na Companhia no valor de R\$129.246. A amortização terá início em 15 de dezembro de 2018 com parcelas anuais e consecutivas até 15 de dezembro de 2024. O pagamento dos juros ocorrerá em parcelas semestrais, sem carência, nos meses de junho e dezembro de cada ano.

A 3ª emissão das debêntures foi realizada nos termos da Instrução CVM 476, com base na deliberação da Reunião de Conselho de Administração da Companhia realizada em 17 de dezembro de 2014 ("RCA"). Não há cláusula de repactuação das debêntures.

São garantias das debêntures a alienação fiduciária de 99,99% das ações de emissão da Chipley, detentora de 51% de participação da Brasil PCH; cessão fiduciária do fluxo de dividendos provenientes da Chipley que venha a ser atribuído a Renova, do fluxo de dividendos da Brasil PCH que venha a ser atribuído a Chipley; cessão fiduciária do fluxo de dividendos proveniente da Nova Energia atribuído a Renova do fluxo de dividendos provenientes da Renova Eólica decorrente da participação societária das companhias integrantes do LER 2010 e LEN 2011; alienação de 100% das ações de emissão da Nova Energia, controladora da Renova Eólica; penhor e/ou alienação fiduciária sobre 100% das ações livres de emissão da TerraForm Global de titularidade da Renova desde que represente, no mínimo 94% do total das ações representativas do capital social da TerraForm Global de propriedade da Renova, sobre os dividendos decorrentes de tais ações e sobre os direitos emergentes da opção de venda de 7.000.000 de ações de emissão da TerraForm Global que tem a SunEdison como contraparte.

Conforme previsto na 3ª emissão, a partir de dezembro de 2016 a taxa de juros passou de 138% do CDI para 143% do CDI.

Esta operação estabelece que o ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida = dividendos recebidos/serviço da dívida) deve ser maior ou igual a 1,0. O serviço da dívida é representado pela amortização de principal e pagamento de juros da série vincenda em cada ano de verificação. A medição desse índice é anual e, para 31 de dezembro de 2016, a Companhia não alcançou esse índice, tendo a parcela do saldo do passivo não circulante reclassificada para o passivo circulante, conforme norma contábil. No entanto o Banco do Brasil não exigiu vencimento antecipado da dívida (vide nota 32.4).

d. BNDES (Empréstimo ponte)

Em 19 de dezembro de 2014, foi assinado o contrato de financiamento de curto prazo entre o BNDES e a Diamantina, no valor total de R\$700.000, dividido em dois subcréditos: Subcrédito “A” no valor de R\$140.000 e Subcrédito “B” no valor de R\$560.000, para os parques de LEN 2012 (A-5), LER 2013 e mercado livre. Em 18 de fevereiro de 2016, conforme 1º aditivo de contrato entre as partes, houve o remanejamento de parcela do Subcrédito “B” com a criação do subcrédito “C” no valor de R\$163.963. Em 31 de dezembro de 2016, o total liberado foi de R\$663.963. Conforme aditivos do contrato, os empréstimos pontes serão quitados em 15 de abril de 2017 ou na data de desembolso do financiamento de longo prazo do BNDES, e houve alteração da taxa de juros incidentes sobre o subcrédito “A” de 4,87% a.a. para 8% a.a. acima da TJLP e sobre o subcrédito “C”, de 2,98% a.a. para 7,34% a.a. mais incidência de sobretaxa fixa acima da TJ6.

São garantias do financiamento a totalidade das ações da Diamantina e das SPEs que a Diamantina detém ações. Esse contrato não exige índices financeiros como cláusula para vencimento antecipado da dívida.

e. FINEP

Em 19 de dezembro de 2013, a controlada Centrais Elétricas Itaparica S.A. assinou contrato de financiamento com a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, no montante de R\$107.960. Os recursos deste financiamento são destinados à implantação de uma usina de geração e distribuição de energia híbrida solar e eólica. O financiamento possui carência de 36 meses que abrange o período compreendido entre a data da assinatura do contrato e a de vencimento da parcela de amortização e deve ser pago em 85 prestações, vencendo-se a primeira parcela em 15 de janeiro de 2017 e a última em 15 de janeiro de 2024. Até 31 de dezembro de 2016, o montante liberado foi de R\$14.149.

São garantias deste financiamento a cartas de fiança bancária no valor de 50% de cada liberação, mais os encargos incidentes, emitidas por instituições financeiras e alienação fiduciária dos bens móveis (equipamentos) adquiridos no curso do financiamento.

O contrato de financiamento não exige índices financeiros como cláusula para vencimento antecipado da dívida.

f. Debêntures de infraestrutura

Em 15 de novembro de 2014, ocorreu a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia real e com garantia adicional fidejussória, em duas séries (“Debêntures”), para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, da controlada indireta da Companhia, Renova Eólica, no valor total de R\$146.000.

As Debêntures foram emitidas como debêntures de infraestrutura, tendo em vista o enquadramento dos empreendimentos como projetos prioritários, por meio das portarias expedidas pelo Ministério de Minas e Energia

(MME). Os recursos das Debêntures foram destinados ao LER 2010 e LEN 2011 (A-3) com o objetivo de complementar o financiamento do BNDES, para aquisição de ativos.

A primeira série no valor de R\$73.000 foi liquidada em dezembro de 2014 e a segunda série, também no valor de R\$73.000, foi liquidada em janeiro de 2015. A amortização teve início em 15 de junho de 2016 com parcelas semestrais e consecutivas até 15 de dezembro de 2025. O pagamento dos juros ocorrerá em parcelas semestrais, sem carência, nos meses de junho e dezembro de cada ano.

Esta operação estabelece que o índice ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) = [(geração de caixa da atividade + saldo final de caixa do ano anterior) / serviço da dívida] deve ser maior ou igual a 1,3 a ser calculado ao final de cada exercício social. Para 31 de dezembro de 2016, a Companhia não alcançou esse índice, tendo a parcela do saldo do passivo não circulante reclassificada para o passivo circulante, conforme norma contábil.

17. Impostos a recolher

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
IRPJ a pagar		4.586	14.921	1.165	13.216
COFINS a recolher		1.974	1.016	31	74
CSLL a pagar		2.442	5.797	561	4.766
INSS retido de terceiros		701	1.401	27	18
INSS a recolher		3.928	3.628	3.928	3.627
IRRF sobre folha		1.793	2.455	965	1.524
FGTS a recolher		1.662	1.114	1.662	1.114
ISS a recolher		1.401	2.626	71	79
PIS a recolher		424	217	5	14
PIS, COFINS e CSLL		767	599	426	428
IRRF a recolher		447	232	336	116
Outros impostos a recolher		573	676	105	144
		<u>20.698</u>	<u>34.682</u>	<u>9.282</u>	<u>25.120</u>
Transferência para passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda	29.2	-	(1.067)	-	-
TOTAL		<u>20.698</u>	<u>33.615</u>	<u>9.282</u>	<u>25.120</u>

18. Contas a pagar / contas a receber - CCEE/Eletrobras/Distribuidoras (consolidado)

	Nota explicativa	Ativo		Passivo	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Circulante					
Eletrobras		-	-	25.293	20.668
CCEE		-	-	25.856	2.614
		-	-	51.149	23.282
Não circulante					
CCEE		2.500	4.245	11.422	4.465
Distribuidoras		-	-	34.969	-
		2.500	4.245	46.391	4.465
Transferência para passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda:					
Circulante					
Eletrobras	29.2	-	-	-	(20.668)
Total		2.500	4.245	97.540	7.079
Apresentados como:					
Circulante		-	-	51.149	2.614
Não circulante		2.500	4.245	46.391	4.465
Total		2.500	4.245	97.540	7.079

Eletrobras

O Contrato de Compra e Venda de Energia, celebrado entre a controlada indireta Espra e a Eletrobras, estabelece que seja apurada em cada ano (período de janeiro a dezembro) o resultado da comercialização no âmbito da CCEE. A parcela de ajuste financeiro resultante dessa apuração será compensada nas faturas mensais do ano subsequente.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, o montante de energia gerada foi inferior à faturada resultando após a contabilização do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) no âmbito da CCEE – mecanismo de compartilhamento dos riscos hidrológicos que envolvem os geradores.

Em 15 de janeiro de 2016 a controlada indireta Espra protocolou junto a ANEEL pedido de adesão a repactuação do risco hidrológico das PCHs Colino I e Cachoeira da Lixa, com base na Lei nº 13.203, de 8 de dezembro de 2015, optando pela classe de produto SP100, com fator f igual zero e prêmio de risco unitário atualizado para janeiro de 2016 no valor de 10,51 R\$/MWh. Os efeitos da repactuação no resultado do exercício estão demonstrados a seguir:

Efeito na receita líquida	R\$7.003
Efeito no custo	(R\$2.484)

CCEE e Distribuidoras

Os Contratos de Energia de Reserva celebrados entre as controladas indiretas do LER 2010 e LER 2013 e a CCEE e de Energia Nova entre o LEN 2011 (A-3) e as distribuidoras estabelecem que sejam apuradas em cada ano contratual as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada.

O ressarcimento por desvios negativos (abaixo da faixa de tolerância – 10%) de geração será pago em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado a 115% do preço de venda vigente, para os parques do LER 2010 e LER 2013 e o maior valor entre o PLD médio e a receita fixa unitária para os parques do LEN 2011, conforme expresso no referido contrato. Os ressarcimentos que estiverem na faixa de tolerância – 10% de geração serão ressarcidos em 12 parcelas após possíveis compensações com desvios positivos iniciando ao final do primeiro quadriênio contado a partir do início da operação comercial. Para o LER 2013, os ressarcimentos que estiverem na faixa de tolerância serão valorados a 106% do preço de energia vigente.

O ressarcimento por desvios positivos (acima da faixa de tolerância – 30%) de geração será pago em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado a 70% do preço de venda vigente, conforme expresso no referido contrato. Os ressarcimentos que estiverem na faixa de tolerância – 30% de geração serão ressarcidos em 12 parcelas após possíveis compensações com desvios negativos iniciando ao final do primeiro quadriênio contado a partir do início da operação comercial.

18.1 Movimentação

A movimentação do exercício está apresentada a seguir:

Movimentação do ativo							
	Saldos						
	31/12/2014	Adição / Reversão	vinculados aos ativos vendidos	31/12/2015	Reversão/ adição	Atualização monetária	31/12/2016
CCEE	6.299	23.251	(25.305)	4.245	(1.982)	237	2.500
Total do ativo	6.299	23.251	(25.305)	4.245	(1.982)	237	2.500

Movimentação do passivo												
	31/12/2014	Provisão/ Reversão	Amortização / Compensação	Transferência para ativos mantidos para venda	Saldos vinculados aos ativos vendidos	31/12/2015	Cancelamento venda de ativos	Provisão/ Reversão	Multa sobre ressarcimento	Atualização monetária	Amortização	31/12/2016
Eletrobras	21.174	10.724	(11.230)	(20.668)	-	-	20.668	5.301	-	2.138	(2.814)	25.293
CCEE	16.792	(6.593)	-	-	(3.120)	7.079	-	19.703	14.026	1.259	(4.789)	37.278
Distribuidoras	-	-	-	-	-	-	-	34.969	-	-	-	34.969
Total do passivo	37.966	4.131	(11.230)	(20.668)	(3.120)	7.079	20.668	59.973	14.026	3.397	(7.603)	97.540
Total líquido	(31.667)	19.120	11.230	20.668	(22.185)	(2.834)	(20.668)	(61.955)	(14.026)	(3.160)	7.603	(95.040)

19. Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas (controladora e consolidado)

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo da provisão da controladora e consolidado para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas era de R\$1.460 (31 de dezembro de 2015, R\$710). Abaixo apresentamos a movimentação do exercício:

	Movimentação						
	31/12/2014	Adição	31/12/2015	Adição	Reversão	Atualização	31/12/2016
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	79	631	710	1.263	(544)	31	1.460

A Administração da Companhia e de suas controladas, consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

A Companhia e suas controladas estão envolvidas em diversos processos contingentes no montante aproximado de R\$160.212 (31 de dezembro de 2015, R\$135.042), sendo R\$38.189 (31 de dezembro de 2015, R\$10.393) cíveis, R\$113.253 (31 de dezembro de 2015, R\$119.301) administrativas e R\$8.770 (31 de dezembro de 2015, R\$5.348) trabalhistas, os quais a Administração, com base na opinião dos seus assessores jurídicos, classificou como possíveis de perda e não constituiu nenhuma provisão para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

19.1 Encargos de Serviços do Sistema - Resolução do Conselho Nacional de Política Energética

A Resolução CNPE nº 3, de 6 de março de 2013, estabeleceu novos critérios para o rateio do custo do despacho adicional de usinas termelétricas. Pelos novos critérios, o custo dos Encargos do Serviço do Sistema - ESS por motivo de segurança energética, que era rateado integralmente entre os consumidores livres e distribuidoras, passaria a ser rateado por todos os agentes do Sistema Interligado Nacional – SIN, inclusive geradores e comercializadores.

A APINE – Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica, da qual a Companhia é associada, obteve liminar suspendendo os efeitos dos artigos 2º e 3º da Resolução CNPE nº 3, isentando os geradores do pagamento do ESS em conformidade à Resolução mencionada.

O valor do risco é de aproximadamente R\$1.420. Baseado no entendimento da administração e dos seus assessores jurídicos esse risco foi classificado como possível de perda e não constituiu provisão para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

19.2 Processo arbitral

Conforme mencionado nas notas 1.2.d e 8 a companhia ingressou com um processo de arbitragem contra a Terraform visando, dentre outras demandas, uma indenização pelas perdas na Operação com a SunEdison e Terraform.

20. Provisão para custos socioambientais

	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Circulante	2.540	1.218
Não circulante	5.387	5.876
Total	<u>7.927</u>	<u>7.094</u>

Considerando que: (a) até a entrada em operação comercial das PCHs e das eólicas, a Companhia obtém todas as licenças ambientais e, conseqüentemente, tem uma obrigação de cumprir as obrigações nelas constantes para poder operar; (b) que essa obrigação decorre de eventos já ocorridos (construção da usina); e (c) que se espera que exista saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos futuros, a Companhia provisiona os custos socioambientais no passivo circulante e não circulante e incorpora tal custo no ativo imobilizado durante o período

de construção dos empreendimentos. Após a entrada em operação, tais custos são registrados diretamente no resultado.

A provisão é inicialmente mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, é ajustada a valor presente e por mudança no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados, os quais são considerados suficientes para os desembolsos futuros das controladas durante a fase de construção e operação dos parques em operação.

20.1 Movimentação

	31/12/2014	Saldos vinculados aos ativos vendidos	Adição / Reversão líquida	Atualização	31/12/2015	Adição	Pagamentos	Atualização	31/12/2016
Provisão para custos socioambientais	16.626	(6.260)	(3.888)	616	7.094	1.014	(584)	403	7.927

21. Patrimônio líquido e remuneração aos acionistas

a) Capital autorizado

Conforme previsto no artigo 8º do seu estatuto social, a Companhia está autorizada a aumentar o capital social mediante deliberação do Conselho de Administração, independentemente da reforma estatutária, por meio da emissão de ações ordinárias ou ações preferenciais, até o limite de R\$5.002.000.

b) Capital social

Em 6 de maio de 2015, o Conselho de Administração da Companhia aprovou aumento de capital em função do plano de opções de compra de ações. Os colaboradores elegíveis subscreveram e integralizaram 39.169 ações ordinárias e 78.338 ações preferenciais, no valor de R\$13. As ações foram efetivamente emitidas pelo banco custodiante em julho de 2015.

Em 2 de fevereiro de 2016, o Conselho de Administração aprovou aumento de capital no valor de até R\$731.248 mediante a emissão de até 81.587.997 novas ações ordinárias e de até 28.208.946 novas ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, pelo preço de emissão por ação ordinária ou preferencial de R\$6,66 (seis reais e sessenta e seis centavos) e de R\$19,98 (dezenove reais e noventa e oito centavos) por unit. A CEMIG GT e a Light Energia subscreveram e integralizaram na Companhia os montantes de R\$240.000 e R\$40.000, respectivamente. Outros acionistas aportaram o montante de R\$2.

Em 21 de junho de 2016, conforme ata de reunião do Conselho de Administração, foi finalizado e homologado o aumento de capital da Companhia de R\$280.002 mediante a emissão de 42.042.384 ações nominativas, escriturais e sem valor nominal, sendo 42.042.219 ações ordinárias e 165 preferenciais, já subscritas e integralizadas, ao preço de emissão de R\$6,66 (seis reais e sessenta e seis centavos) por ação ordinária e preferencial e de R\$19,98 (dezenove reais e noventa e oito centavos) por unit.

Em 23 de dezembro de 2016, o Conselho de Administração aprovou aumento de capital no valor de até R\$300.000 mediante a emissão de até 115.952.502 novas ações ordinárias e de até 34.047.498 novas ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, pelo preço de emissão por ação ordinária ou preferencial de R\$2,00

(dois reais) e de R\$6,00 (seis reais) por unit. O prazo para o exercício do direito de preferência será 26 de abril de 2017.

Até a presente data, foi aportado pela CEMIG GT e pela Light Energia o montante de R\$37.863 e 12.137, respectivamente. A homologação do aumento de capital está prevista para ocorrer até o final do mês de maio de 2017. Assim o quadro acionário para 31 de dezembro de 2016 não terá alteração.

Em 31 de dezembro de 2016, o capital social da Companhia subscrito e integralizado era de R\$2.898.012 (R\$2.568.010, em 31 de dezembro de 2015), distribuído conforme o quadro de acionistas a seguir:

RENOVA ENERGIA	Ações ON		Ações PN		Total de Ações	% do Capital Social Total
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Bloco de Controle	229.251.670	82,19%	-	0,00%	229.251.670	63,54%
RR Participações	49.461.797	17,73%	-	0,00%	49.461.797	13,71%
Light Energia	56.567.803	20,28%	-	0,00%	56.567.803	15,68%
Cemig GT	123.222.070	44,18%	-	0,00%	123.222.070	34,15%
Outros Acionistas	49.664.580	17,81%	81.899.063	100,00%	131.563.643	36,46%
RR Participações*	1.745.682	0,63%	313.600	0,38%	2.059.282	0,57%
RR Casa de Invest e Part	7.557.075	2,71%	900.000	1,10%	8.457.075	2,34%
BNDESPAR	9.311.425	3,34%	18.622.850	22,74%	27.934.275	7,74%
InfraBrasil	11.651.467	4,18%	23.302.933	28,45%	34.954.400	9,69%
FIP Caixa Ambiental	5.470.293	1,96%	10.940.586	13,36%	16.410.879	4,55%
Outros	13.928.638	4,99%	27.819.094	33,97%	41.747.732	11,57%
Total	278.916.250	100,00%	81.899.063	100,00%	360.815.313	100,00%

* Ações fora do bloco de controle

Nota: Bloco de controle considera ações sujeitas ao acordo de acionistas

c) Custos na emissão de ações

A Companhia registra todos os custos das operações com emissão de ações em rubrica específica. Esses valores referem-se a gastos com consultoria e assessores financeiros, das operações de aumento de capital, conforme apresentado a seguir:

Evento	Data	Custo na emissão de ações Controladora e Consolidado
Abertura de capital (IPO - Oferta Pública Inicial)	julho/2010	13.686
Novo investidor: Light Energia	setembro/2011	20.555
Nova investidora: BNDESPAR	setembro/2012	1.871
Novo investidor: CEMIG GT	setembro/2014	5.645
Total		41.757

d) Reservas

Reserva de capital

Na conta de reserva de capital, a Companhia reconheceu o efeito dos custos do Plano de Pagamento Baseado em Ações relativo aos seus parques do LER 2009, LER 2010 e LEN 2011 (A-3) e demais projetos, bem como os prêmios pagos referentes ao sucesso no IPO e também em acordos firmados com seus executivos. Esses registros refletem tanto provisões de ações já outorgadas quanto o registro de provisão de ações que serão outorgadas no médio e curto prazo. O detalhamento dos registros contábeis está na nota 26.5.

Reserva de lucros - reserva legal

A constituição da reserva legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do capital social condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento de capital. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 a Companhia constituiu reserva legal no montante de R\$2.321.

Reserva de lucros – lucro retido

A Companhia destinou a conta de Reserva de lucros (lucro retido) o saldo remanescente do lucro líquido do exercício, no valor de R\$33.072 observado o disposto no parágrafo único do artigo 51 do seu Estatuto social e no artigo 194 da Lei 6.404/76. A Reserva de Investimentos tem as seguintes características: (i) preservar a integridade do patrimônio líquido, a capacidade de investimento da Companhia e a manutenção da participação da Companhia em suas controladas; (ii) a Reserva de Investimento deverá observar o limite previsto no artigo 199 da Lei 6.404/76; e (iii) sem prejuízo do disposto no item “i” a Reserva de Investimento poderá ser utilizada para pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio aos acionistas.

Reserva de lucros – reserva especial de dividendos não distribuídos

Conforme previsto no artigo 202 § 4º da Lei 6.404/76, a Companhia constituiu uma reserva especial de dividendos não distribuídos, no valor de R\$11.024, em função da situação financeira da Companhia. Esses dividendos serão distribuídos tão logo a situação financeira permitir.

e) Dividendos

Os acionistas terão o direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição da Reserva Legal e (ii) importância destinada à formação da Reserva para Contingências e reversão dessa reserva formada em exercícios anteriores, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia. As ações preferenciais participarão nos lucros distribuídos em igualdade com as ações ordinárias.

Em 2016 a companhia apresentou um prejuízo de R\$1.101.472 e, portanto, não distribuirá dividendos.

O cálculo dos dividendos propostos para distribuição aos acionistas em função do resultado do exercício de 2015 está demonstrado a seguir:

Destinação do resultado:

Lucro líquido do exercício	118.192
Compensação de prejuízo	(71.775)
Base de cálculo da reserva legal	46.417
Constituição de reserva legal (5%)	(2.321)
Base de cálculo da distribuição de dividendos	44.096
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	11.024

Dividendos mínimos obrigatórios por ação

Ordinárias - ON	0,03
Preferenciais - PN	0,03

Os dividendos mínimos obrigatórios foram mantidos no patrimônio líquido na conta de reserva de dividendos obrigatórios não distribuídos para serem pagos assim que a situação financeira da Companhia o permitir.

f) Outros resultados abrangentes - ajustes acumulados de conversão de moeda estrangeira

A variação de taxas de câmbio sobre os ativos, passivos e resultados de investimentos no exterior com moeda funcional diferente da moeda funcional da Companhia, é reconhecida diretamente no patrimônio líquido. Esse efeito acumulado foi revertido para o resultado do exercício de 2015 como ganho, conforme nota 13.3.1.2, no valor R\$53.642.

22. Receita líquida

	Consolidado				Controladora	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
	MWh*	MWh*				
Geração/disponibilização energia						
Suprimento de energia elétrica - PCHs	107.544	64.478	36.612	26.372	-	-
Suprimento de energia elétrica - Eólicas	1.193.769	2.432.801	146.850	340.844	-	-
Total da receita			183.462	367.216	-	-
(-) Impostos s/ receita (PIS/COFINS)			(10.358)	(13.322)	-	-
Outras receitas						
Operações - comercialização de energia elétrica			340.893	60.085	-	-
Solar			98	692	98	692
Outras receitas (nota 1.2.e)			2.729	910	2.729	910
			343.720	61.687	2.827	1.602
Deduções s/ outras receitas:						
(-) Impostos s/ outras receita (PIS/COFINS)			(33.551)	(5.705)	(279)	(148)
(-) Outras deduções			(136)	(46)	(137)	(46)
			(33.687)	(5.751)	(416)	(194)
Total	1.301.313	2.497.279	483.137	409.830	2.411	1.408

(*) Informações não auditadas pelos auditores independentes.

23. Custos e despesas (receitas)

	Consolidado					
	31/12/2016			31/12/2015		
	Custo dos serviços	Despesas	Total	Custo dos serviços	Despesas	Total
Tusd/Tust ⁽¹⁾	16.822	-	16.822	18.965	-	18.965
Taxa de fiscalização	1.340	-	1.340	1.123	-	1.123
	<u>18.162</u>	<u>-</u>	<u>18.162</u>	<u>20.088</u>	<u>-</u>	<u>20.088</u>
Pessoal e administradores	-	38.102	38.102	-	37.568	37.568
Serviços de terceiros	31.828	33.777	65.605	38.109	46.777	84.886
Aluguéis e arrendamentos	3.777	2.537	6.314	4.005	2.672	6.677
Viagens	-	2.995	2.995	102	6.049	6.151
Depreciação	93.459	2.523	95.982	84.569	3.346	87.915
Projetos descontinuados ⁽²⁾	-	4.320	4.320	-	10.147	10.147
Seguros	2.466	39	2.505	646	774	1.420
Telefonia e TI	-	4.730	4.730	86	4.480	4.566
Material de uso e consumo	3.984	1.069	5.053	3.962	3.772	7.734
Multa sobre ressarcimento	1.717	12.309	14.026	-	2.614	2.614
Compra de energia ⁽³⁾	295.589	-	295.589	61.534	-	61.534
Recebimento ESPRA ⁽⁴⁾	-	(35.790)	(35.790)	-	-	-
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	-	261.723	261.723	-	-	-
Repactuação do risco hidrológico	2.466	-	2.466	-	-	-
Impostos e taxas	-	3.919	3.919	189	6.022	6.211
Outras	165	9.708	9.873	95	4.405	4.500
	<u>435.451</u>	<u>341.961</u>	<u>777.412</u>	<u>193.297</u>	<u>128.626</u>	<u>321.923</u>
Total	<u>453.613</u>	<u>341.961</u>	<u>795.574</u>	<u>213.385</u>	<u>128.626</u>	<u>342.011</u>

	Controladora					
	31/12/2016			31/12/2015		
	Custo dos serviços	Despesas	Total	Custo dos serviços	Despesas	Total
Pessoal e administradores	-	32.687	32.687	-	35.675	35.675
Serviços de terceiros	-	24.238	24.238	11	34.699	34.710
Aluguéis e arrendamentos	-	2.446	2.446	-	2.221	2.221
Viagens	-	1.846	1.846	-	5.237	5.237
Depreciação	5.197	2.521	7.718	5.713	3.151	8.864
Projetos descontinuados ⁽²⁾	-	4.320	4.320	-	10.147	10.147
Seguros	-	36	36	-	108	108
Telefonia e TI	-	2.903	2.903	-	3.863	3.863
Material de uso e consumo	-	683	683	-	1.284	1.284
Recebimento ESPRA ⁽⁴⁾	-	(35.790)	(35.790)	-	-	-
Impostos e taxas	-	1.797	1.797	-	3.089	3.089
Outras	66	6.052	6.118	255	2.994	3.249
Total	<u>5.263</u>	<u>43.739</u>	<u>49.002</u>	<u>5.979</u>	<u>102.468</u>	<u>108.447</u>

1. Tusd - tarifa de uso do sistema de distribuição e Tust - tarifa de uso do sistema de transmissão.
2. Vide nota 14.8.
3. Refere-se a: a) aquisição de energia para revenda realizada pela Renova Comercializadora para honrar os compromissos assumidos nos contratos de venda de energia dos parques em atraso na sua operação comercial, no valor de R\$255.982; e b) aquisição de energia pelos parques do LEN 2011 (A-3) através de exposição na CCEE, no valor de R\$39.573.
4. Refere-se ao recebimento da TerraForm pelo cancelamento da venda dos ativos da ESPRA, vide nota 1.2.a.

24. Resultado financeiro

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Receitas financeiras					
Rendimentos de aplicações financeiras		13.488	28.048	7.343	7.483
Juros recebidos - partes relacionadas	26	-	-	-	91
Outras receitas financeiras		3.702	3.373	3.181	400
Ajuste valor justo da opção		-	59.828	-	59.828
(-) PIS/COFINS s/ receita financeira		(1.020)	(184)	(463)	(162)
Total das receitas financeiras		16.170	91.065	10.061	67.640
Despesas financeiras					
Encargos da dívida	16.4	(264.722)	(201.930)	(136.821)	(77.723)
Juros		(77.486)	(1.444)	(27.506)	(137)
Juros - partes relacionadas	26	(30.253)	-	(10.369)	(545)
IOF		(8.503)	(5.576)	(6.335)	(2.802)
Despesas bancárias		(129)	(684)	(98)	(454)
Fiança bancária		(20.148)	(2.292)	(2.667)	-
Outras despesas financeiras		(17.530)	(11.260)	(10.281)	(8.251)
Total das despesas financeiras		(418.771)	(223.186)	(194.077)	(89.912)
Total do resultado financeiro		(402.601)	(132.121)	(184.016)	(22.272)

25. Imposto de renda e contribuição social

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Prejuízo (lucro) antes do imposto de renda e contribuição social	(1.155.105)	338.649	(1.165.881)	321.711
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	392.736	(115.141)	396.400	(109.382)
<u>Exclusões (adições) permanentes</u>				
Despesas não dedutíveis	(1.023)	(2.486)	(1.023)	(2.486)
Resultado da equivalência patrimonial	(1.705)	(1.245)	(170.075)	15.099
Efeito das controladas optantes pelo lucro presumido	(77.939)	35.526	-	-
Outros	287	-	287	-
Efeito dos impostos diferidos ativos não reconhecidos sobre:				
Provisões temporárias	(91.122)	(114.467)	(91.122)	(114.467)
Prejuízo fiscal e base negativa	(167.601)	(22.644)	(70.058)	7.717
Imposto de renda e contribuição social registrado no resultado	53.633	(220.457)	64.409	(203.519)

A Controladora não apurou lucro tributável no exercício. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social a compensar, nos montantes do quadro a seguir para os quais não foram registrados impostos diferidos:

	Controladora	
	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Utilização de prejuízos fiscais e bases negativas acumulados de períodos anteriores	-	22.336
Prejuízo fiscal do exercício	(206.053)	-
Prejuízos fiscais e bases negativas acumulados de períodos anteriores	<u>(172.104)</u>	<u>(194.440)</u>
Total de prejuízos fiscais e bases negativas acumulados	<u>(378.157)</u>	<u>(172.104)</u>

O imposto apresentado na posição consolidada refere-se, além do imposto da Controladora, às controladas no regime de lucro presumido relacionadas na nota 2.9 e para os parques eólicos do LER 2009 (saldos até setembro de 2015), e no regime de lucro real, além das companhias relacionadas na nota 2.9, as subholdings Bahia Eólica e Salvador Eólica (saldos até setembro de 2015).

26. Transações com partes relacionadas

	Controladora						
	Ativo		Passivo		Resultado financeiro		Despesa
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016
Mútuo							
Energética Serra da Prata S.A.	-	-	34.827	32.833	(2.385)	(402)	-
Renova Comercializadora de Energia S.A.	-	-	216.543	49.288	(7.230)	(143)	-
Chiple SP Participações S.A.	-	-	18.925	-	(754)	-	-
Salvador Eólica S.A.	-	-	-	-	-	62	-
Bahia Eólica S.A.	-	-	-	-	-	29	-
Subtotal	-	-	270.295	82.121	(10.369)	(454)	-
Rateio de despesa							
Energética Serra da Prata S.A.	105	-	-	-	-	-	(105)
Renova Comercializadora de Energia S.A.	642	-	-	-	-	-	(642)
Controlada - LEN 2012 (A-5)	413	-	-	-	-	-	(413)
Controladas - LER 2013	3.498	-	-	-	-	-	(3.498)
Controladas - LER 2014	791	-	-	-	-	-	(791)
Controladas - ACL (Mercado livre I)	558	-	-	-	-	-	(558)
Controladas - ACL (Light I)	4.442	-	-	-	-	-	(4.442)
Controladas - ACL (Mercado livre III)	720	-	-	-	-	-	(720)
Controladas - ACL (Light II)	4.484	-	-	-	-	-	(4.484)
Controladas - ACL (Mercado livre II)	2.351	-	-	-	-	-	(2.351)
Subtotal	18.004	-	-	-	-	-	(18.004)
Outros saldos							
Nova Energia Holding S.A. (*)	25.489	34.608	-	-	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital (**)							
Nova Energia Holding S.A.	41.256	-	-	-	-	-	-
Alto Sertão Participações S.A.	57.643	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Carrancudo S.A.	3.576	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Alcacuz S.A.	3.785	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Tamboril S.A.	5.471	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Tingui S.A.	4.470	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Macambira S.A.	2.969	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A.	2.718	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A.	3.666	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Putumaju S.A.	2.409	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A.	531	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Ico S.A.	2.007	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Jequitiba S.A.	1.322	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Calianã S.A.	999	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Canjoão S.A.	686	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A.	89	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Embiruçu S.A.	117	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A.	124.042	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Umburanas 1 S.A.	3.265	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Umburanas 2 S.A.	541	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Umburanas 3 S.A.	245	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Umburanas 4 S.A.	149	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Umburanas 5 S.A.	108	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Umburanas 7 S.A.	121	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Umburanas 8 S.A.	53	-	-	-	-	-	-
Centrais Elétricas Itaparica S.A.	21.534	-	-	-	-	-	-
Outras participações	187	-	-	-	-	-	-
Subtotal	283.959	-	-	-	-	-	-
Total	327.452	34.608	270.295	82.121	(10.369)	(454)	(18.004)

(*) Saldos de partes relacionadas reflexo da operação da Companhia com sua controlada Nova Energia Holding S.A. de acordo com o seu Estatuto Social.

(**) Adiantamentos para futuro aumento de capital realizados pela Companhia para as suas controladas, sem custo financeiro.

Renova Comercializadora de Energia S.A.

Adiantamentos de cliente (26.3a)

Partes relacionadas (26.3b)

Consolidado		
Passivo		Resultado financeiro
31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016
229.053	60.522	(17.053)
73.722	-	(13.200)
302.775	60.522	(30.253)

26.1 Mútuos

Contas a pagar – correspondem a mútuos realizados com as controladas apresentadas no quadro com o objetivo de suprir a necessidade de caixa da controladora. Esses contratos estão sujeito a correção pela TJLP, acrescido de juros que variam de 0,25% a 0,5% a.a..

26.2 Rateio de despesa

Refere-se a reembolso de despesas realizadas de forma centralizada pela Renova Energia que são rateadas e reembolsadas pelas controladas. Essas despesas referem-se basicamente a gastos com pessoal, aluguel e telefonia.

26.3 Comercialização e Contrato de gestão de ativos

a) Contrato de compra e venda de energia com a Light e CEMIG GT (“Light I” e “Light II”)

Em 17 de outubro de 2013 a controlada Renova Comercializadora e a LIGHTCOM Comercializadora de Energia S.A. assinaram contratos de compra e venda de energia no qual a Renova Comercializadora irá entregar 33,4 MW médios de energia eólica para cada contrato totalizando 66,8 MW médios. E em 23 de dezembro de 2013 a Renova Comercializadora e a CEMIG GT assinaram contrato de compra e venda de energia no qual a Renova Comercializadora irá entregar para o Lote I 66,8 MW médios de energia eólica e para Lote II mais 66,8 MW médios de energia eólica, totalizado 133,6 MW médios. No total a soma dos dois contratos tem como fornecimento 200,4 MW médios de energia contratada.

No âmbito do contrato de compra e venda de energia elétrica celebrado entre a Renova Comercializadora e a CEMIG GT, em 23 de dezembro de 2013, no qual a Renova Comercializadora irá entregar 66,8 MW médios de energia eólica, referente ao Lote II, foram realizadas duas antecipações:

	1ª antecipação	2ª antecipação	Total
Data da aprovação	11 de maio de 2016	8 de setembro de 2016	-
Valor aprovado	R\$ 94.000	R\$ 118.000	R\$ 212.000
Atualização	155% do CDI	155% do CDI	-
Quitação	A partir de janeiro de 2020	A partir de maio de 2021	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016:	R\$ 105.227	R\$ 123.826	R\$ 229.053

b) Confissão de dívida com a CEMIG – PPA CEMIG

Em 15 de dezembro de 2015, o Conselho de Administração aprovou a antecipação do pagamento de R\$60.000 referente ao contrato de compra e venda de energia elétrica celebrado em 25 de março de 2014, entre a Renova Comercializadora e a CEMIG, no qual a Renova Comercializadora iria entregar 308 MW médios de energia eólica.

O valor antecipado será atualizado para efeito de quitação, a uma taxa de 150% do CDI divulgado pela Cetip acumulado desde a data do adiantamento. Em 10 de junho de 2016 este contrato foi cancelado e o pagamento antecipado foi reconhecido pela Renova Comercializadora como dívida, a ser paga com uma entrada de R\$6.000 mais onze parcelas mensais e consecutivas com vencimento em 10 de fevereiro de 2018, atualizada a 150% do CDI Cetip, desde a data base de 15 de dezembro de 2015 até a data do efetivo pagamento. Devido a este distrato o saldo anteriormente classificado na rubrica de adiantamento de cliente no montante de R\$60.522, em 31 de dezembro de 2015, foi reclassificado para partes relacionadas em 2016, o qual monta R\$73.722 para 31 de dezembro de 2016.

c) Compra e venda de energia entre LEN 2011 (A-3) e Renova Comercializadora

Para honrar com os compromissos dos contratos de compra e venda de energia dos parques que não entraram em operação comercial na data contratada, a Renova Comercializadora utilizou o lastro dos parques eólicos do LEN 2011 (A-3) para adquirir energia incentivada com liquidação na CCEE. No primeiro semestre de 2016 a operação de compra de energia pela Renova Comercializadora junto aos parques do LEN 2011 (A-3) foi de 186.137,49MWh* (R\$23.500); e para recompor o lastro no segundo semestre, a Renova Comercializadora vendeu para os parques do LEN 2011 (A-3) o montante de 136.379MWh* (R\$18.803).

(*) Informações não auditadas pelos auditores independentes.

d) Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits (“MCSD”)

O Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits de Energia Nova (MCSD Energia Nova) foi promovido pela CCEE com a intenção de diminuir a sobrecontratação das distribuidoras. A Companhia participou do MCSD em 29 de julho e em 19 de agosto de 2016, respectivamente, descontratando o volume total de 103,6 MWm de energia do 12º Leilão de Energia Nova (LEN 2011 (A-3)) no período de julho de 2016 a dezembro de 2016. Com essa descontratação as companhias do LEN 2011 (A-3) faturaram o montante de R\$70.960 até 31 de dezembro de 2016 para a Renova Comercializadora com o objetivo de atender as vendas de energia dos projetos que estão com atraso no início de sua operação comercial (PPA Light, PPA Cemig, PPA Mercado Livre I e Mercado Livre III). Adicionalmente, para o ano de 2017, a Companhia também participou do MCSD em 27 de dezembro de 2016, descontratando um volume total de 100,2 MWm de energia dos parques do LEN 2011 (A-3) para o período de janeiro a dezembro de 2017.

e) Contrato de gestão de ativos (Asset Management Agreement)

Em 18 de setembro de 2015 a Companhia assinou contrato de prestação de serviços de gestão de ativos com TerraForm para gerir os ativos alienados na Operação (Bahia Eólica e Salvador Eólica) pelo período de 12 meses. Pela prestação deste serviço a Renova recebeu o valor total de R\$3.639 e ficou responsável pela gestão diária das operações, gestão de contratos, gestão financeira, contábil e demais gestões constantes no contrato. Em 18 de setembro de 2016, o contrato foi encerrado. No exercício de 2016, a receita reconhecida é de R\$2.729 (vide nota 22). O restante (R\$910) foi reconhecido em 2015.

26.4 Remuneração do pessoal chave da Administração

A remuneração do pessoal chave da Administração para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, alcançou o montante de R\$10.165 e R\$10.330, respectivamente, valores compostos somente por benefícios de curto prazo.

Remuneração da Diretoria paga pela Companhia

	31/12/2016			31/12/2015		
	Diretoria Estatutária	Diretoria não estatutária	Total	Diretoria Estatutária	Diretoria não estatutária	Total
Número de membros	4,33	3,58	7,91	4,17	4,58	8,75
Remuneração fixa acumulada	3.654	2.131	5.785	2.279	2.582	4.861
Salário ou pró-labore	3.261	1.790	5.051	2.029	2.237	4.266
Benefícios diretos e indiretos	393	341	734	250	345	595
Remuneração por participação em comitê	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração variável	1.972	639	2.611	3.533	697	4.230
Bônus	1.240	515	1.755	3.460	674	4.134
Gratificações	732	124	856	73	23	96
Encargos	1.106	663	1.769	477	762	1.239
Benefícios pós emprego	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor total da remuneração por órgão	6.732	3.433	10.165	6.289	4.041	10.330

Remuneração média mensal da Diretoria

	31/12/2016		31/12/2015	
	Diretoria Estatutária	Diretoria não estatutária	Diretoria Estatutária	Diretoria não estatutária
Número de membros	4,33	3,58	4,17	4,58
Valor da maior remuneração individual	287	95	196	61
Valor da menor remuneração individual	66	54	37	40
Valor médio de remuneração individual	134	78	122	50

26.5 Pagamentos baseados em ações

26.5.1 Informações do plano de compra de ações da Companhia

A Companhia possui um plano de remuneração baseado em ações (“PBA”) instituído nos termos do artigo 168, § 3º, da Lei 6.404/76. De acordo com as condições gerais de outorga de opções de compra de ações de emissão da Companhia, conforme aprovadas pelos acionistas na Assembleia Geral Extraordinária de 18 de janeiro de 2010, o plano estabelece que sejam elegíveis como beneficiários os administradores, executivos e empregados da Companhia, bem como as pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou às sociedades sob seu controle. Conforme contratos de PBA por beneficiários, estes podem receber opções para a compra de ações por um determinado preço de exercício por unit (correspondente a uma ação ordinária e duas preferenciais) referentes aos dois programas da Companhia para o PBA, “Programa 2011”: preço de R\$0,34 (trinta e quatro centavos); e “Programa 2013” (série 1): preço de R\$38,42 (trinta e oito reais e quarenta e dois centavos). O preço de exercício do Programa 2013 (série 1) é atualizado pelo Índice Geral de Preços ao Mercado (IGP-M/FGV) até a data do exercício.

O Programa 2011 foi elaborado visando o alto desempenho de seus projetos Eólicos, em que as outorgas e *vestings* são simultâneos e totalmente ligados ao sucesso dos marcos de cada projeto que são: 1) o sucesso no leilão de energia; 2) a obtenção do financiamento sênior; 3) entrada em operação do parque; e 4) aniversário de um ano da

entrada em operação, sendo calculado ao percentual de 3% do Valor Presente Líquido do projeto calculado na data dos marcos contratados. A Companhia ainda distribuiu ações a título de sucesso na Oferta Pública Inicial (IPO) e acordos com executivos-chave, em que o último vesting ocorreu em 2015. Em 26 de junho de 2013 o Conselho de Administração da Companhia deliberou pela suspensão do Programa 2011, não sendo permitido o ingresso de novos participantes e limitando-o aos projetos comercializados entre dezembro de 2009 até junho de 2013. Os beneficiários contemplados continuarão participando deste programa até o término de todos os marcos desses projetos que tem previsão do último marco ocorrer no ano de 2016. Na mesma data, foi aprovado outro programa: Programa 2013, em que as outorgas são exercíveis em até 6 anos, ou seja, de dezembro de 2014 a 2020, sendo o *vesting* ao longo de 4 anos (25% ao ano), subsequentes a data da outorga.

A outorga de opções deve respeitar sempre o limite máximo de 5% (cinco por cento) do total de ações representativas do capital social da Companhia, em bases totalmente diluídas, computando-se nesse cálculo todas as opções já outorgadas nos termos do plano. Nenhum valor é pago ou será pago pelo beneficiário no ato do recebimento da opção. As opções não dão direito às qualidades de acionista da Companhia, incluindo o direito de receber dividendos. As opções podem ser exercidas a qualquer momento a partir da data de aquisição do direito até a data em que expiram. Uma vez exercida a opção, as ações objeto da respectiva opção serão emitidas por meio de aumento de capital da Companhia, a ser deliberado nos termos da legislação aplicável e do Estatuto Social da Companhia.

A quantidade de opções concedidas é calculada de acordo com uma fórmula baseada no desempenho e aprovada pelos acionistas através de Assembleia Geral realizadas. A fórmula recompensa os administradores, executivos e empregados elegíveis à medida que as metas da Companhia são alcançadas em relação a critérios qualitativos e quantitativos definidos anteriormente.

Os seguintes contratos de pagamentos baseados em ações vigoraram durante os exercícios atual e anterior:

Projeto	Quantidade de Units	Data de outorga	Preço de exercício atual	Valor justo na data da outorga	
				unitário	total
<u>Programa 2011</u>			<u>R\$/Unit</u>	<u>R\$/Unit</u>	<u>R\$ mil</u>
Acordo executivo-chave	48.000	2011	0,34	33,15	1.591
Acordo executivo-chave	54.000	2012	0,34	26,76	1.445
LER 2010 - 3º marco	78.693	2015	0,34	29,40	2.314
LER 2010 - 4º marco	215.340	previsto 2017	0,34	29,40	6.331
<u>Programa 2013</u>	8.967	2014	44,43	10,26	92

Conforme previsto em contrato, o projeto LEN 2011(A-3) não atingiu o VPL esperado e, dessa forma, o PBA relativo ao projeto foi cancelado.

O efeito das opções no exercício foi de R\$ 133 (31 de dezembro de 2015, R\$ 70) reconhecido em contrapartida do patrimônio líquido.

Para o Programa 2013 foram canceladas 139.206 opções no exercício.

26.5.2 Valor justo das opções de compra de ações

As opções foram precificadas de acordo com um modelo matemático Black-Scholes. Quando relevante, a expectativa de vida usada no modelo foi ajustada com base na melhor estimativa da Administração em relação aos efeitos da não transferência de restrições do exercício (incluindo a probabilidade de atender às condições no mercado ligadas à opção) e aspectos comportamentais. A volatilidade esperada baseia-se na volatilidade de preços histórica dos últimos cinco anos.

Não houve o exercício de opções de compra de ações no exercício.

27. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado e previsão de fluxo de caixa futuros. Essas práticas determinam também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a informação e operacionalização das transações com as contrapartes sejam feitas.

a. Valor justo dos instrumentos financeiros

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas em nosso balanço pelo seu valor contábil, que equivale ao seu valor justo nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, clientes, partes relacionadas, cauções e depósitos vinculados e fornecedores. Para empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas, os saldos contábeis diferem do valor justo.

Consolidado				
	Valor justo		Valor Contábil	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Ativos financeiros				
Circulante				
Aplicações financeiras	27.442	38.229	27.442	38.229
Outros ativos financeiros	-	174.397	-	174.397
Contas a receber de clientes	49.138	26.655	49.138	26.655
Cauções e depósitos vinculados	33.510	51.201	33.510	51.201
Não circulante				
Cauções e depósitos vinculados	87.836	20.514	87.836	20.514
Investimento TerraForm	261.661	443.672	261.661	443.672
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	546.911	570.006	546.911	570.006
Empréstimos e financiamentos	2.051.611	716.673	2.045.371	709.938
Debêntures	678.673	53.684	670.173	52.646
Não circulante				
Fornecedores	27.703	31.471	27.703	31.471
Empréstimos e financiamentos	93.338	1.046.231	93.338	955.307
Debêntures	-	662.948	-	654.365
Partes relacionadas	73.722	-	73.722	-
Controladora				
	Valor justo		Valor Contábil	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Ativos financeiros				
Circulante				
Aplicações financeiras	7.222	19.813	7.222	19.813
Outros ativos financeiros	-	174.397	-	174.397
Contas a receber de clientes	341	2	341	2
Cauções e depósitos vinculados	33.510	51.201	33.510	51.201
Partes relacionadas	18.004	-	18.004	-
Não circulante				
Partes relacionadas	309.448	34.608	309.448	34.608
Cauções e depósitos vinculados	-	20.511	-	20.511
Investimento TerraForm	261.661	443.672	261.661	443.672
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	87.984	47.738	87.984	47.738
Empréstimos e financiamentos	255.700	85.979	252.508	85.979
Debêntures	504.216	47.173	496.577	46.230
Não circulante				
Debêntures	-	500.000	-	492.275
Partes relacionadas	270.295	82.121	270.295	82.121

b. Categorias de instrumentos financeiros

Abaixo demonstramos a classificação dos instrumentos financeiros e seus saldos contábeis:

Consolidado										
31/12/2016					31/12/2015					
	Empréstimos e recebíveis	Valor justo através do resultado	Disponível para venda	Outros ao custo amortizado	Total	Empréstimos e recebíveis	Valor justo através do resultado	Disponível para venda	Outros ao custo amortizado	Total
Ativos financeiros										
Circulante										
Aplicações financeiras	-	27.442	-	-	27.442	-	38.229	-	-	38.229
Outros ativos financeiros	-	-	-	-	-	-	174.397	-	-	174.397
Contas a receber de clientes	49.138	-	-	-	49.138	26.655	-	-	-	26.655
Cauções e depósitos vinculados	33.510	-	-	-	33.510	51.201	-	-	-	51.201
Não circulante										
Cauções e depósitos vinculados	87.836	-	-	-	87.836	20.514	-	-	-	20.514
Investimento TerraForm	-	-	261.661	-	261.661	-	-	443.672	-	443.672
Passivos Financeiros										
Circulante										
Fornecedores	-	-	-	546.911	546.911	-	-	-	570.006	570.006
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	2.045.371	2.045.371	-	-	-	709.938	709.938
Debêntures	-	-	-	670.173	670.173	-	-	-	52.646	52.646
Não circulante										
Fornecedores	-	-	-	27.703	27.703	-	-	-	31.471	31.471
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	93.338	93.338	-	-	-	955.307	955.307
Debêntures	-	-	-	-	-	-	-	-	654.365	654.365
Partes relacionadas	-	-	-	73.722	73.722	-	-	-	-	-
Controladora										
31/12/2016					31/12/2015					
	Empréstimos e recebíveis	Valor justo através do resultado	Disponível para venda	Outros ao custo amortizado	Total	Empréstimos e recebíveis	Valor justo através do resultado	Disponível para venda	Outros ao custo amortizado	Total
Ativos financeiros										
Circulante										
Aplicações financeiras	-	7.222	-	-	7.222	-	19.813	-	-	19.813
Outros ativos financeiros	-	-	-	-	-	-	174.397	-	-	174.397
Contas a receber de clientes	341	-	-	-	341	2	-	-	-	2
Cauções e depósitos vinculados	33.510	-	-	-	33.510	51.201	-	-	-	51.201
Partes relacionadas	18.004	-	-	-	18.004	-	-	-	-	-
Não circulante										
Partes relacionadas	309.448	-	-	-	309.448	34.608	-	-	-	34.608
Cauções e depósitos vinculados	-	-	-	-	-	20.511	-	-	-	20.511
Investimento TerraForm	-	-	261.661	-	261.661	-	-	443.672	-	443.672
Passivos Financeiros										
Circulante										
Fornecedores	-	-	-	87.984	87.984	-	-	-	47.738	47.738
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	252.508	252.508	-	-	-	85.979	85.979
Debêntures	-	-	-	496.577	496.577	-	-	-	46.230	46.230
Não circulante										
Debêntures	-	-	-	-	-	-	-	-	492.275	492.275
Partes relacionadas	-	-	-	270.295	270.295	-	-	-	82.121	82.121

c. Mensuração pelo valor justo

A Companhia adota a mensuração a valor justo de seus ativos e passivos financeiros. Valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparação, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

Nível 1. Mercado Ativo: Preço - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

Nível 3. Sem Mercado Ativo: Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis). Para 31 de dezembro de 2016 a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro classificado nesta categoria.

A seguir está um resumo dos instrumentos que são mensurados pelo seu valor justo.

Descrição	Saldo em 31/12/2016	Valor justo em 31 de dezembro de 2016		
		Mercado ativo - preço cotado (nível 1)	Sem mercado ativo - técnica de avaliação (nível 2)	Sem mercado ativo - inputs não observáveis (nível 3)
Ativos				
Aplicações financeiras	27.442	-	27.442	-
Investimento TerraForm (disponível para venda)	261.661	261.661	-	-
Total	289.103	261.661	27.442	-

Descrição	Saldo em 31/12/2015	Valor justo em 31 de dezembro de 2015		
		Mercado ativo - preço cotado (nível 1)	Sem mercado ativo - técnica de avaliação (nível 2)	Sem mercado ativo - inputs não observáveis (nível 3)
Ativos				
Aplicações financeiras	38.229	-	38.229	-
Outros ativos financeiros	174.397	174.397	-	-
Investimento TerraForm (disponível para venda)	443.672	443.672	-	-
Total	656.298	618.069	38.229	-

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

Outros ativos financeiros: elaborado levando-se em consideração o modelo matemático de *Black-Sholes*.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 não houve transferências entre avaliações de valor justo nível 1 e nível 2 nem entre o nível 3 e nível 2.

d. Risco de Mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

Os empréstimos, financiamentos e debêntures captados pela Companhia e suas Controladas apresentados na nota 16, possuem como contrapartes o BNB, BNDES, Debenturistas e Captações para giro. As regras contratuais para

os passivos financeiros criam riscos atrelados a essas exposições. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia e suas controladas possuíam um risco de mercado associado ao CDI, TJLP, IPCA, TJ6 e Taxa pré-fixada.

e. Análise de sensibilidade (Consolidado)

A Companhia e suas controladas apresentam abaixo as informações suplementares sobre seus instrumentos financeiros que são requeridas pela Instrução CVM nº 475/08, especificamente sobre a análise de sensibilidade complementar à requerida pelas IFRSs e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. Na elaboração dessa análise de sensibilidade suplementar, a Companhia adotou as seguintes premissas, definidas na Instrução CVM nº 475/08:

- definição de um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para a Companhia, e que é referenciado por fonte externa independente (Cenário I);

- definição de dois cenários adicionais com deteriorações de, pelo menos, 25% e 50% na variável de risco considerada (Cenário II e Cenário III, respectivamente); e

- apresentação do impacto dos cenários definidos no valor justo dos instrumentos financeiros operados pela Companhia e suas controladas.

Os saldos apresentados nos quadros a seguir contemplam os valores consolidados.

Risco	Operação - Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	Cenário I Cenário provável	Cenário II Deterioração de 25%	Cenário III Deterioração de 50%
Alta do CDI	Debêntures - Renova Energia	504.216	504.216	504.216
	Outros empréstimos curto prazo	270.278	270.278	270.278
	Total	774.494	774.494	774.494
	Taxa	13,65%	17,06%	20,48%
	Perda anual nas Debêntures e outros empréstimos	-	(33.828)	(67.657)
Alta do IPCA	Debêntures - Renova Eólica	174.457	174.457	174.457
	Taxa	6,36%	7,95%	9,54%
	Perda anual nas Debêntures - Renova Eólica	-	(2.774)	(5.548)
Alta da TJLP	BNDES - Renova Eólica	975.456	975.456	975.456
	BNDES - Diamantina Eólica (Subcréditos "A" e "B")	593.019	593.019	593.019
	Total	1.568.475	1.568.475	1.568.475
	Taxa	7,50%	9,38%	11,25%
	Perda anual nos financiamentos com o BNDES	-	(29.409)	(58.818)
Alta da TJ6	BNDES - Diamantina Eólica (Subcrédito "C")	207.560	207.560	207.560
	Taxa	12,43%	15,54%	18,65%
	Perda anual no financiamento com o BNDES	-	(6.450)	(12.900)

Risco	Operação - Investimento TerraForm Global, Inc	Cenário I Cenário provável	Cenário II Deterioração de 25%	Cenário III Deterioração de 50%
	Investimento TerraForm	261.661	261.661	261.661
Baixa do Câmbio	Taxa de câmbio (R\$)	3,26	2,44	1,63
	Perda anual no investimento	-	(65.415)	(130.831)
Baixa da Ação	Preço da ação (US dólar)	3,95	2,96	1,98
	Perda anual no investimento	-	(65.415)	(130.831)

Para as debêntures da Renova Energia e para os outros empréstimos de curto prazo vinculados à CDI, considera a taxa efetiva de 2016 de 13,65%. Os cenários II e III consideram um aumento dessa taxa em 25% (17,06% a.a.) e 50% (20,48% a.a.). Observa-se que o spread médio ponderado nos empréstimos de curto prazo é de 6,83% + 100% do CDI e para as debêntures da Renova Energia é de 143% do CDI. Para as debêntures da Renova Eólica vinculadas ao IPCA, considera o cenário provável a taxa efetiva de 2016 de 6,36%, a qual foi projetada nos cenários II e III considerando um aumento de 25% (7,95%) e 50% (9,54%).

Para os financiamentos com o BNDES vinculados à TJLP, considera um cenário provável com base na taxa para o último trimestre de 2016 de 7,50%. Os cenários II e III consideram uma alta dessa taxa em 25% (9,38%) e 50% (11,25%), respectivamente. Observa-se que o spread médio ponderado é de 3,10% + TJLP para os financiamentos com BNDES. Para o financiamento com o BNDES vinculado à TJ6, considera um cenário provável com base na taxa efetiva de 31 de dezembro de 2016 de 12,43%. Os cenários II e III consideram uma alta da taxa em 25% (15,54%) e 50% (18,65%).

Com relação à moeda estrangeira, a Companhia está exposta à taxa de câmbio do Real para o US dólar para o investimento na Terraform Global, companhia norte-americana (nota 1.2). Para a análise de sensibilidade, considera em relação a esta moeda um cenário provável com o câmbio de 31 de dezembro de 2016 de R\$3,25 (três reais e vinte e cinco centavos) por dólar. Os cenários II e III consideram uma redução da taxa de câmbio em 25%, com o câmbio de R\$2,44 (dois reais e quarenta e quatro centavos) por dólar e em 50%, a R\$1,63 (um real e sessenta e três centavos) por dólar.

Consideramos também a volatilidade do preço da ação da TerraForm que para um cenário provável é representado pelo preço da ação em 31 de dezembro de 2016, US\$3,95. Os cenários II e III consideram uma redução dessa volatilidade do preço de opção de ação em 25% (US\$ 2,96) e em 50% (US\$ 1,98), respectivamente.

Essas análises de sensibilidade foram preparadas de acordo com a Instrução CVM nº 475/2008, tendo como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia e de suas controladas. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade que está contida no processo utilizado na preparação dessas análises.

f. Risco de Liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da controladora e controladas em liquidarem as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da controlada em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentadas na nota 16.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de crédito que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia apresentava capital circulante líquido negativo relevante e a Administração detalhou seus planos na nota 1.3. A Administração entende que, com o sucesso das medidas mencionadas na nota 1.3, será possível retomar o equilíbrio econômico, financeiro e de liquidez da Companhia.

f.1. Tabela do risco de liquidez e juros

As tabelas a seguir mostram em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Companhia e suas controladas e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual apresentado em 31 de dezembro de 2016 a seguir contempla também no curto prazo as dívidas que não atingiram os respectivos índices financeiro determinados nos contratos.

	Consolidado				Total
	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Mais de 5 anos	
Instrumentos a taxa de juros					
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	2.047.079	11.784	63.944	60.091	2.182.897
Debêntures - principal e encargos	678.673	-	-	-	678.673
Total	2.725.752	11.784	63.944	60.091	2.861.570

	Controladora				Total
	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Mais de 5 anos	
Instrumentos a taxa de juros					
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	252.508	-	3.192	-	255.700
Debêntures - principal e encargos	504.216	-	-	-	504.216
Total	756.724	-	3.192	-	759.916

A seguir vencimento contratual se não houvesse às quebras de *covenants* mencionadas nas notas 1.3 e 16.6:

	Consolidado				Total
	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Mais de 5 anos	
Instrumentos a taxa de juros					
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	203.588	940.760	309.548	691.053	2.144.949
Debêntures - principal e encargos	-	14.667	367.027	296.979	678.673
Total	203.588	955.427	676.575	988.032	2.823.622

	Controladora				Total
	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Mais de 5 anos	
Instrumentos a taxa de juros					
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	183.719	68.789	3.192	-	255.700
Debêntures - principal e encargos	-	4.216	285.714	214.286	504.216
Total	183.719	73.005	288.906	214.286	759.916

g. Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está diretamente relacionada à rubrica de clientes.

Ativos financeiros	Nota	Valor contábil			
		Consolidado		Controladora	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Circulante					
Contas a receber de clientes	9	49.138	26.655	341	2
Outros ativos financeiros	8	-	174.397	-	174.397

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. A partir dessa estrutura planejamentos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outras. Esse mecanismo agrega a confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais.

A Companhia não efetua aplicações em caráter especulativo. A Companhia gerencia seus riscos de forma contínua, avaliando se as práticas adotadas na condução das suas atividades estão em linha com as políticas preconizadas pela Administração. A Companhia não faz uso de instrumentos financeiros de proteção patrimonial, pois acredita que os riscos aos quais estão ordinariamente expostos seus ativos e passivos compensam-se entre si no curso natural das suas atividades. A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

h. Gestão de capital

	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Dívida de empréstimos, financiamentos e debêntures	2.808.882	2.372.256
(-) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações	(35.786)	(77.891)
Dívida líquida	2.773.096	2.294.365
Patrimônio líquido	1.955.598	2.627.916
Índice de alavancagem financeira - %	142%	87%

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

i. Risco da escassez de vento

Esse risco decorre da possibilidade da falta de vento ocasionada por fatores naturais, o qual é minimizado em função das “jazidas de vento” do Brasil estarem entre as melhores do mundo, pois, além de contar com alta velocidade, os ventos são considerados bens estáveis, diferentes de certas regiões da Ásia e dos Estados Unidos, sujeitas a ciclones, tufões e outras turbulências.

j. Risco da escassez hidrológica

A controlada indireta Energética Serra da Prata S.A. e a controlada em conjunto Brasil PCH geram energia por meio de pequenas centrais hidrelétricas (PCHs). Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas. Numa situação extrema isso implicaria em redução de receita.

A ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis, em conjunto com a obrigação de entrega de energia contratada, poderá resultar em uma exposição da Companhia ao mercado de energia de longo prazo, o que afetaria seus resultados financeiros futuros. Entretanto, com exceção de uma PCH, a totalidade da capacidade de geração hidrelétrica das demais está inserida no Mecanismo de Relocação de Energia (“MRE”), que mitiga parte do risco hidrológico, alocando-o entre todas as usinas vinculadas ao MRE.

28. (Prejuízo) lucro por ação

O prejuízo por ação básico é calculado por meio da divisão do prejuízo do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício.

O prejuízo por ação diluído é calculado por meio da divisão do lucro líquido (prejuízo) atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas no pressuposto do exercício das opções de compra de ações com valor de exercício inferior ao valor de mercado.

De acordo com o estatuto social da Companhia as ações preferenciais possuem participação nos lucros distribuídos em igualdade com as ações ordinárias.

O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e quantidade de ações utilizadas no cálculo dos lucros (prejuízos) básico e diluído por ação para cada um dos exercícios apresentados na demonstração de resultados:

	Controladora	
	31/12/2016	31/12/2015
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(1.101.472)	118.192
<u>(Prejuízo) lucro por ação básico:</u>		
Média ponderada das ações ordinárias e preferenciais disponíveis (em milhares)	340.943	318.719
(Prejuízo) lucro por ação básico (em R\$)	<u>(3,23)</u>	<u>0,37</u>
<u>(Prejuízo) lucro por ação diluído:</u>		
Média ponderada das ações ordinárias e preferenciais disponíveis (em milhares)	340.943	318.719
Efeito dilutível das opções de compra de ações (em milhares)	-	478
Total de ações aplicáveis à diluição (em milhares)	<u>340.943</u>	<u>319.197</u>
Prejuízo (lucro) por ação diluído (em R\$)	<u>(3,23)</u>	<u>0,37</u>

29. Ativos classificados como mantidos para venda

29.1 Controladora

Composição dos investimentos na controladora:

<u>Ativos classificados como mantidos para venda</u>	<u>31/12/2015</u>
Energética Serra da Prata S.A.	111.442

29.2 Consolidado

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015

<u>ATIVOS</u>	<u>Espra</u>	<u>PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>Espra</u>
CIRCULANTES		CIRCULANTES	
Caixa e equivalentes de caixa	677	Fornecedores	2.248
Aplicações financeiras	6.672	Financiamentos	6.103
Contas a receber de clientes	2.814	Impostos a recolher	1.067
Impostos a recuperar	345	Contas a pagar - CCEE/Elektrobras	20.668
Adiantamentos a fornecedores	149	Dividendos a pagar	3.998
Despesas antecipadas	44	Total dos passivos circulantes	34.084
Total dos ativos circulantes	10.701		
NÃO CIRCULANTES		NÃO CIRCULANTES	
Cauções e depósitos vinculados	14.614	Financiamentos	84.658
Partes relacionadas	32.833	Total dos passivos não circulantes	84.658
Impostos diferidos	1.672		
Outros créditos	25	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Imobilizado	170.339	Capital social	87.720
Total dos ativos não circulantes	219.483	Reserva de lucros	17.137
		Lucro do exercício	6.585
		Total do patrimônio líquido	111.442
TOTAL DOS ATIVOS	230.184	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	230.184

Classificados como:

Ativos classificados como mantidos para venda	197.351
Passivos diretamente associados a ativos mantidos para a venda	114.744

Demonstrações dos fluxos de caixa e do resultado em 31 de dezembro de 2015

	<u>Espra</u>
Lucro dos ativos classificados como mantidos para venda	
Receita	25.508
Custos e despesas	<u>(16.460)</u>
Lucro antes dos impostos	9.048
Imposto de renda e contribuição social	<u>(2.463)</u>
Lucro líquido do exercício	<u>6.585</u>
Fluxo de caixa dos ativos classificados como mantidos para venda	
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais	3.534
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento	(10.484)
Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento	<u>(6.874)</u>
Redução no saldo de caixa e equivalentes de caixa	<u>(13.824)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	14.501
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	677
Redução no saldo de caixa e equivalentes de caixa	<u>(13.824)</u>

Para 31 de dezembro de 2015, os ativos e passivos da ESPRA foram classificados como ativos mantidos para venda e passivos diretamente associados a ativos mantidos para a venda.

O fechamento da alienação dos projetos da Espra (três PCHs com 41,8 MW de capacidade instalada) à TerraForm Global foi cancelado conforme fato relevante publicado em 1 de abril de 2016 (vide nota 1.2), assim os ativos e passivos da ESPRA foram excluídos da condição de mantidos para venda.

30. Cobertura de Seguros

A Companhia e suas controladas mantêm seguros para determinados bens do ativo imobilizado bem como para responsabilidade civil e outras garantias contratuais. O resumo das apólices vigentes em 31 de dezembro de 2016 é como segue:

Risco de operação				
Objeto da Garantia	Importância Segurada	Vigência		Segurado
		Início	Fim	
Garantia - obrigações contratuais	R\$ 106	08/09/2016	08/09/2017	COELBA
Riscos operacionais	R\$ 209.569	25/10/2016	25/10/2017	ESPRA
Responsabilidade civil	R\$ 30.000	25/10/2016	25/10/2017	ESPRA
Riscos operacionais (LER 2010 e LEN 2011)	R\$ 1.386.178	09/11/2016	09/11/2017	Renova Eólica
Responsabilidade civil (LER 2010 e LEN 2011)	R\$ 30.000	10/11/2016	10/11/2017	Renova Eólica
Performance (LEN 2011)	R\$ 1.033	23/08/2016	23/08/2017	CHESF

Risco de construção

Objeto da Garantia	Importância Segurada	Vigência		Segurado
		Início	Fim	
Garantia executante construtor (LEN 2012 (A-5))	R\$ 3.144	07/03/2013	01/04/2017	CCEE
Garantia executante construtor (LER 2013)	R\$ 21.817	05/12/2013	31/03/2017	CCEE
Garantia de construção (LEN 2013 (A-5))	R\$ 72.267	28/04/2014	01/08/2018	CCEE
Garantia executante construtor (ACL)	R\$ 103.548	19/09/2014	31/01/2017	ANEEL
Responsabilidade civil (ACL)	R\$ 20.000	14/11/2014	01/01/2017	Renova Energia
Garantia de construção (LEN 2014 (A-5))	R\$ 20.633	01/04/2015	01/07/2019	CCEE
Garantia de execução do fiel cumprimento (LER 2014)	R\$ 33.903	04/03/2015	01/04/2018	CCEE
Risco de engenharia (ACL)	R\$ 3.053.727	14/11/2014	31/12/2016	Renova Energia
Risco de Transporte (ACL)	R\$ 2.350.000	14/11/2014	01/01/2017	Renova Energia

Risco de administração e portfólio

Objeto da Garantia	Importância Segurada	Vigência		Segurado
		Início	Fim	
Seguros de responsabilidade civil erros e omissões – E&O	R\$ 7.000	10/03/2016	10/03/2017	Renova Energia
Seguros de responsabilidade civil geral de administradores – D&O	R\$ 30.000	31/01/2016	31/01/2017	Renova Energia
Seguro empresarial dos escritórios	R\$ 9.121	07/11/2016	07/11/2017	Renova Energia
Seguro automóvel - Frota	R\$ 110	14/11/2016	14/11/2017	Renova Energia

31. Transações não envolvendo caixa

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia e suas controladas realizaram as seguintes operações não envolvendo caixa; portanto, essas não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Encargos financeiros capitalizados	14.2, 14.4, 16.4	105.345	70.495	-	7.495
Rendimentos financeiros capitalizados	14.2	(1.387)	(3.867)	-	-
Aquisição de ativo imobilizado - fornecedores	14.2	235.064	429.204	73.622	-
Provisão para custos socioambientais	20	-	(3.888)	-	-
Ganho na permuta de ações - Projeto Salvador	13	-	845.026	-	845.026
Integralização de capital em controladas com ativo imobilizado	14.4	-	-	(510.466)	273.318
Conversão de dívida de fornecedor para empréstimo de curto prazo	15, 16	97.823	-	97.823	-

32. Evento subsequente

32.1 Venda de ativos

Em 20 de janeiro de 2017 a Companhia aceitou a oferta vinculante enviada pela AES Tietê Energia S.A. (“AES”) para alienação ao valor total de R\$650.000 do complexo eólico Alto Sertão II, composto por 15 parques que venderam energia no LER 2010 e LEN 2011 (A-3), cujo patrimônio em 31 de dezembro de 2016 é de R\$435.415 (nota 13.1). A consumação da potencial alienação ainda dependerá, dentre outros fatores, das aprovações societárias necessárias, da aprovação prévia dos credores do complexo eólico Alto Sertão II e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”).

32.2 Contrato de compra e venda de energia

Em 27 de janeiro de 2017 foi aprovada a contratação de antecipação de pagamento de R\$10.000 relativo ao contrato de compra e venda de energia elétrica celebrado entre Renova Comercializadora de Energia S.A. e LightCom – Comercializadora de Energia S.A. (“LightCom”) em 17 de dezembro de 2013, a fim de viabilizar o cumprimento de obrigações financeiras da Companhia de curtíssimo prazo.

32.3 Investimento na TerraForm Global Inc.

Em março de 2017 a Brookfield Asset Management entrou em acordo para aquisição da TerraForm Global Inc. e fez uma oferta para aquisição das ações dos minoritários no valor de US\$ 5,10 por ação.

32.4 Vencimento antecipado

Em 20 de março de 2017, o Banco do Brasil, na qualidade de debenturista da totalidade das debêntures emitidas pela Companhia, e credor em operações de BNDES FINEM com a controlada indireta Renova Eólica ratificou que não exigiu o pagamento antecipado nem das Debêntures nem do financiamento, e os termos da escritura e do contrato não foram alterados.

* * *

Carlos Figueiredo Santos
Diretor-Presidente

Cristiano Corrêa de Barros
Diretor Vice-Presidente de Finanças,
Desenvolvimento de Negócios e Relações com
Investidores

Gina Abreu Batista dos Santos
Contadora CRC 027321-O-BA